

Universidades Lusíada

Machado, Maria Manuela Silva Torres

A emigração para o Brasil através dos livros de registo de passaportes do Governo Civil de Braga : 1935-1947

<http://hdl.handle.net/11067/2880>

Metadados

Data de Publicação	2012
Resumo	<p>As migrações constituem um dos fenómenos mais importantes das Relações Internacionais. Sendo urna constante multissecular da História de Portugal e incontornável no estudo das relações Portugal-Brasil pelo seu impacto aos níveis político, económico e social, escolhemos como objecto de estudo deste trabalho, a análise e caracterização da emigração do Distrito de Braga para o Brasil durante os anos 1935 a 1947, através do levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos livros de regist...</p> <p>Migrations constitute one of the most important phenomena of the International Relations. Being a constant of the History of Portugal throughout the centuries and an unavoidable aspect for the study of the Portugal-Brazil relations due to its impact at the political, economic and social levels, we choose as the object of study for this work the analysis and characterization of the emigration from Braga to Brazil between 1935- 1947, through the survey, treatment and analysis of the data galhered ...</p>
Palavras Chave	Relações Internacionais, Movimentos migratórios - Portugal - Brasil, 1935-1947, Migração internacional, Emigração europeia - Séc. 20, Emigração portuguesa - 1900-1950, História de Portugal, História diplomática - Portugal - Brasil - Séc. 20
Tipo	masterThesis
Revisão de Pares	Não
Coleções	[ULP-FD] Dissertações

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-27T10:46:22Z com informação proveniente do Repositório



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE DIREITO

***A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS
DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE
BRAGA (1935-1947)***

Maria Manuela Silva Torres Machado

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

PORTO, 2011



UNIVERSIDADE LUSÍADA DO PORTO

FACULDADE DE DIREITO

***A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS
DE REGISTO DE PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE
BRAGA (1935-1947)***

Maria Manuela Silva Torres Machado

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais

Orientador: Prof. Doutor Fernando de Sousa

PORTO, 2011

AGRADECIMENTOS

Na conclusão de uma tese de Mestrado é habitual deixar registado o agradecimento às instituições e individualidades que apoiaram a investigação.

Assim, em primeiro lugar, agradeço ao Prof. Doutor Fernando de Sousa, Professor Catedrático dos Ciclos de Estudos em Relações Internacionais da Universidade Lusíada do Porto, Presidente do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) e orientador desta tese de Mestrado, por toda a dedicação e incentivo na realização deste trabalho e pelo estímulo e exigência crescente que foi impondo à medida que caminhava para a sua conclusão, e pelo convite que me endereçou para participar no projecto de investigação *A emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, no âmbito do CEPESE bem como pelo apoio logístico e financeiro concedido por este Centro de Estudos, a que preside. Aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga e do Governo Civil de Braga, sempre solícitos no atendimento e esclarecimento de dúvidas na análise das fontes e que me terem aberto as portas dos seus arquivos, conduzindo-me pela trilha, nem sempre fácil, dos seus inventários na pesquisa das fontes aí disponíveis. Às Doutoradas Isabel Monteiro e Manuela Cardoso, directoras da Biblioteca e da Mediateca da Universidade Lusíada do Porto que se disponibilizaram, sempre, a atender-me e a aconselhar-me, mesmo fora do horário de trabalho, na consulta bibliográfica. Ao Mestre Paulo Amorim pela cedência de dados e informações de emigrantes, com quem tive o privilégio de contar como interlocutor para as minhas dúvidas. E, finalmente, à minha família, que foi o suporte nesta minha caminhada académica, a quem dedico este trabalho.

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

QUADRO N.º 1 - Distribuição da emigração legal portuguesa (1900-1950).....	30
FIGURA N.º 1 - Distribuição da emigração legal portuguesa (1900-1950).....	31
QUADRO N.º 2 - O Brasil e os EUA enquanto destinos privilegiados da emigração legal portuguesa (1900-1950)	34
FIGURA N.º 2 - O Brasil e os EUA enquanto destinos privilegiados da emigração legal portuguesa (1900-1950)	35
QUADRO N.º 3 - Número total de emigrantes (1935-1947)	89
FIGURA N.º 3 - Distribuição dos emigrantes por anos (1935-1947)	90
FIGURA N.º 4 - Distribuição dos emigrantes por titulares e acompanhantes (1935-1947).....	91
QUADRO N.º 4 - Número de titulares de passaportes e acompanhantes (1935-1947).....	92
FIGURA N.º 5 - Número de titulares de passaportes e de acompanhantes (1935-1947).....	92
QUADRO N.º 5 - Comparação dos dados relativos à emigração portuguesa - total e com destino ao Brasil -, com os emigrantes que requereram passaporte no Governo Civil de Braga para o Brasil (1935-1947)	94
FIGURA N.º 6 - Comparação dos dados relativos à emigração portuguesa - total e com destino ao Brasil -, com os emigrantes que requereram passaporte no Governo Civil de Braga com destino ao Brasil (1935-1947)	95
QUADRO N.º 6 - Distribuição por sexos (1935-1947).....	96
FIGURA N.º 7 - Distribuição por sexos (1935-1947).....	96
QUADRO N.º 7 - Distribuição por estado civil (1935-1947).....	98
FIGURA N.º 8 - Distribuição por estado civil (1935-1947).....	98
QUADRO N.º 8 - Distribuição por grupos etários (1935-1947)	100
FIGURA N.º 9 - Pirâmide de idades dos titulares de passaportes (1935-1947)	101

QUADRO N.º 9 - Distribuição dos emigrantes registados no Governo Civil de Braga por naturalidade (1935-1947).....	103
FIGURA N.º 10 - Naturalidade dos emigrantes pelos concelhos mais representativos (1935-1947).....	104
QUADRO N.º 10 - Distribuição dos emigrantes por profissões mais representativas (1935-1947).....	107
FIGURA N.º 11 - Distribuição dos emigrantes por profissões mais representativas (1935-1947).....	108
QUADRO N.º 11 - Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1935-1947).....	110
FIGURA N.º 12 - Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1935-1947).....	111

RESUMO

As migrações constituem um dos fenómenos mais importantes das Relações Internacionais. Sendo uma constante multissecular da História de Portugal e incontornável no estudo das relações Portugal-Brasil pelo seu impacto aos níveis político, económico e social, escolhemos como objecto de estudo deste trabalho, a análise e caracterização da emigração do Distrito de Braga para o Brasil durante os anos 1935 a 1947, através do levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos *livros de registo de passaportes* do Governo Civil de Braga. Recorrendo a métodos estatísticos de interpretação dos dados obtidos pela análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga é esboçado um perfil do emigrante para o Brasil, dando conta do volume dos efectivos migratórios para esse país e sua importância relativa no contexto nacional; da sua distribuição por destino; por naturalidade; por género; por estado civil; por grupos etários; pela classificação socioprofissional e pelos agrupamentos familiares ou profissionais. Não nos limitando a uma mera descrição estatística sobre os fluxos migratórios, iremos analisar os factores explicativos deste fenómeno enquadrando-o nos seus condicionalismos endógenos e exógenos resultantes da evolução política e económica internacional e nacional, que simultaneamente são factores de repulsa e atracção que potenciam e se reflectem na emigração portuguesa para o Brasil, num período (1935-1947) em que a emigração transatlântica é condicionada, assistindo-se a uma redução acentuada do volume de efectivos emigratórios portugueses para o Brasil.

ABSTRACT

Migrations constitute one of the most important phenomena of the International Relations. Being a constant of the History of Portugal throughout the centuries and an unavoidable aspect for the study of the Portugal-Brazil relations due to its impact at the political, economic and social levels, we choose as the object of study for this work the analysis and characterization of the emigration from Braga to Brazil between 1935-1947, through the survey, treatment and analysis of the data gathered at the passport record-books from Braga's Civil Government. Through the use of statistical methods of interpretation of the data obtained from the analysis of the passports records issued by Braga's Civil Government, we draw the profile of the emigrant going to Brazil, highlighting the volume of the departing individuals and its relative importance in the national context; their distribution by destination, birthplace, gender, marital status, age groups, social and professional classification and familiar or professional groupings. Without limiting ourselves to a mere statistical description on the migratory flows, we will try and study the factors that explain this phenomenon, framing them in their endogenous and exogenous constraints resulting from national and international political and economic evolution, which are simultaneously factors of repulse and attraction that promote and reflect themselves in the Portuguese emigration to Brazil, in a period (1935-1947) when the transatlantic emigration is conditioned, leading to a pronounced reduction of the volume of Portuguese emigrants crossing the Atlantic.

PALAVRAS-CHAVE

Braga

Brasil

Emigração

Guerra Civil Espanhola

Guerra Mundial

Imigração

Migrações Internacionais

Políticas migratórias

Portugal

Registo de Passaporte

LISTA DE ABREVIATURAS

CEPESE - Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade

EUA - Estados Unidos da América

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia

ONU - Organização das Nações Unidas

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

RESUMO.....	6
PALAVRAS-CHAVE.....	8
LISTA DE ABREVIATURAS.....	9
INTRODUÇÃO	11
1. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS.....	18
1.1. A EMIGRAÇÃO EUROPEIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	18
1.2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.....	29
2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DURANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E A II GUERRA MUNDIAL (1935-1947).....	37
2.1 PORTUGAL FACE À GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1936-1939)	37
2.2. PORTUGAL E O BRASIL FACE À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL..	47
2.3. AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS LUSO-BRASILEIRAS.	58
2.4. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL (1935-1947)	67
2.4.1. LEGISLAÇÃO PORTUGUESA.....	68
2.4.2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	76
3. A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DOS REGISTOS DOS PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE BRAGA (1935- 1947).....	81
3.1. ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES	81
3.2. VOLUME DOS EFECTIVOS MIGRATÓRIOS E SUA IMPORTÂNCIA RELATIVA NO CONTEXTO NACIONAL	88
3.3. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR SEXOS	95
3.4. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL	96
3.5. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR GRUPOS ETÁRIOS.....	98
3.6. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR NATURALIDADE.....	101
3.7. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PROFISSÃO	105
3.8. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PORTO DE CHEGADA AO BRASIL	109
CONCLUSÃO.....	112
FONTES E BIBLIOGRAFIA	115
ANEXOS	125

INTRODUÇÃO

Esta tese, tendo por título *A Emigração para o Brasil através dos livros dos registos dos passaportes do Governo Civil de Braga (1935-1947)*, constitui a dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, a ser defendida na Universidade Lusíada do Porto.

Perante a oportunidade de participarmos no projecto científico *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil*, desenvolvido pelo Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE) e coordenado pelo Professor Doutor Fernando de Sousa, com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, focamos o nosso estudo na análise da emigração entre Portugal e o Brasil durante o período de 1935 a 1947, passando a constituir a questão de partida que estruturou o nosso trabalho.

Assim este trabalho tem como principal objectivo o estudo e a caracterização da emigração do distrito de Braga com o destino para o Brasil no período de 1935 a 1947, através do levantamento, tratamento e análise dos dados recolhidos nos *livros de registo de passaportes* do Governo Civil de Braga que privilegiámos como fonte do nosso trabalho, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno, num período particular da História em que a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial se tornaram um obstáculo à emigração transatlântica, assistindo-se a uma redução acentuada do volume de efectivos emigratórios portugueses para o Brasil.

Recorrendo a métodos estatísticos de interpretação dos dados obtidos pela análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga propomo-nos esboçar um perfil do emigrante do norte de Portugal para o Brasil, dando conta do volume dos efectivos migratórios que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga para esse país e sua importância relativa no contexto nacional, entre 1935 e 1947; da sua distribuição pela classificação socioprofissional; pelos agrupamentos profissionais; por destino; por género; por grupos etários; por naturalidade; por estado civil.

Não nos limitando a uma mera descrição estatística sobre os fluxos migratórios, iremos procurar estudar os factores explicativos deste fenómeno enquadrando-o nos seus condicionalismos internos e externos resultantes da evolução política e económica internacional e nacional, que simultaneamente são factores de repulsa e atracção que potenciam e se reflectem na emigração portuguesa para o Brasil.

Na nossa investigação escolhemos os anos de 1935 a 1947 como balizas temporais porque os considerámos como um período viável para executar a nossa investigação e cujas fontes - *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga, consultadas no Governo Civil de Braga - apresentam uma série contínua, de fácil consulta, e susceptível de tratamento informático, através da criação de uma base de dados realizada no âmbito do supracitado projecto de investigação do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (CEPESE).

A opção pelos anos de 1935-1947 procura, ainda, preencher uma lacuna na investigação deste tema, o que torna o nosso trabalho inovador, uma vez que existe uma escassez de estudos sobre este período cronológico caracterizado pela diminuição dos movimentos migratórios resultante da Guerra Civil de Espanha, da Segunda Guerra Mundial, e da insegurança das viagens transoceânicas bem como dos entraves legais à imigração, como é exemplo a política restritiva de Getúlio Vargas no Brasil, levando a maior parte dos investigadores a privilegiarem períodos históricos caracterizados por fluxos migratórios mais significativos, como é o caso do século XIX.

O ano de 1935, data simbólica do Estado Novo, como realidade institucional, ano em que o General Carmona foi reeleito para Chefe de Estado mas também, o ano que marca devido à agitação política que se desenvolvia contra o regime – o primeiro grande saneamento na função pública dos opositores ao regime, o qual se fez sentir aos mais diversos níveis da administração pública desde os altos quadros do Estado até aos professores do ensino liceal e técnico.

O ano de 1947 foi escolhido como limite final, tendo em atenção o decreto-lei nº 36 199 de 29/03/1947 que “suspende a emigração portuguesa, excepto quando for feita ao abrigo de acordos ou convenções que regulem as condições da sua admissão e estabelecimento nos países ou regiões de destino. Atribui ao ministro a faculdade de autorizar, por despacho, a saída do país de indivíduos que tenham já obtido passaporte de emigrante à data do presente diploma e em relação aos quais se verifiquem circunstâncias de carácter especial que devam ser consideradas”, que foi complementado pelo decreto-lei nº 36 558 de 28/10/1947 que “cria no Ministério a Junta da Emigração e define as suas atribuições. Insere disposições relativas à protecção do emigrante e ao condicionamento da emigração”, que constitui um marco de viragem na emigração portuguesa

Em termos geográficos, circunscrevemo-nos ao distrito de Braga quer pela oportunidade de consulta da série *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga, existente no Governo Civil de Braga, quer pela oportunidade da autora ser residente em Braga, colmatando uma lacuna sobre estes efectivos migratórios, tão pouco estudados pela historiografia portuguesa. Por último, esta problemática será aprofundada em futuros trabalhos académicos nomeadamente na tese de Doutoramento.

Por outro lado, não restringimos o nosso estudo ao distrito de Braga uma vez que por força do enquadramento legal, a concessão do passaporte - condição para a emigração - era feito pelo Governo Civil da naturalidade ou residência do emigrante, encontrando nós, nas fontes consultadas, um grande volume de pedidos de passaportes de impetrantes naturais de concelhos do Norte de Portugal mas que não pertencem ao distrito de Braga.

O interesse da autora na escolha do tema desta investigação resultou ainda da importância em participar num projecto enriquecedor e único em termos de investigação científica no âmbito da emigração portuguesa, como da pertinência e da oportunidade do mesmo, uma vez que as migrações constituem, no período contemporâneo, um fenómeno incontornável no estudo e compreensão das Relações Internacionais e das sociedades brasileira e portuguesa contemporâneas.

Por outro lado, além de aprofundarmos o conhecimento científico desta realidade, este trabalho permite dar um contributo aos cidadãos portugueses e brasileiros que, por razões de natureza política, cultural, familiar ou social, continuam a preocupar-se com as suas raízes as suas origens, e as trajectórias dos seus antepassados, que em boa parte determinaram a sua vida ao presente, ao disponibilizarmos, na referida base de dados criada pelo CEPESE, as informações socioeconómicas e os percursos percorridos dos emigrantes bracarense que partiram para o Brasil de 1935 a 1947.

Os métodos seguidos neste trabalho foram os que habitualmente são adoptados nas Ciências Humanas e Sociais - como as Relações Internacionais e a História - nomeadamente o explicativo, o interpretativo e o comparativo, mediante o recurso a procedimentos rigorosos, assentes em dados estatísticos pertinentes de forma a obter-se a inteligibilidade dos factos e a verdade científica quanto ao volume e caracterização da emigração portuguesa para o Brasil, no período referido.

Esta tese resulta de um esforço dedutivo e indutivo que tem por principal objectivo fundamentar todos os elementos que nos permitissem sustentar a defesa da importância do período histórico que decorre de 1935 a 1947 para explicar a evolução da emigração portuguesa para o Brasil, neste período, à luz das fontes e bibliografia relativas a este tema.

Dessa forma, podemos distinguir algumas tipologias principais quanto às fontes e bibliografia consultadas e devidamente tratadas durante o nosso projecto e nas quais baseámos a elaboração e preparação do trabalho, nomeadamente:

- *obras de referência* e de consulta permanente, tais como enciclopédias e dicionários específicos das ciências humanas, relacionados com a História e com as Relações Internacionais. Além das diversas obras impressas que foram consultadas, inserimos todos os artigos e textos consultados electronicamente de obras disponibilizadas em sítios oficiais brasileiros e portugueses;
- *monografias, actas de seminários e publicações periódicas e em série contendo artigos científicos* relativos à emigração ou a aspectos relacionados e condicionadores deste fenómeno como as alterações conjunturais do Sistema Internacional ou o relacionamento luso-brasileiro;
- *fontes legislativas* portuguesas e brasileiras, tais como as constituições de Portugal e do Brasil que vigoraram em cada um dos dois países durante o período em estudo, assim como diversa legislação avulsa, contendo importantes disposições e/ou recomendações relacionadas com áreas relevantes para os diversos assuntos abrangidos e tratados no nosso trabalho (tais como a legislação brasileira referente ao tratamento dispensado quanto à entrada e permanência de imigrantes no seu território) através da consulta do *Diário da República* português e do *Diário Oficial* brasileiro e da *Colecção de leis brasileira*. Para além disso, tivemos também a possibilidade de aceder permanentemente ao *site* do Projecto de Digitalização de Imagens e de Publicações Oficiais Brasileiras do *Center for Research Libraries e Latin American Microform Project*, patrocinado pela Fundação Andrew W.Mellon, onde pudemos pesquisar diversa documentação oficial do Governo brasileiro e dos seus diversos ministérios, onde destacamos os Relatórios Ministeriais (1821 a 1960);

- *correspondência e demais documentação oficial* trocada entre os dois Governos, português e brasileiro, e as suas diversas delegações e representações externas, existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros português;
- *estatísticas oficiais* compiladas no *Anuário Demográfico*, do Instituto Nacional de Estatística, que nos apresentam o recenseamento da emigração legal para este período, a nível nacional;
- *registos de passaportes*, enquanto elementos do processo legal de aquisição do passaporte são o instrumento legitimador do direito de saída pelas fronteiras ao seu titular, constituindo as peças documentais fundamentais para se iniciar um estudo sobre migrações, razões pelas quais as privilegiámos como fontes para o nosso trabalho. A informação seriada fornecida por esta série documental permitiu a constituição de uma base de dados, realizada pelo CEPESE, em suporte informático *access*, composta por 19 campos, sendo 6 numéricos e 13 alfabéticos. Os 6 campos numéricos destinam-se ao preenchimento, respectivamente, do número de ordem do registo feito pelo investigador; a data e o número do passaporte; a identificação do livro de *registos de passaportes*, a idade do impetrante e o número de acompanhantes. Os campos alfabéticos são preenchidos com a informação relativa à identificação do titular do passaporte, como o nome, o sexo, a freguesia e o concelho de naturalidade, a filiação (identificação, quando possível, da mãe e do pai, em dois campos distintos), a cidade e país de destino, o tipo de viagem (ida ou regresso - no caso dos nacionais brasileiros que retornam ao Brasil), a profissão, o estado civil, o nível de alfabetização (“escreve” ou “não escreve”, apesar de não encontrarmos informação, neste período, quanto a este item) e finalmente o campo das “observações” que nos permite registar todas as informações complementares sobre o titular do passaporte, nomeadamente a sua residência e parentesco com impetrantes registados noutros passaportes, permitindo, em alguns casos, a reconstituição do agregado familiar, comprovando-se o parentesco, ultrapassando-se a dificuldade na identificação de familiares que partem juntos, uma vez que a partir de 1919 os passaportes são individuais. Esta base de dados foi um instrumento de trabalho fundamental no nosso estudo possibilitando fazer o tratamento estatístico dos pedidos de passaportes, identificando e contabilizando, com rigor, a totalidade dos efectivos emigratórios para o Brasil,

que requereram passaporte no Governo Civil de Braga de 1935 a 1947, o que nos permitiu reunir uma informação única, no panorama nacional e internacional, apresentando as múltiplas variáveis da emigração legal do Norte de Portugal, uma vez que as estatísticas oficiais ao privilegiarem a contabilização do número de travessias e de passageiros - o que pode induzir em erro já que não têm em conta os que reemigram, ou seja que requerem mais que uma vez o seu passaporte. Só através de uma micro-análise podemos entender os contextos sócio-familiares, culturais desta realidade.

Quanto à divisão da tese, optámos por uma sistematização em três partes seguindo a ordem lógica das questões prévias com que nos confrontámos no nosso estudo tendo em atenção a questão de partida e o contexto político, económico e geográfico que enquadra a nossa investigação, e que procuramos responder nos três capítulos desta tese, justificando-se o fio condutor que confere unidade a este estudo.

Destas questões prévias destacamos:

- Quais as principais características das migrações internacionais, na primeira metade do século XX, mormente a europeia, onde se insere a emigração portuguesa?
- Quais os principais factores explicativos, quer internos quer externos, que condicionam este fenómeno, nomeadamente o conflito mundial e a evolução das relações luso-brasileiras e das políticas e(i)migratórias destes dois países, enquanto factores de repulsa/atracção do movimento e(i)migratório?
- Qual o perfil do emigrante do Norte de Portugal que parte para o Brasil - quantos eram, quem eram, de onde eram, o que faziam e para onde partiam?

Seguindo a lógica tripartida dos trabalhos científicos desta natureza dividimos o nosso trabalho em três partes.

A primeira parte é dedicada a uma contextualização histórico-conceptual, apresentando-se as principais características da emigração europeia em geral, e portuguesa em particular, relativamente ao Brasil, na primeira metade do século XX. Nesta análise iremos caracterizar os referidos fluxos migratórios procurando encontrar pontos de convergência entre a emigração portuguesa e a europeia.

No segundo capítulo iremos descrever as principais transformações no Sistema Internacional, a guerra civil espanhola e, principalmente com o desencadear do conflito mundial, e o seu impacto em termos nacionais. Entendendo que a Segunda Guerra Mundial provocou profundas transformações nos Estados e ao nível das Relações Internacionais enquanto campo de estudo que, a partir de então, passou a ter uma importância acrescida, procuraremos explicar, assim, de que forma a alteração da conjuntura internacional e nacional - portuguesa e brasileira - condicionou o movimento migratório dos dois lados do Atlântico, dando ainda particular atenção à produção jurídica luso-brasileira relativa a esta matéria, durante este período.

Finalmente, no terceiro capítulo, o mais importante e original, após a análise crítica das fontes, iremos apresentar as conclusões retiradas do tratamento dos dados recolhidos nos *registos de passaportes* existentes no Governo Civil de Braga, apresentando, sob a forma de quadros e figuras, a caracterização dos emigrantes que solicitaram passaporte no Governo Civil de Braga de 1935 a 1947, nomeadamente o volume dos efectivos migratórios, a sua variação quanto aos grupos etários; à naturalidade; à sua classificação socioprofissional; ao estado civil; ao género e ao destino.

Procuraremos, assim, através dos capítulos desta tese apresentar um contributo para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil durante o período de 1935 a 1947, à luz das fontes referidas, no âmbito das Relações Internacionais.

1. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO CONTEXTO DOS MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS INTERNACIONAIS

A diáspora portuguesa, historicamente, é um dos movimentos migratórios internacionais mais importante, quer pela proliferação das comunidades de portugueses pelo mundo, quer pelo seu carácter de continuidade. Neste sentido, a emigração portuguesa no século XX, nomeadamente durante a Segunda Guerra Mundial, tem de ser vista no âmbito dos grandes movimentos migratórios europeus para o continente americano. Neste nosso estudo também vamos abordar, ainda que superficialmente, a emigração europeia na primeira metade do século XX, para de imediato, tratarmos, no mesmo período, dos fluxos migratórios portugueses.

1.1. A EMIGRAÇÃO EUROPEIA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

As migrações - uma das questões mais importantes das Relações Internacionais contemporâneas -, não são um fenómeno exclusivo do século XX ou da modernidade, fazem parte da história da humanidade.

A emigração é um fenómeno social, que, sob diferentes formas, aparece ao longo da história humana. Apesar dos migrantes terem experiências comuns, a própria migração é um fenómeno diverso e complexo. Os migrantes podem ser diferenciados pelo género, pelo estado civil, por grupos etários, pela naturalidade e destino e por categoria sócio-profissional. Os movimentos migratórios são condicionados por diversas variáveis quer demográficas, quer sociais e económicas tanto das regiões de partida como das de destino, como explica Jansen (1969:60 apud GONÇALVES, 2009: 7-8), “a migração é um *problema demográfico*: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um *problema económico*: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios económicos; pode ser um *problema político*: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionante são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política; envolve a *psicologia social*, no sentido de que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso de integração na sociedade de acolhimento; e é também um *problema sociológico*, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de

origem como de destino são afectados pela migração e, em contrapartida, afectam o migrante”.

Assim sendo o conceito de migração internacional abarca realidades humanas, económicas, sociopolíticas muito diferentes, que se inserem em diferentes espaços.

A mobilidade da população, que se desloca de um Estado para outro, apresenta-se de múltiplas formas no mundo contemporâneo e o conceito de migração internacional abrange realidades humanas, económicas, sociopolíticas muito diferentes, que se inserem em espaços diversificados.

Interessa, assim, definir, com rigor, o significado desses conceitos e apresentar as fontes estatísticas que fundamentam a análise das migrações. Como não existe um consenso internacional nem na conceptualização relativa a essas deslocações humanas nem nas técnicas da sua análise quantitativa este exercício torna-se difícil.

As migrações, como qualquer outro fenómeno social, são uma problemática cuja complexidade não pode ser explicada por uma disciplina isolada. Castles (2003:30) sustenta que “o estudo das migrações como uma ciência social no seu próprio direito (...) é fortemente multidisciplinar na sua teoria e na sua metodologia”.

Neste sentido, e seguindo de perto o estudo realizado por Maria Ortelinda Gonçalves, na sua obra *Migrações e desenvolvimento*, podemos destacar algumas teorias explicativas das migrações.

Ravenstein (apud GONÇALVES, 2009), geógrafo e cartógrafo inglês, foi um dos primeiros autores a formalizar uma teoria explicativa e caracterizadora dos movimentos migratórios – “teoria da atracção-repulsão”. Para esse efeito enunciou uma série de “leis empíricas de migração”:

- Migração e distância – A maioria dos migrantes desloca-se para curtas distâncias e os que se deslocam para mais longe preferem fazê-lo para grandes centros de comércio e indústria;
- Migração por etapas – O processo de atracção de migrantes para uma cidade em rápido crescimento começa pela periferia e gradualmente estende-se a lugares mais remotos. O processo de dispersão é inverso ao de atracção.

- Correntes e contracorrentes – Os fluxos migratórios seriam caracterizados pela existência de movimentos populacionais de ida e de volta, ou seja, para todo o grupo de migrantes que se desloque em determinada direcção (corrente) existiria um movimento na direcção contrária e de menor intensidade (contracorrente), que poderia ser representado pelo grupo dos chamados migrantes de regresso.
- Propensão relativa das populações para rurais e urbanas para a emigração - a população rural é mais propensa a migrar do que a urbana.
- Preponderância do contingente feminino nas migrações de curta distancia.
- Relação da tecnologia com as migrações – o desenvolvimento dos meios de transporte e a expansão da indústria e do comércio induzem o aumento dos fluxos migratórios.
- Motivos económicos – leis opressivas, agravamento de impostos, foram e continuam a ser, responsáveis pelas correntes migratórias.

Mas segundo Ravestein, nenhuma destas leis supera as que estão na origem do desejo intrínseco à maioria dos homens de melhorar as suas condições materiais de existência. O carácter precursor de Ravestein é notório e é fundamento de todos os modelos modernos de atracção-repulsão. Outro autor desta corrente foi Everett Lee. Lee (1969:287-8) considera que para além dos factores explicitados por Ravestein, existe um conjunto de outros factores intervenientes, relacionados quer com os países de origem quer com os de destino, que condicionam a decisão de emigrar, nomeadamente, as leis migratórias, os custos de transporte, as barreiras físicas, a distância, entre outros. Considera ainda factores individuais que interferem na decisão de permanência ou de migração como as alterações do ciclo de vida, as capacidades individuais como sensibilidade e inteligência e adaptação a um novo meio.

Outros autores defendem teorias explicativas que justificam os fluxos migratórios como consequência de factores micro e macroeconómicos. Sob a influência da teoria económica clássica, os modelos de “push-pull” relacionam-se com as teorias do mercado de trabalho, e equacionam “a mobilidade geográfica dos trabalhadores, em resposta aos desequilíbrios na distribuição dos factores terra, trabalho, capital e recursos humanos” (Rocha-Trindade 1995:75). A mobilidade populacional verifica-se dos locais onde há abundância de oferta de mão-de-obra, baixas remunerações e escassez de

capital, para locais onde a mão-de-obra escasseia e os salários e o capital são mais elevados.

A teoria da modernização (Mitchell, 1969; Mayer, 1961 apud GONÇALVES, 2009) privilegia a decisão racional e económica do migrante e estuda o contributo para o desenvolvimento económico de ambas as sociedades – do Estado de origem e do Estado de recepção. Assim, passa a haver um equilíbrio de desenvolvimento, resultado de um balanço mais equitativo entre os recursos e a pressão populacional nas duas sociedades.

Massey (1990, apud GONÇALVES, 2009) fala-nos do modelo de custo-benefício que fundamenta-se numa equação que subtrai os custos da emigração aos ganhos esperados no destino. Sempre que o retorno esperado seja positivo, o indivíduo irá optar pela migração, já que os benefícios esperados no local de destino serão maiores do que na região de origem.

Mincer (1978, apud GONÇALVES, 2009) desenvolveu um modelo semelhante de custos e benefícios mas a principal diferença, consiste na distinção entre as decisões individuais e familiares. Mincer diferencia os “ganhos” familiares dos “ganhos” individuais e argumenta que as famílias tendem a apresentar menor mobilidade do que os indivíduos, já que a decisão de migrar passa a depender de um maior número de pessoas, passando, portanto, de uma decisão independente para outra interdependente.

Assim, é facilmente explicável porque é que os indivíduos solteiros são mais propensos de migrar que os casados.

Bohning (1991:32-40, apud GONÇALVES, 2009) estudou também os efeitos das migrações nas regiões de origem e de destino, concluindo que os “ganhos” revertem a favor da nação importadora. Os efeitos económicos no país de origem do migrante podem ser mais negativos do que positivos tal como defendem os autores da chamada abordagem histórico-estrutural, entre eles, Singer (1973), Piore (1979), Wood (1982), que consideram que o contexto económico-social, no qual estão inseridos os potenciais migrantes, é mais importante que a simples análise de custos/benefícios. A migração é uma consequência da desigualdade económica entre as regiões. Segundo esta perspectiva, as áreas mais prósperas (com escassez de mão-de-obra e salários mais elevados) tenderiam a atrair os migrantes das regiões onde houvesse recessão económica e abundasse o factor mão-de-obra.

Singer (1973), no seu estudo, demonstrou que as migrações seriam condicionadas por características estruturais da industrialização. O traço geral deste modelo baseia-se em dois tipos de factores de expulsão (push), actuando sobre a região de origem: o factor mudança e o factor estagnação.

Singer explica, com base em causas económicas, que, num primeiro momento, determinadas classes migram e somente num segundo momento há uma selecção dentro destes mesmos grupos.

Segundo Wood (1982), uma das estratégias para minimizar o risco resultante da mobilidade geográfica consiste na distribuição dos membros da família no país de acolhimento por actividades produtivas diferentes, reduzindo o consumo intrafamiliar.

As teorias do sistema-mundo, da globalização e da constituição de redes sociais, configuram como a explicação mais recente sobre o fenómeno migratório.

A mundialização das economias e a internacionalização crescente das trocas, bem como o aumento da mobilidade humana estiveram na origem de um sistema mundial cada vez mais complexo.

Segundo Petras (1981, apud GONÇALVES, 2009), um dos traços principais do actual sistema-mundo - o capitalismo moderno -, é, de facto, a criação de um mercado de trabalho global. O planeta sem fronteiras, no sentido do movimento global de capital e de mercadorias, está relacionado com importantes fluxos de trabalho que constituem as migrações internacionais. O aumento de excedentes de mão-de-obra nas periferias do sistema mundial, acompanhados de uma situação de baixos salários e uma necessidade de recursos humanos *versus* os altos salários dos países desenvolvidos, são a principal causa para o aumento das migrações.

Massey (1993, apud GONÇALVES, 2009) afirma que a teoria do sistema-mundo representa a consequência clara do processo de desenvolvimento dos países, traduzindo-se na deslocalização e desestruturação de processos e factores produtivos, em que a mobilidade do factor trabalho segue em direcção oposta aos movimentos de capitalismo.

Esta teoria é criticada pela visão que apresenta do migrante como um agente passivo que satisfaz os requisitos do desenvolvimento do capitalismo mundial.

Apesar de os argumentos da globalização, que se apoiam na teoria de sistemas mundiais, terem orientações neo-marxistas, partilham, contudo, muitas posições das teorias de migração convencionais e neoclássicas, na medida em que sustentam que a migração causada por dualidades da economia internacional continuará a exercer pressões sobre os indivíduos para emigrarem na procura de melhores condições de vida.

Segundo a tese de globalização, a nação-Estado não é mais o actor legítimo das relações internacionais. Pelo contrário, tem sido argumentado pelos teóricos da globalização (com forte ênfase ao transnacionalismo) que o Estado é incapaz de controlar quer os migrantes que circulam na procura de oportunidades de emprego que movem vastas somas de capital à volta do globo.

A teoria dos sistemas migratórios e das redes sociais tem sido defendida recentemente como a explicação mais completa do fenómeno migratório, em especial o de Portugal para o Brasil. Salt (1989, apud GONÇALVES, 2009) considera a existência de uma rede social “invisível” que une dois ou mais países que têm entre si migrações nos dois sentidos. Assim, engloba “a interacção das estruturas micro (papel das relações sociais informais, da informação, do capital cultural das famílias e das comunidades) com as estruturas macro (economia, política, relações internacionais, direito) e as estruturas intermédias, Segundo Castles (2005), os primeiros fluxos migratórios tendem a iniciar-se de acordo com o factor exógeno que pode ser justificado por um movimento de jovens pioneiros. Posteriormente, as cadeias migratórias repetem-se, com ajuda de quem se encontra nos países de destino (redes sociais).

Lee (1996) argumenta que o conhecimento da realidade do país de acolhimento por parte dos primeiros migrantes conduz a vagas migratórias posteriores. As teorias network ou redes sociais defendem o papel das redes migratórias no sentido de que os migrantes não actuam isoladamente.

Para Massey (1993) as redes são uma forma de capital social e um importante elo de ligação entre os países emissores e receptores. A abordagem das redes sociais combina as micro e as macro perspectivas de análise, ao trazer não só o migrante como tomador de decisões de volta ao ponto focal (variáveis económicas), mas introduzindo também variáveis culturais e sociais. Argumenta ainda que as redes sociais contribuem para aumentar a emigração, começando a decrescer a sua acção a partir de um certo limiar de desenvolvimento do país de origem.

Esta diversidade de visões sobre o fenómeno migratório, impossibilita a existência de consenso quanto ao conceito de “migração”, bem como na escolha das técnicas da sua análise quantitativa. Mais, as características sociopolíticas das migrações e as controvérsias ligadas a este fenómeno são tais que, em alguns casos, contribuem mais para obscurecer o debate científico sobre a terminologia e o estudo quantitativo do que a clarificá-lo. Cada Estado aplica os seus próprios critérios que não coincidem forçosamente com os do Estado vizinho, apesar de se tratar da mesma população-alvo de estudo.

No nosso estudo, compreendemos a migração internacional como a deslocação de população com transferência de residência de um Estado para outro e por regra, “uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico, quer social” (VEIGA, 2007: 33).

Sendo assim adoptámos a definição que nos é apresentada no *Dicionário de Relações Internacionais* (2008: 118), entendendo migrações como “deslocações com carácter temporário ou permanente de pessoas, devido a factores de natureza económica, política ou ecológica, que podem desenvolver-se dentro do mesmo país - migrações internas - ou de um país para outro - migrações internacionais”.

O que constitui o critério de diferenciação relativamente às migrações internas é a travessia da fronteira de um país, com todas as suas implicações jurídicas, e não a distância percorrida.

A emigração inclui, assim, a “existência de dois universos distintos: o de origem e o de destino, provocando divisão, abandono definitivo ou por tempo calculado e sofrimento” (EINAUDI, 1986, Vol VIII: 488) O emigrante é, assim, aquele que deixa o seu país para ir viver num outro país onde se torna um imigrante.

Em 1976, as Nações Unidas, sugeriram duas definições, procurando conciliar as estatísticas no plano internacional, de acordo com as quais um emigrante (a longo prazo) é todo o indivíduo que sai de um país, onde residiu durante um período superior a um ano, e projecta residir no estrangeiro por um período superior a um ano e, pelo contrário, um imigrante (a longo prazo) é todo o indivíduo que entra num país e projecta aí residir durante um período superior a um ano, depois de ter residido noutra país durante um período superior a um ano (SIMON, 1995).

Dada a sua inadequação à complexidade das situações migratórias actuais, estes conceitos foram muito criticados pelo facto de assentarem na intenção do migrante e não na duração real constatada.

Neste conceito, o atributivo de migrante, também não faz alusão ao espaço de partida ou de chegada, neste plano é neutro. Contudo, é muitas vezes utilizado pelas Organizações Internacionais (Nações Unidas, *Bureau* Internacional do Trabalho, União Europeia, etc.) - o conceito de *foreign born* (nascido no estrangeiro) para determinar a qualidade de imigrante, é utilizado nos países de imigração como os EUA, Nova Zelândia, Austrália e Canadá, esta referência ao lugar de nascimento que se contrapõe à de residência, constitui outra dificuldade metodológica no estudo comparado das migrações internacionais.

Várias expressões necessitam, de um melhor desenvolvimento como acontece com “migrações regionais”, “migrações intracontinentais”; “migrações intercontinentais”, país de partida ou de emigração, país de chegada, de imigração, de residência, de fixação, país de acolhimento (tem a haver com hospitalidade, logo utilizado no caso dos refugiado, exilados políticos, etc.), país de emprego (migrações de trabalho), país de trânsito, pelo facto de persistindo algumas lacunas na sua teorização.

Os obstáculos metodológicos são exacerbados pela variedade de critérios seguidos (a análise feita por um geógrafo difere da óptica de um sociólogo ou de um historiador), bem como a veracidade dos números (estatísticas) pode ser posta em causa, quer quanto aos fluxos quer quanto aos saldos migratórios. A estas dificuldades devemos ainda acrescentar os impedimentos resultantes, entre outros, do “segredo de Estado” e do facto de que a observação da mobilidade da população é mais difícil do que a de uma população sedentária, dos erros dos recenseamentos mal adaptados à realidade da mobilidade espacial e das migrações internacionais, não registando as migrações clandestinas ou em situação irregular.

Nas análises dos vários estudos existentes sobre os fenómenos migratórios, têm privilegiado como critérios de descrição e classificação das migrações, as motivações da partida (procura de uma colocação profissional, a reunião com familiares já instalados no país de destino, o acompanhamento de familiares que emigram, motivos políticos, entre outros), a duração da migração (sazonal ou temporária e permanente ou definitiva), o nível de competências do migrante, o seu estatuto administrativo

(distinguindo-se as populações migrantes, os trabalhadores migrantes e os familiares de migrantes).

Apesar do fenómeno das migrações ser desvalorizado nos estudos históricos, tanto nos países de emigração como nos de imigração, nomeadamente a sua importância na modernização e industrialização dos países de recepção. “Negar o papel dos imigrantes na construção da nação tem sido crucial para a construção do mito da homogeneidade nacional” (CASTLES e MILLER, 2003: 50), as migrações são uma constante que não podem ser ignoradas da história económica e social da Europa Ocidental, já desde o século XVII, quer pelo volume de emigrantes quer pelos efeitos que provocou.

Sabe-se a importância do contributo europeu para o povoamento dos países novos da zona temperada dos dois hemisférios. A América do Norte mas também o Brasil, a Argentina e outros países do Cone Sul, a África do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia) devem o essencial do “substrato” da sua população a essa imigração. “Graças a um excepcional crescimento demográfico a partir de meados do século XVIII, a Europa vai contribuir poderosamente para a ocupação dos espaços vazios ou escassamente povoados do mundo e assumir uma importância excepcional, a partir do século XIX, na construção dos Estados Unidos da América, do Brasil, Argentina, Canadá, África do Sul, etc. Entre 1846-1930, 52 milhões de europeus saíram do Velho Continente: 72% para os EUA, 21% para a América Latina; 1% para a Austrália. Esta vaga migratória foi responsável por significativos aumentos populacionais em vários países do mundo: 40% na Argentina, 30% nos EUA, 15% no Canadá e Brasil” (SOUSA, 2007: 18).

No século XX, a Europa é marcada por movimentos migratórios originais, quer quanto ao volume, quer quanto à sua natureza, sobretudo as migrações e deslocações forçadas, precipitadas pelas duas guerras mundiais e devidas complicações resultante deste conflito.

Na primeira metade do século XX, as migrações europeias, mantidas sobretudo por portugueses, espanhóis, italianos, polacos e irlandeses, são também transatlântica, tendo favorecido como destino o continente americano, e intra-europeia, dirigindo-se, principalmente, para França, Suíça, Reino Unido e Alemanha. Pomos de parte desta análise o continente africano, já que a deslocação de pessoas para este continente insere-se na dinâmica da colonização.

Neste fluxo migratório europeu em termos cronológicos destacam-se três rupturas: a I Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial.

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a insegurança das viagens e o recrutamento militar levam a um decréscimo da emigração europeia.

As migrações internacionais, após 1918, voltam a atingir volumes significativos, mas a crise de 1929 e a depressão económica que se segue, vão contribuir para uma diminuição radical nas migrações, registando-se mesmo um aumento da inimizade contra os imigrantes em muitos países, transpondo-se a rivalidade mundial para o plano nacional, no ódio contra os estrangeiros. Essa inimizade contra os estrangeiros é também transposta para a decisão política dos Estados, quer de origem, quer de chegada, que passam a adoptar medidas restritivas quanto à e(i)migração, na procura de uma solução para a crise económica e o desemprego.

De acordo com o estudo apresentado por Klaus Bade (2002: 324-325) regista-se, na primeira metade do século XX, a continuação da tendência do último quartel do século XIX, contabilizando-se uma média anual de 1,4 milhões de emigrantes europeus no período de 1906-1910, o período quinquenal seguinte de 1911-1915, que não foi ainda fortemente condicionado pela guerra, conhece, do ponto de vista estatístico um fluxo emigratório na ordem dos 1,35 milhões por ano, perfazendo um total de cerca de 6,7 milhões de emigrantes. Em 1916-1920, pelo contrário, os números baixam para um terço deste nível, atingindo uma média anual de 431 mil. Entre 1921 e 1930, a emigração europeia (6,9 milhões de pessoas no total) foi quase superior à do período de 1916 a 1920, registando-se uma média anual de 700 mil emigrantes. A crise económica, que atravessa com a mesma força as zonas de origem e de destino da emigração europeia, provoca uma nova baixa nos números: de 1931 a 1940, não se regista na Europa, mais do que um total de 1,2 milhões de emigrantes, um quinto do que se havia recenseado nos anos 1920. Com uma média anual de 120 mil pessoas, a emigração europeia atinge o seu nível mais baixo desde meados do século XIX.

No período de 1940 a 1945, as estatísticas da emigração europeia não nos dão resultados acreditáveis, em virtude das deslocções humanas motivadas pelo conflito, quer para fora da Europa, quer dentro da Europa, por confundirem “emigrante” com “refugiado” e “exilado”.

De outro modo, verificamos que os movimentos da população no continente europeu revestem fundamentalmente as características de uma emigração forçada durante a Segunda Guerra Mundial.

Segundo a terminologia de Klaus Bade (2002: 324-357) podemos definir quatro tipos de emigração forçada:

- os refugiados das zonas de combate,
- as pessoas deportadas ou prisioneiras durante a guerra e os trabalhadores forçados “transferidos” pela Alemanha, para alimentar a economia de guerra,
- as pessoas deslocadas no pós-guerra, essencialmente da Alemanha, antigos prisioneiros de guerra ou trabalhadores “transferidos” que regressam a casa,
- as pessoas expulsas, no final da guerra, dos antigos territórios do Reich alemão e das zonas de colonização alemã.

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) desalojou milhões de pessoas das suas terras na Europa obrigando-as a migrarem de um país para outro, como aconteceu com a fuga dos judeus do regime nazi, permanecendo este fluxo até à década de 1950. A Hungria, Polónia, Roménia, Jugoslávia e a antiga Checoslováquia, países que permaneceram sob a área de influência da extinta União Soviética, expulsaram mais de 12 milhões de alemães. Milhões de checos e polacos deslocaram-se para regiões antigamente ocupadas pelos alemães expulsos. Durante a década de 1950, quase 3 milhões de pessoas fugiram da antiga Alemanha Oriental, que era dominada pela URSS, para a então Alemanha Ocidental. Transferências em massa de população também ocorreram entre a Jugoslávia e a Itália e entre a Bulgária e a Turquia.

Com o termo da Segunda Guerra Mundial, a Europa, “de exportadora de gentes das mais diversas nações, vai tornar-se importadora da mão-de-obra necessária para a sua reconstrução e desenvolvimento” (SOUSSA, 2007, 18). A indispensabilidade de reconstrução de uma Europa destruída pela guerra irá criar novas possibilidades, dando início a um novo ciclo migratório que terá como principal característica a sua dimensão intraeuropeia.

1.2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

A emigração faz parte da rotina dos portugueses num processo constante desde o século XVI, sendo considerado um verdadeiro “barómetro” da vida portuguesa, pois teria marcado nas suas oscilações a pressão do bem-estar metropolitano (SERRÃO, 1982: 39); pode ser visto em parte como resultado também do baixo nível médio de vida da população, que por sua vez é efeito de um crescimento económico lento, indicado pela fraca industrialização e o predomínio das actividades agrárias em Portugal na viragem do século XIX para o século XX. A emigração - sobretudo com destino ao Brasil - é um fenómeno estrutural da história contemporânea portuguesa.

Sendo uma constante da História portuguesa, não é um fenómeno homogéneo, conhecendo várias flutuações, como aconteceu com a forte retracção sentida nos anos de 1939-1945. “Os anos que medeiam entre cerca de 1930 e cerca de 1945 balizam uma alteração importante nos rumos tradicionais da emigração portuguesa. A crise mundial de 1929-1930, por ricochete, levou o Brasil, tradicional escoadouro da nossa gente, a fechar os seus portos à emigração europeia, o que, conjugado com medidas legais restritivas em Portugal e com a paralisação dos transportes oceânicos durante a guerra de 1939-1945, se traduziu por aquilo a que parece legítimo chamar-se o princípio do fim da multissecular saída para terras de Vera Cruz.” (SERRÃO, 1982: 39).

A historiografia portuguesa frequentemente identifica três grandes períodos migratórios dos portugueses para a região ao longo do século XX.

O primeiro continua a tendência do século anterior e termina por altura da crise de 1930. O segundo inicia-se após a Segunda Guerra Mundial e dura até meados da década de 1960; o terceiro verifica-se após a revolução de Abril de 1974 em Portugal.

Baganha (2000, *op. cit.*) realiza uma classificação semelhante, denominando o primeiro ciclo migratório transatlântico, com preponderância do Brasil até 1950, e ao segundo intra-europeu, em que a França se destaca como destino predominante.

Enquanto os fluxos registados no primeiro período são parte da chamada imigração de massas, o pico de 1950 corresponde já a uma outra etapa.

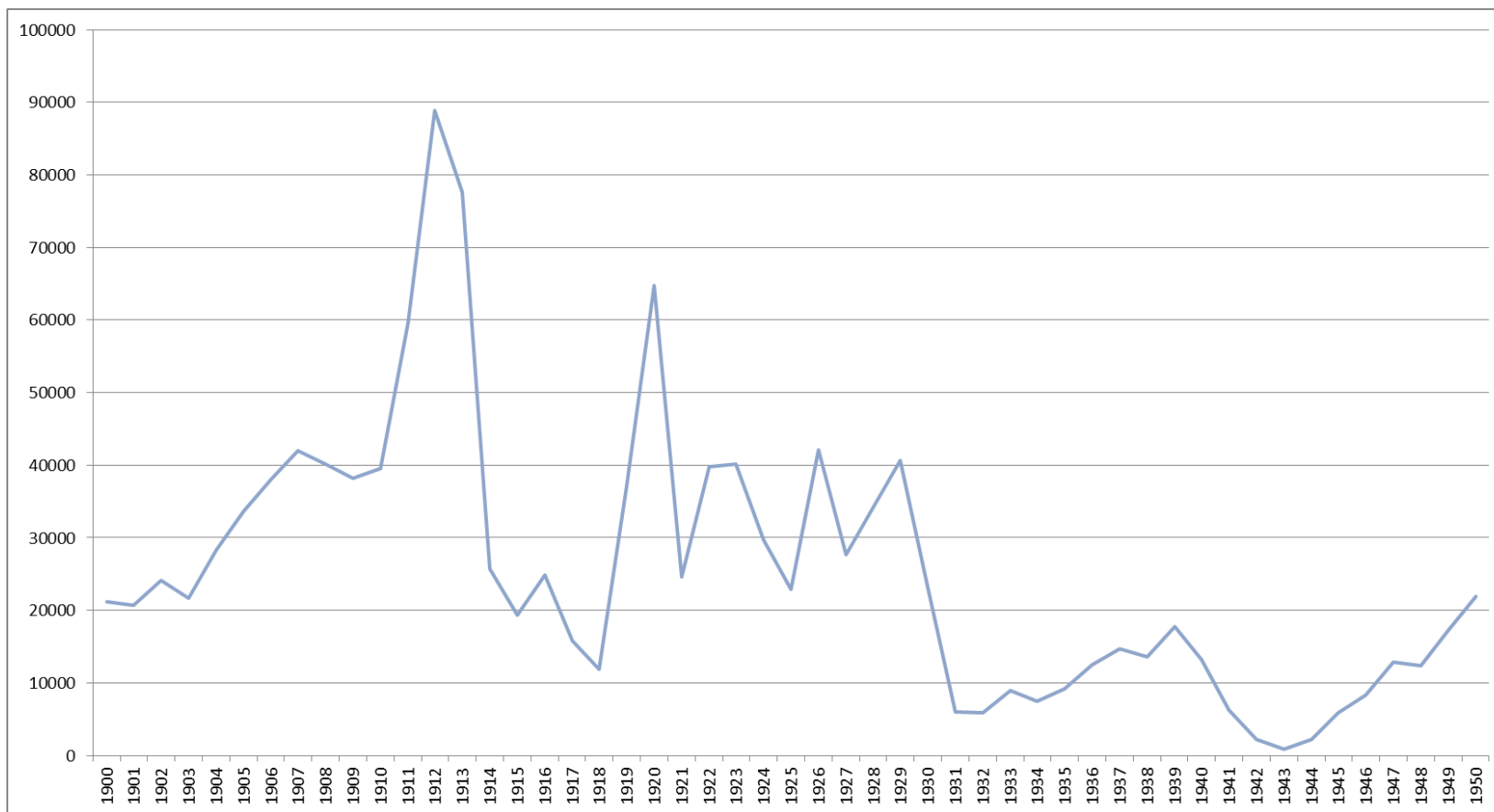
QUADRO N.º 1

Distribuição da emigração legal portuguesa (1900-1950)

ANOS	N.º DE EMIGRANTES
1900	21 235
1901	20 646
1902	24 170
1903	21 611
1904	28 304
1905	33 610
1906	38 093
1907	41 950
1908	40 145
1909	38 223
1910	39 515
1911	59 661
1912	88 929
1913	77 645
1914	25 730
1915	19 314
1916	24 897
1917	15 825
1918	11 853
1919	37 138
1920	64 783
1921	24 597
1922	39 795
1923	40 171
1924	29 710
1925	22 884
1926	42 076
1927	27 674
1928	34 297
1929	40 631
1930	23 196
1931	6 033
1932	5 909
1933	8 905
1934	7 472
1935	9 140
1936	12 484
1937	14 667
1938	13 609
1939	17 807
1940	13 226
1941	6 260
1942	2 214
1943	893
1944	2 242
1945	5 938
1946	8 275
1947	12 838
1948	12 343
1949	17 296
1950	21 892
Total	1 297 751

Fonte: INE. *Anuário demográfico*, 1951.

FIGURA N.º 1
Distribuição da emigração legal portuguesa (1900-1950)



O quadro e a figura n.º 1 que nos apresentam o movimento migratório português durante a primeira metade do século XX, contabilizando um total de 1 297 751 emigrantes, reflectem a grande oscilação da emigração portuguesa neste período que finaliza o ciclo das grandes migrações transatlânticas.

Os anos 1900-1912, com um total de 496 092 de emigrantes, são caracterizados por um incremento das partidas, seguindo a tendência de finais do século XIX. Oscilando entre as 21 235 partidas, logo em 1900, e as 88 929 saídas em 1912, valor mais elevado da primeira metade do século XX, este primeiro período é marcado pela “primeira grande exasperação emigratória da nossa história contemporânea” (SERRÃO, 1982a: 34).

Esta amplitude do fluxo migratório é interrompida por uma quebra acentuada no decurso dos anos seguintes em consequência da guerra, apesar de nunca ser inferior a 11 milhares anuais (1918). De 1913 a 1918 partem de Portugal 175 264 emigrantes.

Finda a Primeira Guerra Mundial, o número de emigrantes novamente aumenta até à década de 1930 (em que a crise económica motivará um novo decréscimo das saídas) como demonstram os anos de 1919 com 37 138 partidas e no ano seguinte - 1920 - o quantitativo quase duplica, atingindo um total de 64.783 partidas de emigrantes. O ano de 1929 fecha este ciclo optimista da emigração com 40 631 partidas registadas. É de salientar que de 1919 a 1929 saem de Portugal 403 756 emigrantes.

A década de 1930 reflecte os efeitos da recessão económica mundial derivada da crise norte-americana de 1929 ao partirem apenas 119 222 emigrantes entre os anos 1930-1939.

Com um ligeiro aumento anteriormente à Segunda Guerra Mundial, novamente o número de efectivos migratórios reduz-se durante este conflito - atingindo-se o total de 48 580 emigrantes entre 1939 e 1945, valor muito baixo se compararmos com os anos da I Guerra Mundial (1914-1918) em que a emigração legal portuguesa atingiu o número de 134 757.

Retomando-se o crescimento a partir do fim do conflito mundial, como demonstra o quadro anterior, com 5 938 emigrantes em 1945, 8 275 em 1946, 12 838 em 1947, 12 343 em 1948, 17 296 em 1949 e, finalmente, 21 892 em 1950 (valor muito próximo ao de cinco décadas atrás, no início do século XX). A este propósito, Joel Serrão (1982a: 39-41) afirma que a “emigração portuguesa, qual Fénix renascida, soergue-se, num

ápice, e, buscando novos rumos, agora transpirinaicos, alcança, rapidamente, um volume superior às quotas de 1910-1920”

Em relação aos traços dominantes deste fenómeno, o crescimento da emigração para o Brasil, predominante no decurso da primeira metade do século XX, acompanhou a tendência global da emigração europeia, sobretudo latina, de países como a Espanha e Itália.

A maior parte destes emigrantes eram do sexo masculino, adultos, naturais das regiões densamente povoadas do norte e do centro do país, assim como dos Açores e da Madeira, que vinham sozinhos ou recebiam auxílio financeiro para trazer a família.

A pergunta que todos os analistas da emigração gostariam de responder é:”Quais os factores que teriam provocado essa busca por uma nova terra?” A ambição de enriquecer e a falta de oportunidades em seu próprio país são os primeiros motivos relacionados por esses autores, o que reforça o mito da fortuna e do retorno, Por outro lado o fraco desenvolvimento económico português não permitiu a absorção do excedente demográfico.

De 1815 a 1911 a população portuguesa duplicara (passando de cerca de 2.928.420 para 5.547.708 habitantes) e mesmo o crescimento tendo sido mais lento no início do século (em parte por causa da emigração, da Primeira Guerra e das epidemias do período 1918/1919) em 1940 a população já excedia os 7.000.000 de habitantes (MARQUES, 1976: 185). Paralelamente a este crescimento houve uma considerável melhoria nas condições gerais de vida em Portugal cujos indicadores são o crescimento urbano, a construção de estradas e caminhos-de-ferro e a formação de centros industriais. No entanto esse crescimento não foi suficiente para permitir que se absorvesse o excedente de população. O país continuava pobre. Assim o factor de repulsa era mais forte.

Estas, as principais razões da intensidade deste fenómeno que conduziu ao êxodo de emigrantes isolados e de famílias inteiras, para diversos países, nomeadamente para o Brasil (Rio de Janeiro, Santos, São Paulo e outras cidades brasileiras) e para outros destinos do continente americano, entendido como o "Eldorado" português.

A emigração portuguesa para o Brasil reveste-se de duas características particulares relativamente aos outros grupos de imigrantes nesse país: a regularidade dos fluxos ao longo do tempo e a forte presença numérica. Os portugueses, primeiro como colonos

sob o império, depois como imigrantes, sempre estiveram presentes na população do território brasileiro.

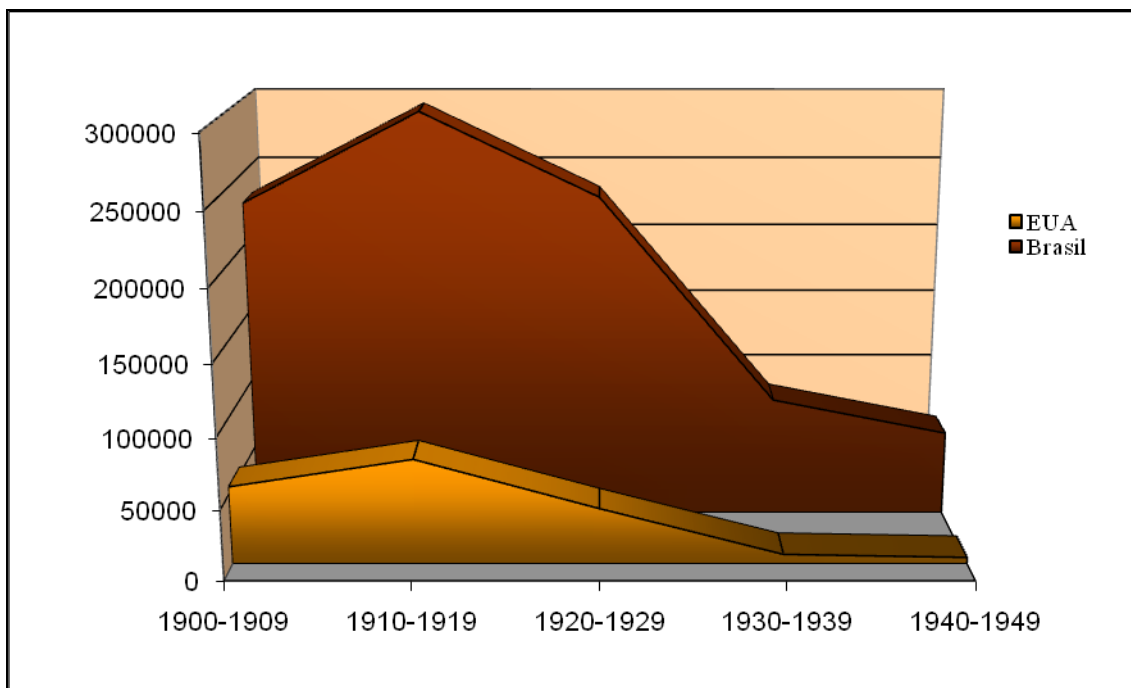
QUADRO N.º 2

O Brasil e os EUA enquanto destinos privilegiados da emigração legal portuguesa (1900-1950)

ANOS	DESTINO	
	BRASIL	EUA
1900-1909	229 348	55 212
1910-1919	293 793	74 705
1920-1929	233 655	39 738
1930-1939	85 690	6 792
1940-1949	60 700	4 580
TOTAL	903 186	181 027

FIGURA N.º 2

**O Brasil e os EUA enquanto destinos privilegiados da emigração legal portuguesa
(1900-1950)**



Com efeito, na emigração legal total de Portugal, durante a primeira metade do século XX, destacamos o continente americano como destino privilegiado, seguido dos Estados Unidos da América.

O Brasil, seguindo uma tradição já do século anterior, constitui o principal destino escolhido. Esta orientação perdura até meados da década de 1950.

Os EUA - nas duas primeiras décadas do século XX - afirmam-se como segundo principal destino da emigração portuguesa, assumindo o contingente emigratório para este país proporções que só viriam a repetir-se nas décadas de 1960 e 1970. Ao contrário do movimento para o Brasil que é constituído principalmente por indivíduos oriundos de Portugal continental, os emigrantes que se dirigem para os EUA provêm maioritariamente das ilhas dos Açores.

As comunidades portuguesas nos EUA viriam então a concentrar-se num número reduzido de regiões — Massachusetts, Califórnia, Rhode Island, New Jersey, Connecticut e o Hawai surgem como as principais zonas de fixação. Refira-se ainda que

os portugueses residentes distribuem-se por um número muito diverso de actividades profissionais (ARROTEIA, 2001a)

Além do continente americano, as estatísticas oficiais registam um fluxo migratório muito diversificado. Além do Brasil os emigrantes portugueses são responsáveis por uma verdadeira diáspora pelo mundo. Passando pela África do Sul e pelas antigas colónias no continente africano - Angola e Moçambique, Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe - e outros países africanos. Igualmente significativa, é a presença de portugueses em certos países asiáticos a testemunhar a antiguidade da emigração portuguesa para tais regiões, nomeadamente para Hong-Kong, Índia e Macau. De realçar ainda a presença portuguesa nas antípodas da Europa, na Austrália, onde esse valor ultrapassava as cinco dezenas de milhar. E já na segunda metade do século XX, destaca-se a emigração para França, fenómeno que não é novo, porém ganha dimensão e relevo político e social.

“Os valores referentes à população de origem nacional residente em países estrangeiros nos finais da década de noventa é esclarecedor da dimensão da diáspora portuguesa na actualidade: cerca de 4,6 milhões de cidadãos, de origem portuguesa residentes nos cinco continentes, a saber: Europa (1 336 700), África (540 391), América Norte (1 015 300), América Sul (1 617 837), América Central (6 523), Ásia (29 271) e Oceânia (55 459). Uma análise mais pormenorizada desta distribuição realça a distribuição desta população por 28 países na Europa; 39 países em África; 32 países na América; 22 países na Ásia e 2 países na Oceânia, de que se destacam os mais importantes: União Europeia (1 201 163), Brasil (1 200 000), Angola (20 000), Moçambique (11 668), Guiné-Bissau (800), Cabo Verde (500), e São Tomé e Príncipe (451). (Arroteia, 2001a)

Tendo em conta a dimensão da população portuguesa residente no território nacional, cerca de dez milhões de habitantes, os valores acima referidos de quase cinco milhões, reflectem bem a dimensão deste fenómeno. Foi, contudo, no Brasil e nos EUA que, na primeira metade do século XX, os portugueses se estabeleceram em maior número.

2. A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA DURANTE A GUERRA CIVIL DE ESPANHA E A II GUERRA MUNDIAL (1935-1947)

Depois de descrita a emigração europeia e portuguesa, na 1ª metade do século XX interessa fazer uma análise mais limitada deste fenómeno durante a Guerra Civil de Espanha e a Segunda Guerra Mundial, não deixando de evocar a conjuntura internacional e as relações entre Portugal e Espanha como também entre Portugal e o Brasil, finalizando com um enquadramento jurídico da emigração portuguesa, durante estes conflitos para o Brasil.

2.1 PORTUGAL FACE À GUERRA CIVIL DE ESPANHA (1936-1939)

O acontecimento mais trágico que ocorreu antes da Segunda Guerra Mundial, foi a Guerra Civil de Espanha uma vez que todos os elementos militares e ideológicos, que marcaram o século XX estiveram presentes neste conflito, desenhando o modelo, mas em pequena escala, das fortes rivalidades existentes entre as facções políticas de esquerda e de direita, das oscilações de poder e as divergências de ideais, dos extremismos e da ameaça de um conflito armado que, mais tarde, veio a emergir em grande escala, que foi a Segunda Guerra Mundial.

Espanha, nos anos 1930 era bastante tradicionalista, assente em pilares conservadores como a Igreja Católica e o exército e vivendo nostálgica do seu passado imperial grandioso (OLIVEIRA, 1996), enquanto a Europa ocidental se dotava de instituições políticas modernas.

Após a ditadura de Primo de Rivera entre 1923 e 1930, depois de um período de ordem e reconstrução nacional e política, em 1931 “foi proclamada a segunda República em Espanha. A nova Constituição declarou o país como uma *República de Trabalhadores*, com o intuito de fazer regressar o país à legalidade política constitucional anterior à ditadura de Rivera” (LEÓN, 1969: 1236) - tanto a ditadura como a monarquia acabaram por ser derrubadas como consequência da grave crise económica de 1929 e dos seus efeitos negativos vividos mundialmente.

Perante este acontecimento a expectativa era que a partir deste momento a Espanha pudesse alinhar-se com os vizinhos europeus e adoptasse uma reforma modernizante

que demarcasse o Estado da Igreja e, que fossem estabelecidas as grandes conquistas eleitorais e sociais que os republicanos conseguiram alcançar, bem como garantir o pluralismo partidário e político.

O governo suprimiu o ensino religioso, destituiu o arcebispado, dissolveu instituições religiosas e as terras foram repartidas. O descontentamento instalara-se entre os católicos e os camponeses que, insatisfeitos, reclamavam as terras que lhes haviam sido prometidas. Os que haviam sonhado com uma República organizada e transparente sentiam-se traídos. Estalaram greves, atentados e sublevações. As crises sucediam-se e novos governos substituíam os que fracassavam (LEÓN, 1969).

Enquanto vigorava a segunda República criou-se uma radicalização de dois campos políticos: de um lado a direita, que envolvia a Confederación Española de Derechas Autónomas (CEDA), partidários de direita, fascistas e monárquicos; do outro, os partidos republicanos, socialistas e anarco-sindicalistas da esquerda espanhola.

O general Francisco Franco, em 1934, foi nomeado chefe do Estado-Maior do exército, promovendo a reorganização das forças armadas.

Por instigação e com o apoio económico do Komintern russo (VII Congresso da Internacional Comunista), em 1935, foi instituída a Frente Popular, em que os partidos burgueses de esquerda, os socialistas, sindicalistas, comunistas e anarquistas se uniram, enquanto que os partidos da direita, pouco unidos, não eram obstáculo à revolta que se preparava nas eleições de 1936.

Em Fevereiro de 1936, houve um confronto entre os dois blocos políticos. Estas eleições concentraram-se entre a Frente Popular e a CEDA, entre os extremos da esquerda e da direita. De um lado estavam as forças do nacionalismo e do fascismo, aliadas a classes e instituições conservadoras de Espanha (como o exército e a Igreja) e do outro a Frente Popular que formava o governo republicano, representando sindicatos, os partidos de esquerda e os partidos da democracia.

Nestas eleições, “triumfa a Frente Popular, que sob a direcção política de Azaña abriria, desde logo, caminho à revolução” (LEÓN, 1969: 1237).

Este período foi palco de grandes mostras de força e tensão. As organizações marxistas tornaram-se em forças de choque com armamento e desfiles nas principais cidades.

Jovens fascistas responderam da mesma forma. Sucederam-se incêndios, greves e atentados, feridos e mortos: estalava a Guerra Civil em Espanha. “O governo deixa actuar criminalmente e com liberdade os seus partidários” (LEÓN, 1969: 1237).

Muitos espanhóis, pouco depois das eleições de Fevereiro de 1936, envolveram-se na conspiração contra o governo republicano legalizado por votação, sendo que Portugal foi um dos “centros” preparatórios da revolta militar que surgiria em Julho de 1936.

É fácil perceber a razão pela qual Portugal se envolvia nesta questão: a vitória da Frente Popular em Espanha, “a impossibilidade de fazer coexistir nos limites estreitos do espaço geográfico [peninsular] dois regimes de orientação contraditória”, a República em Espanha e a ditadura em Portugal, constituía uma ameaça para Salazar, que depressa tomara consciência de que a sobrevivência de cada um dos dois regimes dependia, evidentemente, do derrube do outro (OLIVEIRA, 1999: 149).

A rebelião militar espanhola iniciou-se com o General Franco a agitar as tropas estacionadas em Marrocos que estavam sob a administração espanhola e, ao mesmo tempo acontece um motim, nas principais capitais provinciais de Espanha provocado por grande parte dos generais acabando por falhar.

A impossibilidade de assegurar a vitória do golpe militar de efeito rápido, transformou-o numa guerra civil, que acabaria por degenerar numa guerra prolongada.

O desenvolvimento da guerra civil espanhola torna-se imponderável no contexto de uma Europa em crise e em que a precariedade da estabilidade de fronteiras criadas pelo Tratado de Versalhes era cada vez mais visível e patente. O conflito armado entre o campo conservador, de direita liderado por Franco, e a República entrou numa fase decisiva e, ao mesmo tempo, angustiante.

A Alemanha e a Itália foram os primeiros Estados a apoiar a direita espanhola e a intervir na Guerra Civil de Espanha.

“Para a Alemanha tratava-se de concretizar dois objectivos essenciais: criar no Sul da Europa um novo potencial aliado e enfraquecer, ao mesmo tempo, as posições da Grã-Bretanha no Mediterrâneo; os mesmos objectivos valiam também para o caso da França que detinha posições importantes no norte de África; para o nacionalismo expansionista e agressivo da Alemanha nacional-socialista, liderada, desde Janeiro de 1933, por Adolf

Hitler interessava, por outro lado, testar, no concreto as relações de força da paz (...) de que o Tratado de Versalhes foi a expressão, a capacidade de reacção das democracias quando as suas ambições expansionistas tinham já um calendário (...). A Itália de Benito Mussolini ambicionava reconstruir o *Mare Nostrum* do império romano e os seus dirigentes políticos já tinham contactos estabelecidos, desde 1931, com os conspiradores militares espanhóis (...)” (OLIVEIRA, 1999: 150).

A intervenção portuguesa não foi comparável à italiana e alemã. No entanto, a condescendência e a acção de Salazar, ao lado dos conservadores e dos militares de Franco, foi indispensável.

Após iniciado o conflito armado em Espanha, em Julho de 1936, logo em Agosto seguinte, as potências democráticas europeias (França e Grã-Bretanha) decidiram projectar condições e construir um pacto multilateral que assegurasse a não-intervenção externa em Espanha. Deste modo, Inglaterra, França e União Soviética assumiram um Acordo de Não-Intervenção, ao qual Portugal também acabaria por aderir mais tarde, mediante condições inteligente e diplomaticamente arquitectadas por Salazar, de acordo com o seu objectivo de salvaguarda e sobrevivência do regime.

Depois de conseguido um acordo entre as potências, as que seriam mais determinantes no desfecho final da guerra em Espanha, foi implantada a política desse pacto, a da não-intervenção, quer através da venda de armamento e material bélico, quer através do recrutamento de homens para qualquer um dos lados do confronto. “Deve afirmar-se que o acordo multilateral que presidiu ao Comité de Londres foi, sem quaisquer dúvidas, um dos momentos *mais hipócritas* da história contemporânea do século XX” (OLIVEIRA, 1999: 152).

De facto, tanto a opinião pública internacional como os signatários do acordo sabiam que a Alemanha, Itália, União Soviética e Portugal intervinham de várias formas no conflito espanhol, quer antes do conflito estalar, quer depois.

A Alemanha e a Itália enviavam material e homens às forças nacionalistas, a URSS fornecia material militar importante ao governo republicano e organizou estruturas que fizeram chegar a Espanha um contingente de milhares de homens, de várias nacionalidades, para combaterem os nacionalistas; ambos os lados se apercebiam que em terras espanholas se decidia a sorte da democracia e paz mundiais. “Neste momento

deram frutos os chamamentos do marxismo internacional. Bandos das mais estranhas gentes da Europa e América irromperam pelos Pirinéus e engrossaram as fileiras das milícias dos marxistas, que actuavam separadamente e sem controlo do exército vermelho” (LEÓN, 1969: 1238).

A URSS deixaria apenas de prestar auxílio às forças republicanas a partir de 1938, quando tomou consciência de que a possibilidade de uma agressão alemã contra o seu território era bem real, na medida em que se tornava evidente que as democracias europeias não se mostravam resistentes às pretensões alemãs sobre a região dos Sudetas, pelo contrário, acresciam as condescendências europeias e a ausência de reacção às sucessivas intenções hitlerianas.

Por outro lado, Estaline desconfiava de que a margem de manobra concedida à Alemanha, por parte das potências europeias, tinha por detrás a intenção de deixar Hitler com mãos livres para abrir caminho à expansão alemã para Leste, como afronta ao regime comunista soviético, tendo como objectivo a manutenção do *status quo* a ocidente, ou seja, o líder soviético receava uma concertação entre as democracias e as ditaduras, cuja factura seria paga pela URSS. Foi por isso que Estaline, para além de deixar de enviar armamento e ter retirado as tropas internacionais do território espanhol, iniciou uma prudente aproximação a Hitler, tendo concretizado o Pacto de não-agressão germano-soviético, o último acto preparatório da Segunda Guerra Mundial (OLIVEIRA, 1999: 152).

Este pacto assegurava assim a neutralidade soviética face à iminência do ataque alemão à Polónia, já preparado para 1 de Setembro de 1939, conflito este que corria o risco de sofrer o envolvimento ocidental, tal como aconteceu, dando início à Segunda Guerra.

“A França e Inglaterra, principais potências europeias que continuavam a reger-se, na Europa de entre guerras, pelos princípios e pela prática da democracia representativa, consideraram que era essencial, no contexto do nacionalismo agressivo e expansionista alemão, não dar pretextos a Hitler para abrir um confronto militar que, na geografia política saída do Tratado de Versalhes, se generalizaria a todo o continente europeu. O governo da Frente Popular francesa, (...) ante a eventualidade de *irritar* a Alemanha nacional-socialista optou por embargar a venda de armas e material bélico à Espanha republicana e foi por sua iniciativa que se iniciou o processo de consultas multilaterais

que desembocou no Acordo para a *não-intervenção*, julgando ser essa a via mais segura para garantir a paz na Europa. (...) Na Grã-Bretanha (...) partilhava-se a convicção que urgia *acalmar* Hitler que havia formulado no *Mein Kampf*, e com referências concretas, as suas ambições hegemónicas na Europa. A conjugação das vontades e convicções dos governos de Londres e Paris conduziu à celebração do Acordo (...) e a que viriam a aderir, entre outros a União Soviética (que não queria ficar isolada na cena internacional), a Itália para quem Mussolini conquistara um protagonismo internacional e Portugal a quem interessava, sobretudo, que a República não viesse a ser apoiada ou a poder comprar armamento nos fornecedores internacionais” (OLIVEIRA, 1999: 152).

O acordo de não-intervenção, o pacto multilateral resultante do Comité de Londres de Agosto de 1936, veio suportar, deste modo, o fracasso da Sociedade das Nações (SDN), que se havia mostrado incapaz de assegurar a segurança e a paz colectivas.

A aproximação definitiva entre a Itália fascista e a Alemanha nazi, a demonstração de fraqueza da política de cedências sucessivas das democracias ocidentais às pretensões de Hitler e Mussolini, os ensaios de guerra (dado que o conflito serviu também para testar as novas máquinas e métodos de guerra), a análise dos seus efeitos e o treino em teatros de operações reais foram os factores fundamentais que, sem a Guerra Civil de Espanha e sem o acordo de não-intervenção, teriam obrigado Hitler e Mussolini a encetar outras formas de abrir caminho ao seu expansionismo agressivo.

Num quadro europeu, marcado pela vaga de regimes autoritários e ditatoriais (Itália, Hungria, Roménia, Polónia, Alemanha, Portugal, Grécia), pelo aparecimento de nacionalismos agressivos e expansionistas representados, sobretudo, por Mussolini e Hitler, e num contexto de grande crise económica, social, financeira e política agravada pelo *crash* da Bolsa de Nova Iorque, em Outubro de 1929, a Guerra Civil de Espanha foi o culminar de um desenrolar de tensões e serviu de palco de ensaio à preparação da estratégia dos regimes autoritários europeus (sobretudo Itália e Alemanha) contra o social-comunismo da URSS e um desafio aos regimes democráticos, incapazes e inoperantes, e que conduziu, seis meses após o conflito armado em Espanha, ao deflagrar da Segunda Guerra Mundial. Foi assim que, pouco a pouco, ocorreu a internacionalização da Guerra Civil de Espanha, despertando paixões em todo o mundo,

como simbolizou Ernest Hemingway, escritor e jornalista norte-americano, na sua obra *Por Quem os Sinos Dobram*, ou Pablo Picasso no seu grandioso trabalho *Guernica*.

Portugal, no ano de 1936, no começo da Guerra Civil de Espanha, estava num processo de consolidação do Estado Novo, a nível interno as estruturas corporativas começavam a implantar-se, os alicerces essenciais do regime estavam praticamente estabelecidos (Assembleia Nacional, legislação corporativa, Constituição de 1933).

Apesar de a nível interno o poder do regime de ditadura corporativa de Salazar se afirmasse sem oposição, já a nível externo começavam a anunciar-se grandes sinais de perturbação, que incidiam no país.

Salazar e os dirigentes portugueses, quando a Frente Popular ganhou as eleições em Espanha, logo se aperceberam que o retorno da esquerda ao poder republicano no país vizinho estabelecia uma séria ameaça externa ao Estado Novo e à sua própria consolidação interna.

Muitos portugueses, emigrados políticos em Espanha, com a vitória de Frente Popular podiam actuar livremente em acções conspirativas contra o governo de Salazar o que constituía uma ameaça para a estabilidade do regime o novo rumo da República espanhola, o chefe de Estado português tinha noção dessa ameaça e, também os dirigentes espanhóis que mantinham relações de amizade e apoio com os correligionários portugueses, tinham consciência da impossibilidade de coexistência dos dois regimes peninsulares, e de que a sobrevivência de um dependia do derrube do outro.

O governo chefiado por Salazar não perdia a ocasião de dar apoio a cidadãos espanhóis, que depois das eleições de 1936, se envolveram na conspiração contra o governo republicano, enquanto no território espanhol aumentavam as actividades contra a ditadura portuguesa

O Estado europeu que mais tinha a perder se, em Espanha, fossem derrotados os militares insurgidos contra a República, era Portugal dado tratar-se de um país de regime ditatorial alicerçado na Constituição de 1933, que institucionalizou um governo autoritário.

Desta forma, quando o golpe fracassou, transformando-se numa guerra civil prolongada e, numa altura em que as forças do general Franco se encontravam com dificuldades em transportar as suas tropas, estacionadas em Marrocos, do Mediterrâneo para as principais cidades espanholas, o apoio alemão, italiano e português tornou-se evidente e crucial. Embora Alemanha e Itália tivessem participado directamente com apoio militar, em termos de armamento, homens e meios aéreos, Portugal proporcionou facilidades alfandegárias e ferroviárias para o transporte de material militar através do território português para municionamento e abastecimento das tropas franquistas (OLIVEIRA, 1999).

Foi a fase em que a ajuda portuguesa ao movimento político-militar liderado por Franco se tornou decisiva e, também foi a internacionalização da Guerra Civil de Espanha.

A natureza da intervenção portuguesa foi, então, essencialmente logística, política, diplomática e militar.

Logística, pois o território português serviu de centro de apoio para várias operações dos nacionalistas; política, na medida em que Portugal apoiou sempre a causa anti-republicana e Salazar colocava todos os meios de informação, sobretudo as estações de rádio, ao serviço do general Franco, de forma a informar as suas forças de toda a evolução do conflito, sendo que as estações de rádio portuguesas, beneficiando os militares nacionalistas espanhóis, se constituíram como um dos pilares fundamentais da propaganda político-militar de Franco e o mundo assistiu, pela primeira vez, no nosso século, ao emprego da rádio como meio de propaganda de grande eficácia.

Foi uma intervenção também diplomática, pois defendeu junto das potências europeias a legitimidade dos golpistas e deu voz à causa dos militares franquistas contra as ameaças do comunismo espanhol e internacional, que dominava o governo da Frente Popular; e ainda militar, pois foi permitido o recrutamento de voluntários portugueses para as várias formações militares das tropas de Franco. “Às ordens de Franco (...) alistaram-se milhares de portugueses (pois sabiam que combatendo o comunismo em Espanha, defendiam Portugal)” (LEÓN, 1969: 1238).

O governo português advertia internacionalmente, e sobretudo junto das potências europeias, que estabeleciam no Comité de Londres – como explicámos anteriormente – o acordo de não-intervenção na Guerra Civil de Espanha, para o perigo que constituía

para a segurança e paz na Europa a República espanhola liderada pela *Frente Popular*. A propaganda do bloco apoiante do Estado Novo usava como argumentos os perigos do iberismo e do comunismo internacional, que ameaçavam ultrapassar fronteiras e pôr em risco o regime português.

Como já vimos, Portugal aderiu a este pacto multilateral sob condições, entre as quais a possibilidade de ingerência em Espanha que decorresse da necessidade de defesa do seu regime, ou seja, Salazar hábil e diplomaticamente aderiu à política de não-intervenção, deixando claro que teria direito ao seu próprio espaço de manobra para agir de acordo com o desenrolar dos acontecimentos em Espanha, para a salvaguarda da sobrevivência do seu regime, sendo que os objectivos fundamentais de Salazar e do Estado Novo eram impedir que o território português servisse de refúgio aos comunistas e, neste sentido, apoiava e servia os interesses dos nacionalistas em luta contra a República. Portugal protegia-se a si próprio através do apoio concedido aos nacionalistas espanhóis, mantendo uma neutralidade formal na adesão ao pacto multilateral de não-intervenção na Guerra Civil de Espanha, de Agosto de 1936.

“Portugal permitiu que fosse no seu território que se efectuassem grande parte dos negócios entre agentes de Franco e fornecedores de material de guerra, serviu de ponto de apoio e de trânsito de armamento, munições e combustíveis para as tropas rebeldes; foi ainda o governo de Oliveira Salazar quem pressionou e facilitou a concessão de empréstimos (...). Algumas empresas portuguesas serviram de intermediárias entre os nacionalistas espanhóis e diversos fornecedores europeus e norte-americanos. (...) O material destinado às tropas sublevadas com origem ou trânsito por Portugal atingiu tal volume durante toda a guerra civil que, só em dois dias do mês de Outubro de 1937, partiram com destino à *Espanha nacional* 168 camiões com abastecimentos” (OLIVEIRA, 1999: 153).

Foram recrutados muitos cidadãos portugueses, a maior parte com origem nos sectores mais desfavorecidos da população, para serem integrados nas unidades militares do exército franquista. No entanto, não houve apenas combatentes no campo nacionalista. Ao lado da República e junto das unidades do exército republicano lutaram também tantos portugueses como aqueles que combateram pelos nacionalistas.

O conflito foi interpretado por Oliveira Salazar como um assunto de carácter nacional que poderia condicionar decisivamente a sobrevivência e o futuro do Estado Novo. Desde os primeiros momentos da planificação da revolta contra o governo democrático da II República espanhola, a ditadura portuguesa apoiou o Movimento Nacional, que pretendia estabelecer um regime autoritário no país vizinho. O Secretariado de Propaganda Nacional, dirigido por António Ferro, a diplomacia salazarista, muitos intelectuais e, nomeadamente, a imprensa portuguesa, controlada pelos Serviços de Censura, fizeram uma grande campanha internacional na defesa dos interesses de Franco (PENA, 2007).

Em Março de 1939, poucas semanas antes do fim da guerra civil, Portugal e Espanha assinaram um Tratado de Amizade e Não-Agressão - o Pacto Ibérico.

Com a vitória anunciada de Franco, Salazar e o Estado Novo puderam considerar-se em condições de continuar de modo duradouro no poder; estava agora assegurado de que do outro lado da fronteira não perduraria nenhuma ameaça externa à segurança interna.

Com o terminar da Guerra Civil de Espanha, colocou-se um novo problema ao chefe de Estado português: a vitória do general Franco implicava, por si só, a vitória das teses da Espanha Imperial, bem como se vislumbrava um aumento da influência de Hitler e Mussolini junto do general espanhol. Esta aproximação entre os líderes alemão, italiano e espanhol vinha jogar contra a defesa do império colonial português face às pretensões expansionistas da Alemanha e a única frente de defesa das nossas colónias era a Aliança Luso-Britânica que, no fundo, não oferecia a Salazar uma garantia consistente, na medida em que era sabido que a Alemanha, cada vez mais forte e agressiva, pretendia enfraquecer a posição britânica no Mediterrâneo e exercer influência em África (OLIVEIRA, 1999: 156).

Salazar mostrou-se, contudo, um líder prudente. O tacto e a perspicácia com que Salazar tomou as suas posições acautelaram o regime durante a Guerra Civil de Espanha; embora apoiando decididamente a sublevação militar liderada por Franco, evitou sempre ostentações que pudessem provocar conflitos inultrapassáveis com a Grã-Bretanha, cujos resultados foram plenos (OLIVEIRA, 1999: 156).

Ao terminar a Guerra Civil de Espanha, o chefe de Estado português, tinha a percepção da instabilidade que estava iminente sobre a Europa, sabia que a paz não era sólida e

que se aproximava um conflito armado de proporções gigantescas. A forma como Salazar actuou no conflito espanhol, mantendo-se fiel aos compromissos da Aliança Luso-Britânica, iria ser também utilizada com o mesmo método e a mesma acção na Segunda Guerra Mundial, preservando a neutralidade portuguesa, neutralidade esta que era a condição *sine qua non* da sobrevivência do regime autoritário e corporativo liderado pela carismática personalidade de Oliveira Salazar.

Importava clarificar os termos em que um conflito como a Guerra Civil de Espanha, tendo-se desenvolvido num espaço geográfico nacional, se internacionalizou e fez abater sobre o nosso país a apreensão acerca de um assumido confronto ideológico, no seio de um regime intolerante, incapaz de aceitar a presença e a proliferação de ideais político-económicos e sociais concorrentes. Assim, a Guerra Civil de Espanha levou Salazar a apoiar os nacionalistas de Franco, em meios logísticos, financeiros e humanos; o receio das consequências de uma vitória da esquerda na guerra, enquanto o comunismo ibérico ameaçava o regime, levou à justificação da intensificação da repressão interna, ao fortalecimento da desconfiança, da suspeição, do medo e do reforço do próprio regime.

2.2. PORTUGAL E O BRASIL FACE À SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A Segunda Guerra Mundial, iniciada em Setembro de 1939, transformou-se, dois anos mais tarde, numa autêntica guerra mundial envolvendo todas as grandes potências. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) a mobilização dos recursos dos países beligerantes atingiu níveis insuspeitados e pelo menos morreram 55 milhões de pessoas neste conflito. O resultado final deste conflito acabou por não ser decidido pelas potências europeias, com o envolvimento dos EUA e da União Soviética a partir de 1941, com a derrota da Alemanha Japão e Itália a época do imperialismo desapareceu.

Neste nosso trabalho o objectivo não é desenvolver o desenrolar da Guerra Mundial nem os acontecimentos que, em 1945, determinaram a vitória das potências aliadas, das democracias com excepção da União Soviética, mas gostaríamos de chamar a atenção para o facto de a Segunda Guerra Mundial, enquanto conflito global, ter limitado de modo drástico as migrações em todo o mundo, particularmente as migrações europeias transatlânticas, no âmbito das quais se inseria a emigração portuguesa para o Brasil.

De acordo com a *Histoire du 20^e siècle* (FILIPPI-CODACCIONI, *et al.*, 1991), que seguimos nesta parte do nosso trabalho, em termos de História das Relações Internacionais a Segunda Guerra Mundial acabou por ser uma nova guerra devido a quatro características:

- O conflito teve uma grande complexidade pelo seu próprio sentido, dado que além do confronto entre as nações também se associou uma batalha de ideais políticos entre democracias e ditaduras, desde o momento em que a Alemanha atacou a União Soviética acabando com a incerteza das relações entre estes dois países, de um lado o fascismo, doutro o comunismo.
- A complexidade dos fenómenos da colaboração com o inimigo ocupante e da resistência sentida em todos os países ocupados ou invadidos é explicado pelo carácter ideológico deste conflito.
- A globalização da guerra teve uma dupla origem com a acção dos beligerantes europeus nomeadamente a Itália e a Alemanha que através da pressão diplomático-militar ou da invasão arrastou a guerra a todos os países neutros, bem como através dos territórios colonizados à África do Norte e ao Próximo Oriente, como também o Japão ao entrar em guerra com a China e, aliando-se à Alemanha, ao intervir na Ásia do Sudeste utilizando a fragilidade das potências colonizadoras europeias. Não podemos, nesta conjuntura, também deixar de incluir a intervenção dos EUA, arrastados para o conflito pelo ataque japonês a Pearl Harbour e pela aliança com a Inglaterra levando a que esta guerra tivesse uma projecção planetária.
- A promoção de novas formas de guerra espelhando as alterações do progresso tecnológico, quer nos meios militares terrestres como nos aéreos, imputando uma hegemonia estratégica à ofensiva e ao movimento. As novas batalhas na URSS, em África e no Pacífico, a partir de 1942, em que a ligeireza se combinava com o aumento da capacidade de destruição facultada pelos progressos espectaculares dos blindados, dos bombardeiros, da artilharia e da bomba atómica que transformou a essência da guerra e constituiu mesmo uma verdadeira reviravolta da história mundial, “doravante, sob a ameaça nuclear, cada dia será a véspera do fim dos tempos” (ZORGBIBE, 1990: 466).

- A intensidade e duração do conflito acabaram por fazer da guerra uma verdadeira guerra total: o recrutamento maciço de mão-de-obra, acompanhado na Europa pela expatriação de milhões de trabalhadores estrangeiros; a mobilização humana, de jovens, idosos e mulheres na Alemanha, Rússia e Japão; a guerra psicológica utilizando constantemente a propaganda e a desinformação; os bombardeamentos de pavor, utilizados pelos alemães em Inglaterra e pelos Aliados sobre as cidades alemãs (Dresden, Hamburgo) e japonesas (Tóquio, Hiroshima e Nagasaki); a carnificina e os genocídios cometidos na Europa pelos alemães e na Ásia pelos japoneses.

A principal novidade desta guerra total era que ela tanto se fustigava sobre os militares como sobre os civis, vítimas de fuzilamentos, bombardeamentos, deportações, extermínios de “solução final”, conduzindo a que os civis pagassem um tributo tão pesado como os militares.

Não podemos esquecer que o conflito alastrou a todo o Oceano Atlântico, mais no Atlântico Norte, dando origem à “Batalha do Atlântico”, mas também no Atlântico Sul, para além das tradicionais frentes terrestres de batalha – Europa Ocidental, Europa Oriental, África do Norte e Ásia do Pacífico.

Uma das mais alargadas confrontações entre os aliados e as potências do Eixo, em específico entre as esquadras de superfície e os submarinos britânicos e alemães foi a “Batalha do Atlântico”.

Foi com a intervenção dos EUA que a balança acabou por inclinar para o lado das potências aliadas intervenção dos EUA, vindo a facultar a libertação da Europa a partir do Norte de África (1942) e mais tarde da Normandia (1944). Nesta contra-ofensiva norte-americana, o arquipélago dos Açores constituiu um centro naval e aéreo muito importante para o resultado final da batalha do atlântico.

Em 1940 os submarinos alemães, numa batalha naval contra as frotas mercantes aliadas, foram responsáveis pelo afundamento de milhares de toneladas de navios aliados. Em 1942 esta perda de navios dos aliados teve um acréscimo elevadíssimo, ultrapassando os milhares, só em 1943, é que houve uma diminuição muito acentuada pelo que a ameaça dos submarinos alemães aos comboios do Atlântico, que eram vitais para evitar o

bloqueio marítimo da Inglaterra e manter abertas as grandes rotas de abastecimento, tivesse desaparecido.

A ameaça dos submarinos alemães expandiu-se até ao Atlântico Sul, o que levou com que a navegação fosse feita em comboios dos navios que seguiam a rota do Cabo com destino ao Egipto, Médio Oriente e Rússia.

Com os submarinos alemães a descerem a costa africana e, a chegar à costa brasileiro, levou com que os americanos e britânicos instalassem bases militares no Recife, Rio de Janeiro, Belém, Recife e Salvador.

A Segunda Guerra Mundial acabou a 8 de Maio de 1945, na Europa, com a rendição do III *Reich*, e a 14 de Agosto no Extremo-Oriente com a do Japão, constituiu um marco nas Relações Internacionais, coincidindo com o fim da supremacia da Europa na Política Internacional. “Se em 1918 podíamos dizer da Primeira Guerra Mundial que modificara profundamente o rosto da Europa, di-lo-emos *a fortiori* da Segunda Guerra Mundial, que durou mais tempo, afectou um maior número de países e tomou formas ainda mais diversas” (RÉMOND, 1994: 372).

Tanto para Portugal como para o Brasil a Segunda Guerra Mundial é contemporânea das experiências nacionais estado-novistas, o que levou a que os dois Estados, naquele período, tentassem firmar os seus regimes ditatoriais transpondo os procedimentos mais ou menos perturbados que levaram à sua implementação.

Quer Oliveira Salazar em Portugal, quer Getúlio Vargas no Brasil viram este segundo conflito mundial como uma oportunidade e como um desafio. Como uma oportunidade, pelo facto de terem utilizado a conjuntura de guerra internacional para justificar o reforço do autoritarismo interno e para negociar com as partes em litígio, auferindo benefícios da postura assumida de não-beligerância, Como um desafio, pela necessidade de definição de uma posição comum a seguir face ao conflito.

Foi a decisão de neutralidade destes dois países perante a Segunda Guerra Mundial, que os transformaram em potenciais plataformas de comércio, de comunicação e de relacionamento transcontinental, o que lhes deu uma nova importância e centralidade mundial, perante a inabilidade de outros Estados, agora envolvidos no conflito.

Essa mais-valia manteve-se no pós-guerra em virtude da destruição total ou parcial dos Estados beligerantes, bem como da sua desorganização interna em consequência desse mesmo conflito.

Face ao conflito mundial de 1939, os dois países depressa declararam a sua neutralidade. Esta neutralidade inicial portuguesa e brasileira no conflito mundial aconteceu também pelo consenso das grandes potências a que Portugal e o Brasil estavam ligados, nomeadamente a Inglaterra e os EUA, por depreciarem, numa primeira fase, o papel estratégico destes Estados nos palcos de guerra.

Após a invasão alemã da Polónia em Setembro de 1939, Portugal declarou a sua neutralidade relativamente ao conflito. As condições de neutralidade foram definidas, numa nota oficiosa, por Oliveira Salazar. Não se resumindo a uma declaração de não-beligerância, como fora o caso no início da guerra de 1914, mas uma neutralidade “politicamente activa” (LABOURDETTE, 2001: 566).

“O Governo definiu logo no primeiro momento a atitude que se impunha: manter na medida do possível a normalidade existente, e isso importava na vida económica o emprego dos máximos esforços no sentido da estabilidade da produção e dos serviços, da moeda e do crédito, dos preços, vencimentos e salários. As razões desta orientação estavam em que, repousando a normalidade da vida no equilíbrio económico para o qual contribuem inúmeros factores, se tem visto serem mais favoráveis à colectividade reajustamentos parciais e sucessivos do que a pretensão de ordenamentos de conjunto”¹.

Portugal ao tomar a posição de neutralidade perante o conflito mundial procurava assegurar, além da imunidade do território da metrópole, a integridade territorial das colónias, evitando que se tornassem palco de batalhas ou, à semelhança da Primeira Guerra Mundial, alvo da ganância internacional.

A neutralidade portuguesa também permitia a neutralização de toda a Península Ibérica, entravando uma opção da Espanha franquista pelo apoio à Alemanha nazi, anulando dessa forma a importância geoestratégica e militar da Península. Se a Espanha se

¹ Comunicação de Oliveira Salazar ao país, em 25.06.1942. *Apud* MAGALHÃES, s/d: 25-26.

tornasse beligerante ao lado da Alemanha, a integridade de Portugal (e do seu regime) ficaria seriamente comprometida.

Como afirmou Churchill, “se este grande homem [Salazar] pela inteligência e sabedoria, conseguir manter neutra a Espanha até ao fim, terá prestado a todos um grande serviço” (*apud* BESSA, 1990: 43).

As razões de cariz económico foram também um factor apontado para a posição de neutralidade de Portugal. Embora a vantagem do volume das trocas comerciais que se mantinham com os países aliados² na balança comercial portuguesa (e logicamente para o equilíbrio da sua balança de pagamentos e para estabilidade interna), as vantagens apresentadas pelas trocas efectuadas com os países do Eixo (particularmente com a Alemanha) eram também um factor importante que não podia ser negligenciado: “as nossas relações económicas com a Alemanha apresentam inegáveis vantagens para economia (...) pela nossa absoluta carência de matérias-primas industriais (...) dos acordos de compensação que celebrámos (...) pelos quais o Reich em troca de certa quantidade de minério de volfrâmio por nós fornecida se comprometeu a fornecer-nos determinadas mercadorias de grande valor para a nossa economia” (MAGALHÃES, 1999: 93-94), tais como ferro, vagões, carris, material bélico e carvão, entre outras

Esta fundamentação de natureza económica foi corroborada pelo decreto-lei n.º 32 660³, de 17 de Fevereiro de 1943, que adaptou a economia nacional à conjuntura de guerra através da mobilização das principais actividades industriais do país sempre que o Governo assim o entendesse e determinasse.

Perante este facto a guerra legalizava a verificação das forças económicas e industriais do país, que ficavam dependentes da orientação do Presidente do Conselho, desculpando-se (ou disfarçando-se) as dificuldades sentidas pela população, a quem era pedido que carregasse o esforço desenvolvimentista do país (que sofria as consequências económicas da guerra mundial).

² Este intercâmbio era essencialmente feito com a Grã-Bretanha e depois também com os EUA, situação que seria ainda mais favorecida, com a evolução portuguesa para uma *neutralidade colaborante* com os Aliados e com a assinatura do Acordo de Fornecimento de Compras em 1943.

³ De acordo com o art. 1.º, § 1.º definiam-se como actividades fundamentais as relacionadas com o fabrico/reparação de material de guerra, exploração de comunicações internas e externas, de transportes, exploração mineira, produção de energia, etc. Além disso, previa-se no seu art. 15.º a possibilidade de imposição de censura governamental às comunicações, em caso de guerra iminente ou declarada.

Com a evolução do conflito esta posição de neutralidade portuguesa respeitada no início deste conflito pelos aliados que permitiam a Portugal a conservação dos contactos comerciais de Portugal com os países do Eixo deixou de ser exequível.

A partir do momento em que os aliados começaram a recear a possibilidade da vitória do Eixo ao nível mundial bem como a Europa continental ficar sob o domínio dos nazis, exigiram que perante a aliança anglo-lusa o aliado português cumprisse as suas obrigações, ameaçando retirar o apoio político ao regime totalitário de Oliveira Salazar. Assim, perante esta nova posição dos aliados Salazar modificou a sua acção mais ajustada às pretensões dos aliados mas nunca abdicando da sua política de neutralidade.

Esta política de neutralidade trouxe para Portugal graves consequências tais como as duas invasões a que a sua colónia de Timor foi sujeita. Sendo a primeira nos finais de 1941, quando as tropas australianas tomaram pacificamente a ilha, e a segunda aconteceu com a ocupação pelas forças japonesas a partir de 1942, que durou três anos, com o pretexto do combate e expulsão dos australianos de Timor. Outra invasão comparável aconteceu com Macau estendendo-se por todo o período da Segunda Guerra Mundial.

A partir do momento em que os rumos da guerra já apontavam para uma possível vitória dos Aliados, Portugal passaria de uma “neutralidade geométrica à neutralidade colaborante” (ROSAS, 1994: 269), ao conceder bases marítimas e aéreas nas ilhas dos Açores à Inglaterra (1943) e aos EUA (1944). Essa aliança de Portugal com os aliados foi determinada visando contrapartidas, dado que “o benefício concedido aos Estados Unidos, além de resultar de exigências de ordem estratégica, poderia constituir a base de uma nova aliança, que a posição relativa da Inglaterra talvez justificasse” (MARTINEZ, 1994: 554).

A guerra também trouxe alguns benefícios, como aconteceu com o Brasil, que só foram praticáveis sobretudo pelo crescimento da sua industrialização e do comércio externo, uma vez que os portugueses, durante o conflito, exportaram para os dois lados beligerantes.

Para a balança comercial portuguesa foi muito importante este aumento das exportações que se reflectiu na balança de pagamentos de 1939 a 1945 principalmente pelas

exportações de volfrâmio⁴, como bem destaca Fernando Rosas: “a conjuntura de guerra ficará ligada, em Portugal, não só ao mais importante surto industrializante por ele conhecido até aí (lançamento, nos anos posteriores ao termo do conflito, das grandes obras hidroeléctricas e de várias indústrias de base) como a uma viragem da colonização portuguesa assente na exportação de capital metropolitano e no seu investimento produtivo nas colónias africanas” (ROSAS, 1990: 239).

Tanto Portugal como o Brasil desde o início do conflito que tomaram uma posição de neutralidade, porém com a evolução da conjuntura interna e externa Getúlio Vargas foi obrigado a fazer uma mudança na sua política externa, declarando guerra às potências do Eixo em Agosto de 1942.

A posição brasileira, não se limitando ao período de 1939-1945, só poderia ser entendida considerando-se globalmente o período de 1930-1945. “Os alinhamentos e realinhamentos resultaram da interacção de posições entre o Brasil e as grandes potências, sendo o estado Novo apenas um dos elementos dessa interacção” (FAUSTO, 1994: 379).

Aproveitando as alterações do sistema internacional como o declínio da Inglaterra e a ascensão da Alemanha e dos EUA, o Estado brasileiro assumiu uma posição pragmática ao tentar negociar com quem lhe oferecesse melhores condições.

Assim assinou acordos comerciais com os EUA, desde 1935 e com a Alemanha, desde 1936, que de modo progressivo foi adquirindo uma presença crescente nas exportações brasileiras, daí a necessidade de Getúlio Vargas de executar a *política de equidistância* com diversos países, jogando astutamente com esses parceiros para conseguir levar ao máximo as vantagens para o Brasil.

No âmbito da I Reunião de Chanceleres dos Países Americanos, que teve lugar no Panamá, o Brasil, em Setembro de 1939, conjuntamente com os restantes Estados latino-americanos é imediatamente declarada a neutralidade perante o conflito, cujo objectivo era afastar o seu território a eventuais ataques das forças do Eixo, fortalecendo a solidariedade pan-americana, liderada pelos EUA, como também conseguir negociar e

⁴ As exportações de volfrâmio tiveram um grande crescimento, neste período, devido ao facto de constituir a principal fonte de extracção de tungsténio, por sua vez vital para o reforço do aço e fabrico de blindagem de motores. Ver TELO, 1991.

comercializar com diferentes parceiros, de feição a suprir as suas necessidades de matérias-primas estratégicas, produtos manufacturados e mesmo de material militar (também para o reequipamento e modernização das suas Forças Armadas), dando continuidade ao seu projecto desenvolvimentista da economia e indústria brasileiras.

O território brasileiro era caracterizado pela falta de infra-estruturas, de indústria pesada e de uma produção agrícola modernizada, o que fazia com que o Brasil não possuísse todos os componentes necessários para o seu desenvolvimento e continuasse a depender económica e financeiramente das ajudas externas, apesar das políticas seguidas, desde 1930, para provocar o *boom* industrial e económico. O governo de Gertúlio Vargas apostou mais no desenvolvimento económico do que no reequilíbrio prévio do sector financeiro, ao contrário do projecto português que a autarcia era uma das principais metas do governo de Salazar.

O Estado Novo, apesar de estar de modo constitucional instaurado desde o Golpe de 1937, quando o conflito mundial explodiu ainda não tinha concluído o seu projecto de consolidação e reabilitação nacional, por este motivo o Governo teria de continuar a centralizar as suas atenções no processo de unificação e coesão nacional, para só depois se poder preocupar com as relações internacionais e despender esforços nesse sentido. Sendo assim, qualquer opção externa que fosse tomada, teria de ter sempre em consideração o interesse nacional e a preocupação de salvaguardar o Estado Novo e o seu projecto interno incompleto.

Contudo como essa tentativa para efectuar o desenvolvimento interno e um progresso efectivo das infra-estruturas nacionais não era baseado apenas na capacidade das sinergias nacionais mas também dependendo dos apoios financeiros e técnicos externos, o que originou o aprofundamento da dependência externa do Brasil, responsabilizando, dessa forma, a postura de neutralidade assumida, a curto prazo, e a médio prazo, a própria continuidade futura do regime estado-novista. Apesar do bom relacionamento económico que o governo varguista foi desenvolvendo com muitos dos países europeus, assim como com o Japão, a partir da década de trinta⁵, o seu principal interlocutor

⁵ Este intercâmbio com os países do Eixo tinha-se tornado muito importante, não só para o equilíbrio da balança comercial brasileira, mas também para o próprio desenvolvimento industrial do país. Por exemplo, era da Alemanha que se importavam grandes quantidades de material pesado e de guerra. Estes fornecimentos transitavam por Portugal e ainda no ano de 1940 surgiram alguns carregamentos que haviam sido encomendados ainda antes do início oficial guerra entre o Eixo e os Aliados, e que por essa

continuar a ser os EUA, com quem existia (além de uma forte dependência económica e financeira) um relacionamento privilegiado também a outros níveis, promovido e incentivado pela tendência americanófila dos líderes políticos brasileiros e pela obediência do Governo aos princípios do pan-americanismo e da solidariedade continental.

Os EUA foram adquirindo um crescente protagonismo na vida interna do Brasil e na definição das suas opções em política externa, de forma decisiva a partir de 1939 depois dos primeiros acordos celebrados em Washington ao nível económico e financeiro, passaria a condicionar a própria atitude e o relacionamento do país com os seus parceiros ao nível internacional.

Apesar de serem realizadas, ainda no início dos anos quarenta, algumas encomendas de material bélico e estratégico à Alemanha, a capacidade de negociação de Vargas, desenvolvida nos anos 1930 deixou de ser realizável, a política e a economia brasileiras ficavam cada vez mais obedientes aos interesses norte-americanos, que se pautavam pelo pan-americanismo e pela mitigação dos laços dos países americanos com o resto do mundo.

Esta circunstância levou à ruptura, nos anos quarenta, das relações do Brasil com o Eixo⁶, apesar da importância do intercâmbio comercial que se realizava com esses países, através do qual se conseguiam importantes mercadorias e material estratégico, e à sua entrada efectiva na Segunda Guerra Mundial, também trouxe um novo

razão, foram alvo de pedidos especiais brasileiros ao Governo português para concessão de facilidades para a passagem e embarque em Portugal desse material de guerra, após a declaração de neutralidade dos dois países. Ver Ofício n.º 141 de 13/09/1940 do Director Geral de Negócios Políticos e Administração Interna do M.N.E. para o Ministério da Guerra; Telegrama n.º 137 de 30/08/1940 da Legação de Portugal em Berlim para o Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ofício n.º 54/524.2(81) de 04/09/1940 do Embaixador do Brasil em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros; Nota n.º 5376/40 de 16/09/1940 da Legação Alemã em Lisboa para o M.N.E.; Ofício n.º 5662 de 17/10/1940 do Director Geral da Direcção de Alfândegas para Director Geral de Negócios Políticos e Administração Interna do M.N.E.; Ofício n.º 64/524.2(81) de 18/10/1940 da Embaixada do Brasil em Lisboa para o Ministro dos Negócios Estrangeiros; Ofício de 19/10/1940 do Director Geral de Negócios Políticos e Administração Interna do M.N.E. para a Direcção de Alfândegas; e Ofício n.º 10 de 23/10/1940 do M.N.E. para a Embaixada do Brasil em Lisboa. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A48 M208.

⁶ Tal como afirma o próprio Ministro das Relações Exteriores do Brasil: “a atitude assumida pelo Brasil para com a Alemanha, em Janeiro deste ano [1941], foi determinada pela sua posição continental acima de tudo. Rompendo as suas relações diplomáticas com o Governo alemão, o Governo brasileiro obedeceu simplesmente a compromissos expressos, assumidos abertamente com os demais países do continente, aos quais não poderia fugir sem negar a espontaneidade com que os aceitara, por motivos superiores de solidariedade americana”. Ver Ofício n.º NP/25/940.(00)-7(42).(85)01 de 22/07/1942 do Ministro das Relações Exteriores do Brasil para o Embaixador no R. J.. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A49 M106, p. 1.

agravamento económico e comercial com Portugal, porque para os EUA os Estados sul-americanos deveriam aligeirar o máximo possível as suas ligações às ex-potências colonizadoras (que neste caso era Portugal)⁷.

A política pan-americana, a evolução da conjuntura internacional de guerra e a influência dos EUA condicionariam a partir de então a “política de matérias-primas do Brasil e dificultar[iam] a respectiva aquisição por Portugal”⁸, o que complicava ainda mais o processo de desenvolvimento do intercâmbio comercial transatlântico luso-brasileiro que já de si era bastante complexo.

Os EUA e o Brasil constituir-se-iam como peças muito importantes no *puzzle* do confronto Aliados/Eixo e desfrutariam de uma situação privilegiada na decisão da sorte do conflito pelo que com a evolução da guerra no período de 1941 a 1942 não tolerou a conservação pura e simples do estatuto de neutralidade quer do Brasil quer dos EUA.

A presença comercial da Alemanha na América Latina foi diminuída pelo bloqueio inglês, contudo a Inglaterra não tinha condições para aproveitar esse espaço desocupado. Por isso a presença norte-americana ocorria com mais força

Para Roosevelt a beligerância norte-americana era um facto inevitável, pela extensão mundial do conflito. Os estrategas norte-americanos, preparando-se para o conflito, alargaram o perímetro de segurança norte-americano a todo o continente, aproximando-se dos seus líderes.

Para Vargas era a oportunidade de retirar dividendos, negociando o apoio económico e militar dos EUA como condição para o apoio aos EUA.

“O Brasil tinha ao menos dois trunfos de que os Aliados precisavam. Um era matéria-prima, incluindo borracha natural (...). O outro era seu litoral, que oferecia bases aéreas e marítimas em pontos estratégicos no Oceano Atlântico. Getúlio conseguiu (...)

⁷ A orientação de todo o comércio externo para uma perspectiva intra-continental, onde os EUA procuravam fomentar o aumento de possibilidades de negócio para todos os países americanos, fez com que o Brasil desviasse gradualmente as suas importações (e exportações) para a América, diminuindo os seus contactos com o resto do mundo, onde tradicionalmente adquiria fornecimentos de materiais estratégicos extremamente importantes para o seu progresso industrial (a Alemanha, a Itália e o Japão eram dos fornecedores principais desse material). Nesse sentido, os EUA procuraram substituir todas as outras alternativas internacionais, obtendo assim a hegemonia em todo o mercado continental.

⁸ Informação n.º 63 de 09/12/1941 do Adido Comercial da Embaixada no R. J. para o Ministro dos Negócios Estrangeiros. A.H.-D. do M.N.E.; Cota 2P A40 M124.

financiamento para uma usina siderúrgica localizada em Volta Redonda” (SKIDMORE, 1998: 171).

Gertúlio Vargas declarou guerra ao Eixo em Agosto de 1942, depois de alguns meses de indecisão e ambiguidade. Quando, entre 5 e 17 de Agosto de 1942, cinco navios mercantes foram afundados por submarinos alemães, a indefinição foi ultrapassada. O Brasil entraria na guerra ainda nesse mês sob pressão de grandes manifestações populares.

2.3. AS RELAÇÕES POLÍTICO-DIPLOMÁTICAS LUSO-BRASILEIRAS

Entre os historiadores, que estudam a história portuguesa e brasileira, há uma concordância sobre a ingerência dos modelos políticos italiano e alemão na implantação do Estado Novo português e do Estado Novo brasileiro⁹ apesar de não terem instaurado regimes de tipo nazista ou fascista exactamente ditos; cada um tem as suas próprias características, um regime de carácter ditatorial, não deixando de reconhecer que o Estado Novo brasileiro “compartilhava de muitas ideias postas em prática nesses regimes - legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração” (FERREIRA, 2003: 57). O Estado Novo português, como a maior parte dos regimes autoritários, “sofreu uma influência decisiva do fascismo italiano (...) mesmo assim, o salazarismo e o fundamental da sua elite política não se identificaram com Mussolini enquanto chefe carismático, e muito menos com o seu partido”(PINTO, 2008: 46).

É com a promulgação da Constituição, em 19 de Março de 1933 que se inicia o Estado Novo. No dia 25 de Abril de 1974 com a revolução dos Cravos é que chegou ao fim.

Já a duração do Estado Novo brasileiro é inferior ao português, tendo sido regido por constituição em 10 de Novembro de 1937, através da outorga da Constituição “polaca” estendendo-se até 29 de Outubro de 1945, quando Getúlio Vargas renuncia à presidência da República.

⁹ Sobre o tema, ver: PINTO, A. C. *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa, 1992; SCHIRÓ, L.B. *A experiência fascista em Itália e Portugal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997.

Ao fazermos uma análise sobre as relações luso-brasileiras durante a Segunda Guerra Mundial, torna-se imprescindível recuar até às décadas de 1920 no caso português, e de 1930 no caso brasileiro, para podermos entender a conjuntura que beneficiou a implantação de regimes ditatoriais em Portugal e no Brasil.

Em Portugal, as origens do Estado corporativo deve-se à grave crise política e económica que se estendeu pelo país durante os anos vinte que através do Golpe de 28 de Maio de 1926 pôs fim à primeira república portuguesa. Depois de passar por uma sucessão de golpes e contragolpes o regime salazarista confirma-se na organização de um Estado forte, unificador, cujo objectivo era a edificação de um Portugal novo e moderno.

No caso brasileiro, a partir do momento em que Vargas inicia uma atitude centralista na administração do país extinguindo os principais focos de oposição, agregando alianças e apoios nomeadamente de chefias militares instituiu a consolidação de um processo que aos poucos estava a ser edificado.

A descoberta do falso plano Cohen, apresentado à imprensa em 30 de Setembro de 1937, de acordo com o qual os comunistas projectavam tomar o poder, por meios violentos foi o subterfúgio imediato para a instituição do Estado Novo no Brasil.

Os rumos da República Velha no Brasil foram alterados com a Revolução de 3 de Outubro de 1930 provocando uma ruptura na estrutura republicana vigorante até então, conduzindo a uma série de mudanças traduzidas, principalmente, por uma centralização administrativa do país e de imediato a perda de poder por parte das elites regionais especialmente as elites de São Paulo e Minas Gerais passando de uma fase marcadamente agro-exportadora (domínio da elite “café com leite”) para uma situação de base urbana industrial, apesar de não existir, ainda uma consolidação capitalista, pois “os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem económico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas”. As transformações decorrentes da crise internacional de 1929 influenciaram este período a nível externo.

Pelo comando de Getúlio Vargas, no princípio do Estado Novo no Brasil, em 1937, as relações externas do Brasil terão um contorno mais claro e serão orientadas na obtenção dos recursos necessários ao desenvolvimento industrial do país, tentando atrair capitais

e tecnologia para estimular o desenvolvimento e abrir novos mercados para as exportações brasileiras.

Neste período, as relações externas do Brasil são caracterizadas pela oscilação de posição ora em relação à Alemanha, ora aos Estados Unidos, até a posterior decisão por este último, quando foi acolhida a reivindicação relativa ao empréstimo para a construção da siderúrgica de Volta Redonda.

Getúlio Vargas adota um discurso que vinculava a autarcia econômica, justificando-o como a peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Assim, o governo brasileiro assumirá a posição de um anti-liberalismo representativo, ou seja, a figura do cidadão concederá lugar à classe trabalhadora tutelada pelo Estado.

Na fase inicial do Estado Novo português, diferentemente do caso brasileiro, as relações externas portuguesas estavam ainda orientadas para reter o país num fase de ruralismo e a palavra “industrialização” estava condicionada e à obtenção de géneros de primeira necessidade. Posteriormente, essas relações externas terão por base três pilares: a defesa do império colonial português, a libertação da influência espanhola e a busca de apoios na aliança com a Inglaterra e a aproximação ao Brasil, associada à amizade peninsular e ao bom relacionamento com a Santa Sé.

O empenho do governo português em assumir uma posição de liderança no que respeita ao crescimento das relações luso-brasileiras justifica-se por ser uma solução essencial para a sua sobrevivência. Também a autoproclamação do governo português como líder da civilização lusófona, composta pela união de Portugal, as suas colónias na Ásia e na África e o Brasil, era importante para os planos de manutenção do império colonial do regime salazarista.

A aproximação ao Brasil era de extrema importância para que Portugal, tivesse oportunidade de abandonar a condição de país periférico e ocupasse uma posição de maior destaque no panorama mundial.

Contudo, para isto, necessitava da construção de um Estado forte, com uma economia estável e, devido à falta de industrialização portuguesa, a manutenção do seu império colonial era um ponto indiscutível. Com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, o movimento internacional anticolonialista irá adquirir forma. E, dentro deste contexto, a

intensificação nas relações luso-brasileiras representa um apoio na defesa da manutenção das colónias portuguesas.

Portugal tinha a necessidade de mostrar que era eficiente na sua administração colonial¹⁰, pois “Portugal seria um fabricante de Brasis: um grande país, filho de Portugal e onde todas as raças, em permanente processo de miscigenação, coexistem harmonicamente” (GONÇALVES, 2003: 89)¹¹. O facto de o Brasil ter sido colónia de Portugal constituía uma prova irrefutável da eficiência portuguesa na administração dos seus impérios coloniais.

Porém, também interessava ao Brasil o fortalecimento nas relações luso-brasileiras pois, face ao cenário internacional de graves crises económicas e políticas, que teve como consequência directa uma retracção comercial, este aprofundamento das relações entre os dois países poderia incentivar as exportações brasileiras para a Europa.

Por outro lado, não podemos deixar de assinalar a questão do nacionalismo brasileiro e a relação deste com a sua componente portuguesa, pois na iminência de um conflito mundial, a amizade luso-brasileira representava um elo entre o Brasil e a Europa.

Com singularidades próprias, Portugal e Brasil, a partir dos anos 1930, apresentaram a construção de regimes que se fundamentavam num forte dirigismo estatal, na introdução de políticas sociais e no receio à representação democrática. Contudo, essas compatibilidades ideológicas, ligadas à tradição histórico-cultural aproximam os dois países. Esta aproximação é impulsionada e acontece com a consonância dos decisores políticos e não por simples casualidade.

Em virtude do processo de colonização portuguesa, de todo um passado em comum, das afinidades linguísticas e histórico-culturais, os portugueses poderiam ser equiparados aos brasileiros sem prejuízo da questão nacional¹². Da parte do Brasil, Vargas não

¹⁰ Neste sentido, vale a pena assinalar a obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, a qual aponta a colonização portuguesa como um empreendimento de êxito na forma como valorizou a miscigenação no Brasil. Posteriormente, com a publicação da obra *O mundo que o português criou*, em 1940, Freyre reforça esta posição e vai além ao defender a superioridade portuguesa no que respeita à colonização em todos os lugares onde se processou. Em outras palavras, o posicionamento de Freyre legitima a política colonial portuguesa. Sobre o assunto, ver: GONÇALVES, Williams da Silva. Op. cit., pp. 90-98.

¹¹ De acordo com o autor, “essa ideia da tolerância racial e a propensão para a miscigenação constituem, enfim, a ideia-chave do colonialismo não só contra a pressão das grandes potências, mas também e, sobretudo, contra a pressão do movimento anticolonialista”.

¹² Com relação a este ponto, Amado Cervo informa que “o nacionalismo brasileiro não haveria de comportar qualquer atitude de isolamento, prevenção ou hostilidade, mas, pelo contrário, uma disposição

manifesta imposições a este fortalecimento nas relações luso-brasileiras, até mesmo porque ela será utilizada no projecto de construção da ideologia nacionalista. A presença portuguesa no Brasil favorecia o desenvolvimento de uma política de valorização do elemento nacional¹³, o que permitiu a aceitação pelo Brasil quanto à aproximação portuguesa.

Com Getúlio Vargas à frente do governo nacional, a década de trinta do século XX, estabelece uma nova fase nas relações luso-brasileiras, pois a partir deste momento verifica-se um processo de reaproximação entre os dois países, que favorece a negociação de acordos bilaterais. Em razão das afinidades ideológicas e histórico-culturais, bem como do expressivo número de portugueses residentes no Brasil, a implantação do Estado Novo no Brasil acentua este processo de aproximação.

Para ambos os países, este aprofundamento das relações luso-brasileiras interessava em diferentes dimensões.

Levando em consideração o projecto de continuidade do império colonial português, o governo português, tinha em concepção a criação e a liderança da civilização lusitana, a qual seria integrada por Portugal, as suas colónias e pelo Brasil.

Por várias razões, esta aproximação era igualmente proveitosa para o Brasil. Primeiro, o regime tentava afirmar o nacionalismo, assim a identificação com o elemento português ia ao encontro dos seus objectivos, em prejuízo de outras etnias, sobretudo a italiana, a alemã e a japonesa.

Segundo, o aprofundamento das relações com Portugal, no cenário da crise comercial mundial, poderia incentivar um aumento das exportações do Brasil. Assim sendo, com base na “retórica da afectividade” (GONÇALVES, *op. cit.*) Portugal irá assumir a liderança no processo de união com o Brasil, visando a criação da comunidade luso-brasileira e uma maior aproximação entre os dois países. Como consequência desse fortalecimento nas relações luso-brasileiras, verifica-se a assinatura de um Tratado

congénita para afastar obstáculos externos e aprofundar a inserção no sistema internacional. Um nacionalismo à base da não-confrontação política e da cooperação económica”. CERVO, Amado Luiz. 1994. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: UnB, p. 20.

¹³ De acordo com o próprio presidente Getúlio Vargas, a questão do nacionalismo esteve sempre presente nas suas intenções, tanto que “desde que reassumi o Governo, ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei”. VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. V. III, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p. 156.

Cultural, de uma Convenção Ortográfica, da criação da Revista Atlântico, de um Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933, assim como uma sucessão de outras iniciativas que incentivam a aproximação entre as duas nações e salientam a identidade comum entre Portugal e o Brasil.

Foi somente com a intervenção do governo português que a aproximação entre os dois países no plano cultural, começou a alcançar forma, com a estratégia portuguesa em colocar em evidência todos os aspectos que destacavam a identidade luso-brasileira. Assim, foram desenvolvidas várias actividades que facilitassem a reafirmação de um passado comum, realizaram-se congressos, conferências, palestras, foram criadas Sociedades, Institutos, associações. Com a assinatura, no Rio de Janeiro, do Acordo Cultural Luso-Brasileiro a 4 de Setembro de 1941, que, para além de ter possibilitado uma maior cooperação e divulgação cultural entre os dois países na medida em que tornou possível a ocupação de espaços importantes, como o meio literário, através das exposições sobre o livro português no Brasil, abriu espaço, também, para a execução de uma política de doutrinação da colónia portuguesa residente no Brasil, ou seja, muitas das actividades realizadas, visavam uma legitimação do governo salazarista, na medida em que salientavam os grandes feitos do governo e a expansão da sua ideologia política.

A criação da *Revista Atlântico*, concebida por António Ferro, foi uma das principais consequências deste Acordo. A revista propunha a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira, evidenciando-se, ainda, a publicação de textos que evidenciavam o passado em comum dos dois países. Getúlio Vargas ao afastar-se das potências do Eixo, põe em prática uma política de perseguição e contenção das suas ideias no solo brasileiro, logo a propagação da cultura portuguesa passa a ser utilizada para preencher estes espaços vazios, pelo que esta iniciativa é vista de modo positivo para o Brasil.

Destaca-se, entre as medidas adoptadas para o fortalecimento das relações culturais luso-brasileiras, o Acordo Postal de 1942, pois a sua assinatura estabeleceu um importante meio para o aumento na circulação do livro português no Brasil e o livro brasileiro em Portugal, tendo em conta a redução das taxas cobradas nos dois países.

O Acordo Telegráfico que diminuía as taxas cobradas para a emissão de telegramas entre o Brasil e Portugal foi assinado em 1943.

Como consequência das negociações entre os governos português e brasileiro, a 29 de Dezembro de 1943 era assinada, em Lisboa, uma Convenção Ortográfica, reformulada em 1945.

Outra etapa no processo de aproximação luso-brasileira, passa pela cooperação económica, que havia já sido iniciado em 1933, através da assinatura no Rio de Janeiro, do Tratado de Comércio e Navegação, sem grandes resultados devido à adopção de regimes de protecção económica na sequência da crise de 1929.

“ O tratado previa a criação de uma *zona franca* no território de cada um dos países e consagrava, igualmente, a protecção das marcas e designações que interessavam ao Brasil (como *café do Brasil, tipo Santos, tipo Sul de Minas e tipo Rio*) e a Portugal (como *Porto, Madeira, Moscatel de Setúbal, Carcavelos e Estremadura*)” (CERVOa, 2000: 272). Assim, o Tratado estabelece-se nos princípios da liberdade de comércio e navegação, na reciprocidade e no tratamento da nação mais favorecida.

Sob iniciativa de Salazar, em 1938, é enviada para o Brasil, uma Missão Comercial Especial cujo objectivo era preparar um estudo sobre o comércio entre os dois países, assim como a proposta de medidas para o seu crescimento.

É assinado em Lisboa a 21 de Julho de 1941 um Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação, como consequência deste estudo e da determinação política de fortalecer a aproximação luso-brasileira, que determinava a adopção de medidas restricionistas no domínio comercial entre os dois países.

O referido protocolo de 1941, embora com a obtenção de fracos resultados, propiciou uma discussão bilateral sobre as relações comerciais envolvendo os dois países e possibilitou a correcção de algumas discrepâncias no comércio luso-brasileiro, como era o caso das exportações de couros e peles do Brasil. Além disso o protocolo determinava a criação de duas comissões técnicas, uma brasileira e outra portuguesa, que deveriam actuar em conjunto para a elaboração dos alicerces de um novo tratado comercial luso-brasileiro.

O trabalho desenvolvido por estas duas comissões técnicas foi importante, pois permitiu a análise de todos os produtos comercializados entre o Brasil e Portugal, assim como a indicação de alguns acertos e a necessidade de verificação da lista de produtos brasileiros e portugueses fixados pelo protocolo adicional de 1941. Contudo, com o fim

do Estado Novo no Brasil, as intenções portuguesas à assinatura de um acordo comercial tiveram que esperar por uma conjuntura brasileira mais propícia - final da década de 1940 e princípio da década de 1950.

A grande questão que foi o cerne das relações luso-brasileiras prende-se com a política de Vargas de contenção à emigração.

Estas medidas de contenção à emigração atingiam também os portugueses e foram adoptadas por meio da institucionalização de inúmeros decretos limitativos quer à entrada, quer à fixação, quer ainda quanto ao desenvolvimento de actividades dos emigrantes no Brasil. Os fundamentos utilizados para a adopção dessas restrições baseavam-se no favorecimento da nacionalização do trabalho e na limitação da entrada de estrangeiros que representassem perigo para a soberania nacional, sobretudo alemães e italianos, pois considerava-se que estes eram influenciados pelas ideologias e governos dos países de origem.

Estas medidas restritivas aumentaram consideravelmente, em 1937, com o início do Estado Novo. O governo brasileiro, progressivamente, passou a excluir os emigrantes portugueses das restrições quantitativas colocadas aos estrangeiros, perante as constantes reclamações do governo português e da percepção de que os portugueses, em razão da sua afinidade histórico-cultural e linguística, poderiam ser úteis ao desenvolvimento do projecto nacional almejado pelo presidente Vargas.

Para difundir acções que exaltassem o Estado Novo português e extinguissem as manifestações de oposição ao regime salazarista no país, nomeadamente por parte dos opositores do regime dentro da comunidade portuguesa residente no Brasil, o governo português aproveitou a aliança luso-brasileira para fomentar a sua política de controlo sobre a comunidade portuguesa no Brasil, tendo, inclusive, recorrido ao meio de censura da imprensa brasileira - o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1937. O governo português também procurou, sempre que possível, evitar a naturalização dos portugueses e o envolvimento dos portugueses emigrados no Brasil no conflito da Segunda Guerra Mundial.

As relações luso-brasileiras foram intensificadas e favorecidas, com o início da Segunda Guerra Mundial e o posterior corte das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália, em princípios de 1942, uma vez que o governo brasileiro confiou a Portugal a

defesa dos seus interesses, ou de súbditos brasileiros, na Alemanha, em Itália, no Japão e em outros locais ocupados pelas forças do Eixo, como em França. Assim, aproximação ocorrida neste período e a salvaguarda dos interesses brasileiros por Portugal, coloca em evidência o aproveitamento por parte de Getúlio Vargas da amizade luso-brasileira para assegurar os seus próprios interesses.

A autorização portuguesa para o desembarque em Lisboa de material de guerra, vindo da Alemanha e com destino ao Brasil, na Segunda Guerra Mundial contribuiu para outro tipo de ligação luso-brasileira. O governo português também permitiu o armazenamento temporário do material de guerra, além da permissão para o desembarque.

Salazar, aproveitando-se da amizade luso-brasileira, no final da guerra, adoptou uma estratégia curiosa para fortalecer estes laços e alienar a atenção dos cidadãos da alteração do *status quo* internacional que passa a por em causa a legalidade dos regimes ditatoriais. Congratula-se com os vencedores do conflito - pois conseguiu obter do governo brasileiro a concordância quanto ao desfile, em Lisboa, de um contingente da força expedicionária brasileira (FEB) por ocasião do seu regresso ao Brasil.

Externamente o Brasil lutou pela democracia enquanto que internamente reforçou o regime ditatorial varguista, sendo que a participação do Brasil no conflito mundial criou uma situação contraditória. Em 29 de Outubro de 1945, com o agravamento da instabilidade interna, Getúlio Vargas afasta-se da presidência do país¹⁴ e o ministro José Linhares assumisse o cargo interinamente até que o vencedor das eleições, General Eurico Dutra, assumisse a presidência do país, ainda em 1945.

A informação da queda do Estado Novo no Brasil foi mal recebida pelo governo português comprometendo a consolidação das relações luso-brasileiras, pois com a queda de Vargas, caía também um apoiante das ideias políticas de Salazar e com ele as possibilidades de crescimento das relações entre Brasil e Portugal, que estagnam. Essa inércia mútua só será alterada a partir da democratização política, nos anos 1980, nos dois países.

¹⁴ Getúlio Vargas irá assumir, novamente, a presidência do Estado Brasileiro de 1951 a 1954.

2.4. ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL (1935-1947)

A análise do fenómeno migratório português para o Brasil, durante o período estudado nesta investigação (1935-1947), exige uma reflexão quer das condicionantes externas - como a crise geral do capitalismo, detonada em 1929 e só superada com o conflito mundial; a insegurança das viagens internacionais, motivada pela Guerra Civil Espanhola e pela Segunda Guerra Mundial, apesar de Portugal se ter mantido neutral -, como também das condicionantes internas dos movimentos migratórios - sobretudo as políticas migratórias impostas pelos Estados.

Assim, o papel do Estado é determinante quanto à circulação da população, quer fomentando-a, quer reprimindo-a. Podemos encontrar Estados de tipo “porta aberta” que promovem a imigração de forma a aumentar o “abastecimento” de mão-de-obra. Por outro lado, existem outros Estados caracterizados por uma política de condicionamento (selecção, promoção ou restrição), distorcendo a organização do fluxo migratório, inserindo a adopção de um sistema de quotas para ajudar a preservar a integridade política e cultural ou para impulsionar a incorporação apenas de um tipo determinado de mão-de-obra (por exemplo com competências específicas profissionais ou intelectuais).

Quer pelo Estado de emigração quer pelo Estado de imigração a preferência por uma das duas estratégias político-jurídicas, tem variado historicamente de acordo com a percepção dos seus interesses nacionais.

O fenómeno da e(i)migração, desde cedo levou à intervenção do Estado, no sentido de condicionar, travar ou favorecer tais fluxos, em função dos mais diversos factores - de natureza social, cultural, política, económica, etc.

A partir do século XVIII, o Estado português, exigiu um documento oficial - o passaporte, para todos os indivíduos que atravessassem a fronteira nacional e mesmo os que se deslocassem para outras regiões do seu império colonial, nomeadamente para o Brasil. Existe, assim, uma tradição nacional de intervenção - legislando e regulando a emigração portuguesa. O mesmo aconteceu com o Brasil, quanto à imigração portuguesa, após a sua independência em 1822.

Importa assim analisar a legislação portuguesa e brasileira que directamente ou indirectamente condiciona a e(i)migração portuguesa para o Brasil, nos anos de 1935 -

1947, período do nosso estudo, que foi escassa e pouco inovadora, mantendo-se em vigor, no caso português, a dos anos anteriores, o que nos obriga a analisar os diplomas jurídicos que nos dois países continuaram a ser aplicados, para além, conseqüentemente, dos que entretanto apareceram.

Perante este quadro vemos, então, o enquadramento jurídico da e(i)migração portuguesa para o Brasil.

2.4.1. LEGISLAÇÃO PORTUGUESA

Durante o período estudado – 1935-1947 (Estado Novo) a política portuguesa para a emigração, é caracterizada por uma ruptura com o passado, apesar de haver, numa primeira fase, uma continuidade à legislação republicana. Até 1933 os direitos liberais de mobilidade da população eram respeitados. Foi a partir da Constituição de 1933 que esses direitos passam a estar subjugados aos interesses económicos do Estado português que se preocupa, agora, em privilegiar as colónias portuguesas enquanto destino, valorizando, assim, as colónias portuguesas.

Na Constituição de 1933, no seu artigo 31.º, está estabelecido que “o Estado tem o direito e a obrigação de coordenação e regulamentação da vida económica e social da Nação com o objectivo de povoamento dos territórios nacionais, protegendo os emigrantes e disciplinando a emigração”. Para o Estado Novo estes objectivos assentavam em três grandes alicerces: as remessas financeiras dos emigrantes, os interesses em África e as necessidades de mão-de-obra.

As mudanças da política emigratória seguida pelo governo português foram condicionadas pelo peso destes aspectos que, foram variando ao longo do tempo. Foi antes de 1933 que começou a ser organizado o quadro normativo para controlar e disciplinar a emigração, não para restringir a partida dos emigrantes mas sim, para os controlar e proteger. Apesar desta legislação necessitar de um mecanismo de coordenação, permaneceu sem qualquer tipo de revisão, possivelmente motivado pelos períodos conturbados provocados pela Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial, até 1947, ano em que, depois de uma interrupção total da emigração, foi criada uma agência governamental especial – a Junta de Emigração -, ao mesmo tempo dependente dos ministérios do Interior e dos Negócios Estrangeiros - substituindo o

Comissariado Geral dos Serviços de Emigração existente desde 1919¹⁵. Esta agência veio para regular e supervisionar a emigração¹⁶, através da implementação de um regime de quotas que definiria o limite máximo de partidas, por região tendo em consideração a estrutura da população em idade activa de cada região, e a necessidade de mão-de-obra sobrepondo o interesse colectivo aos direitos individuais.

Quanto à emigração existem estratégias subjacentes à orientação política do Estado Novo, a que Beatriz Rocha-Trindade denominou de “*política de trajecto de ida*”, correspondente à preocupação tradicional dos governos em garantir um mínimo de dignidade no recrutamento e acompanhamento dos emigrantes até ao ponto de destino (recrutamento, processo individual do emigrante, concentração, embarque e viagem de ida - e, a partir daí, quase cessando a sua interferência no processo; [e] a *política de ciclo fechado*, que começa a afirmar-se após as primeiras décadas do século, traduzindo uma intenção de enquadramento permanente durante todo o ciclo emigratório - não só no trajecto de ida, mas durante a estada, preparando eventualmente o retorno e acompanhando-o até se efectivar o fecho do ciclo” (ROCHA-TRINDADE, 1981, 72).

Durante o Estado Novo a política emigratória é dividida em três períodos:

O primeiro período dá continuidade à criação dos instrumentos legais disciplinadores do processo migratório (a condição de emigrante e todo o processo burocrático de que faz parte, as restrições e liberdade de trânsito, as condições de viagem e o processo de recrutamento de transporte marítimo), que vinha sendo executada desde a implantação da República. Este primeiro período inicia-se desde a instituição do regime até à criação da Junta de Emigração em 1947. As medidas fiscalizadoras da emigração podem ser enquadradas na doutrina nacionalista e dos seus princípios. Corresponhia, assim, a uma obrigação inalienável do governo, e, não porque houvesse uma grande atracção internacional de mão-de-obra migrante nem porque as partidas fossem consideradas perigosas para o fornecimento de mão-de-obra.

O segundo período, inicia-se com a promulgação dos decretos-lei n.ºs 36 199 e 36 558, de 29 de Março de 1947 e de 28 de Outubro de 1947. É neste período que se verifica uma política de favorecimento das províncias ultramarinas sendo também caracterizado

¹⁵ Criado pelo Decreto-lei n.º 5 624 de 10 de Maio de 1919.

¹⁶ Decreto-lei n.º 36 558, de 28 de Outubro.

por um condicionamento de emigração. “O Estado Novo subordina o direito individual de mobilidade externa aos interesses económicos do País e à valorização dos territórios do Ultramar pelo aumento da população branca já enunciada no artigo 31.º da Constituição de 1933” (BARRETO, 1999: 616).

O terceiro período, com início a partir de meados da década de 1960, representa uma liberalização da política emigratória portuguesa. “A emigração é despenalizada, sempre que não constitua fuga aos deveres militares, e a exigência de prova de habilitações literárias mínimas para concessão de passaporte de emigrante é suprimida” (BARRETO, 1999: 617).

É importante analisar, assim, os principais diplomas legais que regulam a emigração portuguesa, sobretudo com destino ao Brasil, entre 1935-1947, que corresponde ao período cronológico por nós estudado.

Até 1947, a legislação do Estado Novo que regula a emigração, além de escassa, apenas dá continuidade ao quadro normativo da República, criado no pós I Guerra Mundial, sendo relevantes os Decretos-lei n.ºs 5 624 e 5 886, de 10 de Maio de 1919 e de 19 de Junho de 1919.

O decreto-lei n.º 5 624 reprime a emigração clandestina e regulamenta as agências de emigração “contém várias disposições acerca da emigração, estabelecendo medidas de carácter tutelar; reprimindo a emigração clandestina e ilegal e regulamenta as agências de emigração de passagens e passaportes”¹⁷, ainda prevê a criação de um Comissariado Geral de Emigração dependente do Ministério do Interior, apoiado em órgãos já existentes deste Ministério - os Governos Civis das Províncias e a Direcção-Geral de Segurança Pública -, cujas funções eram de inspecção, polícia e controlo, subordinado ao “Regulamento Geral dos Serviços de Emigração” inserido no decreto-lei n.º 5 886, de 19 de Junho de 1919¹⁸ que “aprova o regulamento geral dos serviços de emigração”, anexo ao mesmo decreto-lei, confirmando o decreto-lei n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919, estabelecendo as regras de procedimento da liberdade de trânsito pelas fronteiras, nomeadamente a emigração portuguesa para o Brasil.

¹⁷ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981 –987.

¹⁸ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Diário do Governo*, I Série – n.º 117, p. 1619 –1633

São estes dois decretos, com as alterações posteriores, que formam o quadro legal da emigração portuguesa até à criação da Junta de Emigração em 1947, pois formalizam a *entidade coordenadora e fiscalizadora da emigração, a liberdade de trânsito e as suas restrições, a condição de emigrante e o processo burocrático inerente, as condições de viagem e o processo de recrutamento.*

Entidade coordenadora e fiscalizadora da emigração

Como já foi referido anteriormente, é criado o Comissariado Geral de Emigração, a partir de 1919, que até 1947 constitui o mecanismo institucional de fiscalização e gestão da emigração portuguesa fazendo cumprir o Regulamento Geral dos Serviços de Emigração, também criado em 1919.

Liberdade de trânsito e as suas restrições

Com efeito, após a I Guerra Mundial, é restabelecida a liberdade de trânsito nas fronteiras nacionais, através do decreto-lei n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919¹⁹, “considerando que, após a assinatura da paz, a emigração do nosso país deverá readquirir a sua importância, se não for lícito esperar que atinja maiores proporções”²⁰. A liberdade de trânsito diz respeito quer à entrada quer à saída pelas fronteiras do território nacional, passando a ser “lícita a entrada no território da República a todos os cidadãos nacionais ou estrangeiros, independentemente da apresentação de passaporte”²¹.

A única restrição quanto à saída pelas fronteiras é a obrigatoriedade da apresentação de passaporte pelos emigrantes, ficando apenas dispensados de passaporte, os diplomatas, os nacionais que se ausentam do país para desempenhar qualquer comissão de serviço público, os que se dirigem às colónias portuguesas, ou os operários que necessitassem de viajar para fora do país e que “tenham de se ausentar temporariamente para o mar ou para o território do continente espanhol [e em geral, aos que] não sendo considerados

¹⁹ Confirmado pelo Decreto-lei n.º 5 886, de 19 de Junho de 1919.

²⁰ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981.

²¹ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981.

emigrantes, se ausentarem do país”²², passando a ter o estatuto de viajantes devido à natureza do seu ofício.

Neste decreto, são ainda definidas outras restrições à emigração que dizem respeito aos “indivíduos maiores de sessenta anos que pretendam partir sem vínculo de trabalho”²³; aos que padeçam de doença ou enfermidade que os impossibilite de trabalhar para angariar os meios necessários à sua subsistência; às mulheres solteiras, menores de vinte e cinco anos, não sujeitas ao pátrio poder ou tutela (...) não acompanhadas de seus pais, tutores, parentes, ou pessoas respeitáveis, se suspeite fundadamente que podem ser objecto de tráfico desonesto; aos que sem acordarem com a autoridade e assistência competente, deixem no país filhos menores; aos menores de catorze anos desacompanhados dos pais ou tutores ou pessoas responsáveis a quem aqueles os entreguem”²⁴. Denota-se uma constante preocupação em impedir que haja uma fuga ao serviço militar, a lei determina que os cidadãos “maiores de catorze anos e menores de quarenta e cinco [que] só poderão obter passaporte apresentando licença das autoridades militares competentes”²⁵.

É uma constante da legislação a preocupação com os “mancebos” e recrutas como se confirma pelos actos normativos posteriores como o decreto-lei n.º 11 300 do Ministério de Guerra, de 30 de Novembro de 1925 que “estabelece as condições em que poderão ser concedidas as licenças para sair do continente da República, ilhas adjacentes e colónias, para o estrangeiro, a indivíduos sujeitos ao serviço militar ou aos que, por dele

²² PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981.

²³ Disposição revista pelo Decreto-lei n.º 7 956, publicado no *Diário do Governo*, I Série – n.º 267, que permite “em determinados casos a emigração aos indivíduos maiores de sessenta anos, nomeadamente se acompanhados por ascendentes ou descendentes, irmãos ou outros parentes a quem a legislação obrigue à sua protecção; em viagem de recreio; em negócios; estudo; tratamento de doenças ou casos análogos, e a ”viagem a realizar seja em 1.ª ou 2.ª classes, ou cabine de luxo”.

²⁴ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 982.

²⁵ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 982.

²⁵ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981.

²⁵ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 5 624*, de 10 de Maio de 1919, *Diário do Governo*, I Série – n.º 98. 6.º Suplemento, p. 981.

²⁵ Disposição revista pelo Decreto-lei n.º 7 956, publicado no *Diário do Governo*, I Série – n.º 267, que permite “em determinados casos a emigração aos indivíduos maiores de sessenta anos, nomeadamente se acompanhados por ascendentes ou descendentes, irmãos ou outros parentes a quem a legislação obrigue à sua protecção; em viagem de recreio; em negócios; estudo; tratamento de doenças ou casos análogos, e a ”viagem a realizar seja em 1.ª ou 2.ª classes, ou cabine de luxo”.

haverem sido isentos, tenham obrigações tributárias a cumprir”. Este decreto-lei regulariza, ainda, a situação militar dos mancebos no estrangeiro”, não permitindo “aos mancebos maiores de 14 anos e menores de 20, ainda não incluídos no recenseamento militar dos 20 anos (...) [a obtenção de passaporte] para se ausentarem do continente, ilhas adjacentes e colónias, para o estrangeiro”, nem a matrícula “como tripulantes de navios estrangeiros com destino a portos estrangeiros, sem que apresentem a respectiva licença militar, a qual só lhes será concedida mediante o depósito de caução de 500\$00 e o pagamento da taxa de licença de 500\$00”, aplicando-se esta restrição, ainda, aos “mancebos de mais de 20 anos, já incluídos no recenseamento militar, enquanto não forem incorporados”²⁶.

A liberdade de trânsito vai sofrendo, assim algumas alterações pelas fronteiras nacionais com leis posteriores como é o caso do decreto-lei n.º 6 912²⁷ de 9 de Setembro de 1920 que “insere várias disposições relativas à exigência de passaportes a nacionais e estrangeiros para entrarem e saírem do território da República”, adiando temporariamente, a dispensa de passaporte prevista no decreto-lei n.º 5 624, exigindo-se passaporte a todos os nacionais e estrangeiros para entrar ou sair do território português (sendo a única excepção os destinos como as colónias portuguesas, ou nas viagens de indivíduos de zonas raianas e que comprovem a necessidade de atravessarem a fronteira por razões de trabalho para garantir a sua subsistência, sendo, por isso, dotados de um salvo-conduto emitidos pelas câmaras municipais. A entrada de estrangeiros deve ser confirmada por um visto dos agentes diplomáticos ou consulares portugueses.

O decreto-lei n.º 13 919, de 11 de Julho de 1927²⁸ determina “de forma a tornar possível uma vigilância eficaz sobre os estrangeiros, com conhecimento dos que entram e dos que se encontram em Portugal com residência temporária ou definitiva”, obrigando o passaporte “devidamente autenticado, visado pelo cônsul da nacionalidade” para a entrada na fronteira e o título de residência para a permanência definitiva ou temporária superior a oito dias a conceder pelos governadores civis (ou pelos administradores dos concelhos para períodos inferiores). Este decreto será confirmado pelos decretos-lei n.ºs

²⁶ PORTUGAL. Ministério de Guerra - Decreto-lei n.º 11 300, de 30 de Novembro de 1925, *Diário do Governo*, I Série – n.º 259.

²⁷ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 6 912*, de 09 de Setembro de 1920, *Diário do Governo*, I Série – n.º 177.

²⁸ PORTUGAL. Ministério do Interior - *Decreto-lei n.º 13 919*, de 11 de Julho de 1927, *Diário do Governo*, I Série – n.º 145, p. 1333 – 1334.

15 884, 16 122 e 16 386²⁹, de 24 de Agosto e de 10 de Novembro de 1928 e de 18 de Janeiro de 1929, respectivamente.

O decreto-lei n.º 33 918, de 5 de Setembro de 1944 vem contariar a liberdade de emigração, nos termos referidos, uma vez que suspendeu a emissão de passaportes para os trabalhadores rurais e industriais. Essa restrição conjuga-se com o decreto-lei n.º 16 782 de 27 de Abril 1929 que proibia a emigração de qualquer nacional (maior de 14 anos e menor de 45 anos) que não conseguisse provar ter completado, com aproveitamento, a escola primária, o que impedia a emigração legal para a maioria da população portuguesa já que nesta, altura a taxa de analfabetismo era muito elevada, lançando as bases para as decisões arbitrárias dos serviços de emigração

Porém, o insucesso das reformas do Estado Novo em solucionar os grandes problemas estruturais que possibilitassem a integração da mão-de-obra excedentária no mercado de trabalho nacional tornava esta política restritiva ineficaz, fomentando apenas a saída clandestina dos emigrantes. Por sua vez permanece a ameaça de uma quebra nas remessas dos emigrantes que leva a que se adopte uma posição dúbia como demonstram os sucessivos decretos - 21 349 de 13 de Junho de 1932; 24 425 de 27 de Agosto de 1934; 27 851 de 13 de Julho de 1937; 29 980 de 17 de Outubro de 1939 e 31 650 de 19 de Novembro de 1941 - que suspendem a entrada em vigor do decreto-lei n.º 16 782 de 27 de 1929, chegando mesmo a admitir o interesse das colónias emigrantes enquanto “forças de influência social e económica de enorme incidência (...) podem dar-nos pontos de apoio para uma acção cultural e económica que um país como o nosso não deve desprezar”.

A condição de emigrante e o processo burocrático inerente

A legislação portuguesa, numa tradição liberal de livre-trânsito pelas fronteiras, faz depender a condição de emigrante da posse de um documento administrativo - o passaporte - para sair do país, documento com funções de identificação e guia para efeitos de embarque, sendo cedidos pelos governos civis da naturalidade ou residência dos requerentes, mediante o pagamento dos devidos emolumentos³⁰ - estavam assim

²⁹ Que “reúne num só diploma todas as disposições acerca da permanência de estrangeiros em Portugal”.

³⁰ Actualizados pelo decreto-lei n.º 9 672 de 13 de Maio de 1924.

definidas as condições estabelecidas quanto à emigração legal, que constituía um processo bastante dispendioso. Subsiste, ainda, um critério suplementar de natureza económica para se obter o estatuto de emigrante - viajar em 3.^a classe (os de 1.^a e de 2.^a são considerados viajantes ou homens de negócios) -, que será superficialmente reformulado com a promulgação do decreto-lei n.º 34 330 de 27 de Dezembro de 1944 ao descrever os emigrantes como “os portugueses que pretendem sair do território nacional para trabalharem em país estrangeiro; as mulheres que acompanhem ou vão juntar-se ao marido emigrante; os parentes por consanguinidade em qualquer grau da linha recta ou até ao 3.º grau da linha transversal de qualquer emigrante quando pretendam acompanhá-lo ou juntar-se-lhe”.

Assim, é legislado o processo administrativo da concessão do passaporte, pelos governos civis³¹, seguindo os trâmites definidos pelos referidos decretos-lei de 1919 que obrigam a que o passaporte seja individual.

Pelos decretos-lei 33 917 e 33 918, de 5 de Setembro de 1944, é que passam a aceitar-se, novamente, os passaportes colectivos.

Condições de viagem

Em toda a legislação deste período existe uma preocupação constante quer com a protecção sanitária do emigrante, quer com o processo de recrutamento, procurando evitar-se assim a emigração clandestina e o aliciamento enganador dos emigrantes, e, por outro lado, garantir através dos emolumentos e taxas a que os emigrantes eram sujeitos mais receitas para o Estado.

É através do decreto-lei n.º 23 116 de 11 de Outubro de 1933 que **é exigida a presença**, no pessoal português de assistência obrigatório a bordo de qualquer navio estrangeiro que transporte emigrantes, de um médico “seja qual for o número de emigrantes; de um enfermeiro “até cem; ou dois (...) quando for excedido esse número; de um ajudante de enfermagem “quando o número de emigrantes atinja vinte e cinco”; dois criados para qualquer “número de emigrantes até vinte e cinco, e, acima deste número, mais um criado para cada grupo de vinte e cinco ou fracção” actualizando-se, assim, os decretos-lei 13 213 de 4 de Março de 1927, 18 085 de 13 de Março de 1930 e 19 029 de 13 de

³¹ Competência confirmada pela portaria 2 719 de 25 de Abril de 1921.

Novembro de 1930, e toda uma legislação no mesmo sentido que vinha já delineada do século XX.

Processo de recrutamento

Desde 1919, que se procura estabelecer, também um quadro normativo para o recrutamento dos emigrantes com a finalidade de uma maior e mais eficiente fiscalização na actividade das agências de “emigração e passagens” (obrigados a habilitarem-se por uma licença do Comissariado Geral dos Serviços de Emigração) como forma de evitar a emigração clandestina promovida por “engajadores” pouco escrupulosos; a interditar a “excitação pública à emigração, bem como a propaganda enganadora e dolosa para o recrutamento individual ou colectivo dos emigrantes (...)”, assim “os agentes de emigração” são obrigados a “realizar com cada um dos emigrantes aliciados um contrato escrito”, tentando-se garantir os cuidados médicos, a segurança da viagem e dos bens do emigrante, a salubridade da acomodação e da alimentação a bordo³², como fica patente nos decretos-lei n.º 7 370 e 7 538 28 de Fevereiro e de 9 de Junho de 1921; das portarias n.ºs 3 175, 3 380 e 3383 de 10 de Maio, de 22 de Novembro e de 23 de Novembro de 1922; e do decreto-lei n.º 20 326 de 21 de Setembro de 1931.

2.4.2. LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

É com o governo de Getúlio Vargas, de modelo político nacionalista, que a legislação brasileira, a partir da década de 1930, estabelece um obstáculo à imigração de cidadãos portugueses, representando uma viragem na política “de porta aberta” aos imigrantes, mais evidente a partir da abolição da escravatura com a Lei Áurea, em 1888. Assim, a política dos governos republicanos orientaram a sua política com o intuito de incentivar a imigração, tendo como objectivo ocupar os postos vagos pelos escravos com a mão-de-obra imigrante bem como aumentar a ocupação efectiva do território, em ordem ao reforço da soberania nacional e à valorização económica do país. Este apelo à imigração europeia também, subentende já uma política eugénica de embranquecimento da

³² Decreto-lei n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919.

população brasileira, como está bem patente com a criação, em 1931, do Comité Central de Eugénismo, presidido por Renato Kehl e Belisário Penna.

Esta ruptura na política brasileira, a partir do governo de Vargas, é caracterizada pela restrição à imigração no Brasil. Além das razões económicas - como o proteccionismo da economia brasileira e o combate ao desemprego dos nacionais brasileiros, após a crise de 1929 -, também existem motivos políticos que se prendem com a ideia de que “os imigrantes europeus não se haviam inserido na sociedade e estavam formando grupos que poderiam ameaçar a sociedade nacional, já que eram monitorados politicamente pelos governos de seus países de origem” (GONÇALVES, 2003: 150)

Neste sentido, o governo brasileiro, com o decreto-lei n.º 19 482 de 12 de Dezembro³³ de 1930, “limita a entrada de estrangeiros em 3.ª classe, e portanto considerados imigrantes”. No artigo 3.º deste decreto-lei obriga, ainda, o estabelecimento de quotas de trabalhadores nacionais nas empresas que explorassem concessões do governo ou que fossem contratadas para serviços e fornecimentos, pelo que ficou conhecida pela “lei dos dois terços”. A finalidade deste decreto era tentar atenuar o problema do aumento do desemprego urbano gerado pelo êxodo rural que veio aumentar em grande escala o número de desempregados nas cidades, e combater a ameaça do socialismo, que tinha chegado ao país na sequência de uma imigração desregulada, obrigando, ainda, os imigrantes a dirigir-se novamente, mesmo contra a sua vontade, para os centros rurais.

As restrições previstas pelo decreto-lei n.º 19 482 - prorrogado pelo decreto-lei n.º 20 917 de 7 de Janeiro de 1932, serão reforçadas pelos decretos 20 291 de 12 de Agosto de 1931 (nacionalização do trabalho); 20 303 de 19 de Agosto de 1931 (“exclusividade dos nacionais nas matrículas nas capitânicas do porto para serviços de mar”).

A confirmação da limitação de entrada de imigrantes veio com a promulgação do decreto-lei n.º 22 453, 10 de Fevereiro de 1933.

O artigo 121.º da Constituição de 1934, ao estabelecer que “a entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e à capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de 2% sobre o número total dos respectivos

³³ ARQUIVO Nacional - *Coleção de Leis do Brasil*. In <http://www.republicaonline.org.br>

nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos”³⁴, vem revelar a política proteccionista de Vargas.

“A política imigratória de Vargas pretendia, portanto, restringir a entrada de estrangeiros e limitar as suas actividades no Brasil (...). Os estrangeiros são proibidos de votar, de ser funcionários públicos, leiloeiros [decreto-lei n.º 21 981 de 19 de Outubro de 1932], de explorar a pesca e indústria correlatas [artigo 5.º do decreto-lei 794 de 19 de Outubro de 1938], a navegação de cabotagem, de exercer os ofícios de tradutor público, intérprete comercial, classificador de produtos agrícolas, pecuários e de matérias-primas, armador, comandante de navios nacionais, práctico de barras, portos, rios e lagos (...) foram proibidos de explorar minerais e energia eléctrica [decreto-lei n.º 852 de 11 de Novembro de Novembro de 1938 e decreto-lei n.º 24 643 de 10 de Junho de 1934] (...); as companhias de seguros só podiam ser de propriedade dos nacionais [decreto-lei n.º 2 063 de 7 de Março de 1940] (...) não podiam possuir imóveis da União situados dentro da faixa de 10 metros das fronteiras [decreto-lei n.º 5 760 de 5 de Setembro de 1946]; somente os brasileiros podiam explorar os meios de comunicação, (...) o cargo de presidente de sindicato só podia ser exercido por brasileiros”³⁵.

Através do decreto-lei n.º 5 452 de 1 de Maio de 1943, além nos artigos 310.º e 311.º é criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que negava o acesso dos imigrantes a actividades como as de revisor ou fotógrafo de empresas jornalísticas, de locutor, de jornalista, com o artigo 1031.º do Código de Processo Civil de 18 de Setembro de 1939, a actividade de árbitro em júízo arbitral também era impedida de ser exercida pelos imigrantes.

Em 1937, a instituição do Estado Novo brasileiro consolida ainda mais a política restritiva da imigratória brasileira, sendo notório na produção normativa a partir de 1938, com a promulgação dos decretos-lei n.ºs 383 de 18 de Abril de 1938 (negando a actividade política a estrangeiros); 389 e 390 de 25 de Abril de 1938 (regulando a nacionalidade brasileira); 392 e 479 de 27 de Abril e de 8 de Junho de 1938, respectivamente (dispondo sobre a expulsão de estrangeiros) e 394 de 28 de Abril de 1938 (legislando o regime da extradição).

³⁴ *CONSTITUIÇÕES do Brasil de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, 1986, p. 173.

³⁵ LOBO, Maria Lahmeyer – *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 176, 177.

Não podemos deixar de destacar, ainda, o decreto-lei n.º 406 de 4 de Maio de 1938 que mantém o sistema de quotas (previsto na Constituição de 1934 e que se mantém na Constituição de 1937) ao reservar, no artigo 2.º “o direito [do governo federal] de limitar ou suspender, por motivos económicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens³⁶”.

O decreto-lei 3 010 de 20 de Agosto de 1938 que vai regular decreto-lei n.º 406, de 1938, ao defender, no seu artigo 1.º que “este regulamento dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola. Em sua aplicação ter-se-á em vista preservar a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses económicos e culturais”³⁷, revela também uma preocupação governamental pela unidade étnico-cultural, determinando que cada núcleo colonial deve ser composto pelo menos por 30% de brasileiros limitando a 25% o máximo de indivíduos de uma só nacionalidade estrangeira.

A comunidade imigrante portuguesa, pelo seu número, será gravemente lesada pela política brasileira restritiva, embora não fosse esse o seu objectivo principal, não evitou que incluiu, mesmo, diligências políticas do governo português.

Quer os imigrantes quer os representantes de sectores económicos accionam, no Brasil, uma oposição a estas medidas que com a redução da mão-de-obra imigrante, sentem que estão a ser prejudicados pelo que insurgem-se junto do Conselho de Imigração e Colonização, forçando o conselheiro Luiz Betim Paes Leme a propor ao referido Conselho a avaliar o caso da imigração portuguesa visto que o imigrante português era “um elemento sociológico de incontestável valor eugénico, com um poder de adaptação (...) característico [tendo] colaborado pacificamente durante mais de quatro séculos (...) atestando sua civilização, cultura e sentimentos de perfeita solidariedade”³⁸.

³⁶ ARQUIVO Nacional – *Decretos-Leis de 1938*. Vol. II.

³⁷ ARQUIVO Nacional – *Decretos-Leis de 1938*. Vol. III.

³⁸ Apud GONÇALVES, Williams – *O realismo da fraternidade: Brasil – Portugal*. Lisboa: ICS, 2003, p. 151.

Através da Resolução n.º 34 de 22 de Abril de 1939 Conselho passa a considerar “os portugueses, para os efeitos do Decreto 3010, de 20 de Agosto de 1938, isentos de qualquer restrição numérica quanto á sua entrada no território nacional”³⁹.

Para a imigração portuguesa, esta resolução significou um ponto de viragem do Governo de Vargas. Não significou um retorno à política de “porta aberta” à imigração, embora sendo um incentivo pois sendo abolida a restrição quantitativa, continuavam as restrições qualitativas no que diz respeito às oportunidades de trabalho, negadas pelas normas legais de 1938, supra citadas.

Com a assinatura do Tratado de Comércio de 1933 entre Portugal e o Brasil, revitalizado pelo Protocolo Adicional de 1941, como “a isenção de pagamento de visto consular para imigrantes lusos, agricultores e técnicos de indústrias rurais, a introdução de dez mil famílias de agricultores dessa nacionalidade no Brasil (13 de Março de 1939), para serem localizadas na lavoura do Estado de São Paulo (...), a concessão, exclusivamente aos portugueses de vistos permanentes”⁴⁰ vem demonstrar que os obstáculos aos imigrantes portugueses foram reduzidos gradualmente. Um dos factores que muito contribuiu para o decréscimo das restrições à imigração portuguesa foi o reforço dos laços político-diplomáticos entre os dois regimes ditatoriais.

O governo brasileiro, após o final da Segunda Guerra Mundial, redefine a sua política imigratória, passando a imigração ser considerada como um factor de progresso, através do decreto-lei n.º 7 967 de Setembro de 1945.

Em jeito de balanço final, podemos concluir que a legislação produzida, quer em Portugal quer no Brasil - ambos com governos autoritários ou ditatoriais e de feição nacionalista -, quanto à e(i)migração portuguesa, é caracterizada pelo condicionamento do fluxo migratório, tanto de um lado como do outro do Atlântico. Esta legislação restritiva, reforçada pela conjuntura desfavorável estabelecida com a Segunda Guerra Mundial, permite perceber o acentuado decréscimo da emigração portuguesa para o Brasil nos anos de 1935 a 1947.

³⁹ *Diário Oficial* de 15 de Maio de 1939.

⁴⁰ LOBO, Maria Lahmeyer – *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001, p. 178.

3. A EMIGRAÇÃO PARA O BRASIL ATRAVÉS DOS LIVROS DOS REGISTOS DOS PASSAPORTES DO GOVERNO CIVIL DE BRAGA (1935-1947).

3.1. ANÁLISE CRÍTICA DAS FONTES

O estudo da emigração exige que se privilegie as fontes primárias mais próximas do acto legitimador desse fenómeno - a emissão do passaporte -, de forma a podermos avaliar quantitativamente os fluxos migratórios durante um determinado período de tempo bem como realizarmos uma análise qualitativa dos efectivos emigrantes, permitindo-nos caracterizar o perfil socioprofissional do emigrante.

A emissão e o registo de passaportes para o Brasil, a partir do século XVIII foi sempre da responsabilidade da administração pública. Com a instauração definitiva do liberalismo em Portugal em 1834, e da reestruturação administrativa do país em 1835, passam a existir os distritos - à frente dos quais estão os Governos Cívicos. A partir desta altura, os Governos Cívicos passam a ter a competência exclusiva da emissão dos passaportes dos emigrantes - mantendo-se até aos nossos dias, apesar de uma curta interrupção a partir de 1947.

Assim, no período analisado, e de acordo com a Portaria 2 179 de 25 de Abril de 1921 que confirma o artigo 4.º do decreto-lei n.º 5 886 de 19 de Junho de 1919, a concessão de passaportes é da competência dos governos civis da naturalidade ou residência dos impetrantes, entendendo-se a residência como o lugar onde o indivíduo “se encontra com ânimo de mais ou menos demora”.

Na maior parte dos arquivos distritais encontram-se depositados, por via de incorporação administrativa, os acervos dos Governos Cívicos constituindo um fundo documental composto, entre outras, por duas séries documentais - Os *registos de passaportes* e os *processos de passaporte*, que são peças processuais no âmbito do acto de concessão do passaporte ao impetrante.

O Distrito de Braga é uma excepção no quadro nacional, quanto aos *livros de registos de passaportes*, uma vez que se encontram ainda depositados no Governo Civil de Braga, apesar de estar em preparação um acordo de parceria com o Arquivo Distrital

para a digitalização desta documentação, ao contrário do que acontece com os *processos de passaportes*, que já foram enviados para o Arquivo Distrital de Braga, porém com várias lacunas e ainda em tratamento arquivístico.

Foi, assim, consultado no Governo Civil de Braga o acervo documental que permitiu este estudo, composto por 54 livros de *registos de passaportes*⁴¹, abrangendo o período de 1868 a 1989. Esta série documental contém o registo de concessão de passaportes para emigrantes e viajantes, com particular destaque para a emigração portuguesa destinada ao Brasil, encontrando-se ainda os destinos “Espanha” e “Europa” em muitos dos pedidos de passaportes.

Nesta série incluem-se os *registos de passaportes* analisados neste estudo, que se encontram encadernados em 3 livros em estado razoável de conservação, englobando todos eles mais que um ano civil, identificados respectivamente com os números 23 e 24, respectivamente, existindo, ainda um terceiro livro sem referência, a que convencionámos designar por [25].

Além dos *registos de passaportes* existem ainda os *processos de passaporte* enquanto elementos do processo legal de aquisição do passaporte - instrumento legitimador do direito de saída pelas fronteiras ao seu titular – e que constituem as peças documentais fundamentais para se iniciar um estudo sobre migrações, não obstante tais fontes, como é óbvio, não contabilizarem a emigração clandestina.

Os *processos de passaportes* são peças documentais constituídas por vários documentos exigidos por lei ao impetrante quando requer o passaporte junto do governo civil do seu distrito de naturalidade ou residência, o requerimento de passaporte, o certificado de registo criminal e policial, o termo de abonação, o atestado da junta de freguesia confirmando que o impetrante não deixa filhos menores, o atestado do Chefe da Secção Administrativa da Câmara da residência do impetrante confirmando que este deixa garantidos à família os meios de subsistência necessários durante a sua ausência no estrangeiro, o certificado consular atestando que o impetrante se desloca para o Brasil com vínculo de trabalho, tendo familiares no Brasil que se responsabilizam pelo sustento do mesmo ou em caso de insucesso na procura de emprego, no seu repatriamento, o boletim de saúde e outros documentos que eventualmente os

⁴¹ Ver Anexo I.

impetrantes juntavam ao processo, como a cédula militar. Sendo documentação avulsa, registamos a falta de documentos em alguns processos e mesmo hiatos na ordem cronológica, o que nos levou a privilegiar apenas os *registos de passaportes* enquanto fonte desta investigação.

Os *registos de passaportes*, consultados na nossa investigação, são um documento de tipo serial, compilado cerca de uma centena de folhas e encadernado em livros também numerados, geralmente com (frente e verso) com 10 registos de passaportes em cada página o (livro n.º 23 contém 112 folhas, o n.º 24, 101 folhas, e o n.º [25] 97 folhas), contendo um formulário que segue um modelo que se mantém inalterado em todo o período analisado (1935-1947). Essa ordem sequencial, resultante da numeração de cada registo e de cada livro, torna possível o tratamento estatístico de análise de séries, em termos quantitativos bem como a análise qualitativa pela riqueza das suas informações quanto à identificação, filiação, profissão, naturalidade e residência e destino.

São formulários impressos com o preenchimento manuscrito dos elementos de identificação do impetrante do passaporte. Essas informações são extraídas dos *processos dos passaportes*.

O registo é composto graficamente por dezasseis colunas. Na primeira coluna “número” são descritos numa ordem ascendente o número do registo (que corresponde ao número do passaporte), a data de concessão do passaporte expressa pelo “dia, mês e ano” consta na segunda coluna.

Na terceira coluna “nomes” é registada a identificação do impetrante, como o nome completo do impetrante, a filiação (nome do pai e da mãe), a naturalidade, a residência (só em muito poucos passaportes é que aparece a referência à residência, no ano de 1947), o estado civil, a profissão e o número do bilhete de identidade⁴², a partir de Outubro de 1946.

A descrição física do impetrante, como a “idade” (quarta coluna), a “altura” (quinta coluna), o “rosto” (configuração) (sexta coluna), os “cabelos” (cor) (sétima coluna), os “sobrolhos” (cor) (oitava coluna), os “olhos” (cor) (nona coluna), “nariz” (configuração) (décima coluna), “boca” (décima primeira coluna), “cor” (décima segunda coluna)

⁴² Criado pelo decreto-lei n.º 5 266, de 16 de Março de 1919 e regulado pelo decreto-lei n.º 12 202 de 26 de Agosto de 1926.

seguidos da indicação dos “sinais particulares”(décima terceira coluna) onde são coladas as fotografias dos impetrantes, “para onde vão” (décima quarta coluna), “nome dos abonadores” (décima quinta coluna) e “observações ou pessoas que acompanham” (décima sexta coluna).

São fontes fundamentais para o estudo da emigração embora levantem, como todas as fontes históricas, alguns problemas na sua análise, resultantes do facto do seu preenchimento ser realizado por diversos amanuenses que se vão sucedendo no tempo, em que os critérios adoptados no registo da informação e o rigor vão variando ao longo dos anos pesquisados, o que obriga a um esforço acrescido quer pela dificuldade de compreensão da escrita quer pela discrepância dos critérios adoptados pelos mesmos.

Assim, e procurando fazer uma análise crítica das fontes chamamos a atenção para algumas dificuldades encontradas na consulta dos *livros de registo de passaportes*.

- um dos problemas recorrentes neste tipo de fontes diz respeito à falta de zelo na numeração, levando a aparecer, por vezes números repetidos ou com hiatos bem como alguns registos que por terem sido “anulados” por incorrecções de conteúdo, que podem comprometer uma análise estatística dos dados. Por exemplo, no livro de *registos de passaportes* com o n.º 23, relativo aos anos 1935 a 1943 (14 de Janeiro 1935 a 05 de Março de 1943) o amanuense saltou do registo com o n.º 135 (14-02-1939) para o n.º 156 (15-02-1939), pelo que não existem os números 136 a 155. Também no ano de 1937 (08-01-1937) o amanuense continuou com a numeração do ano 1936, em 28-12-1936 tem o registo n.º 444 e começa o ano 1937 com o n.º 445 até ao 449 só no dia 15-01-1937 é que começa a numerar com o n.º 1, ao contrário do que é habitual, nomeadamente a renumeração dos registos no início de cada ano civil. O registo com o n.º 387 de 12-12-1946 foi anulado pelo que se passa do número 386 para o 388. O n.º 387, com outro titular, aparece entre o n.º 391 de 12-12-1946, que também foi anulado, e o n.º 391, da mesma data, registado com outro titular de passaporte diferente do que foi anulado.
- Igualmente no campo da “idade” encontramos algumas lacunas fruto do esquecimento pelo amanuense. A interpretação estatística realizada na base de

dados que construímos, levou-nos a convencionar que nesses casos seria colocado o n.º 999 que significa “sem indicação.

- Quando à caracterização física, convém referir estes registos contam com a fotografia do impetrante o que representa uma valiosa ajuda para o investigador, apesar de facilmente as fotografias descolarem-se e perderem-se ou encontrarem-se em mau estado de conservação. Por outro lado, a colocação da(s) fotografia(s) ocultou, em alguns casos, a informação do destino.
- Quanto à data nada há, em geral a criticar, não suscitando a fonte quaisquer problemas, mesmo quando, num caso isolado, o amanuense, por descuido, não a registou. Dado que os registos seguem uma ordem cronológica, facilmente se torna possível inferir a data em falta, como aconteceu com os registos números 1, 2, e 3 do ano de 1940 que não têm data de emissão.
- A “identificação” do titular não merece críticas, excepto quando não há um grande cuidado com a escrita - raras vezes -, bem como pelas dúvidas que levantam alguns nomes, pela insuficiência de dados apresentados, nomeadamente no caso de impetrantes femininas em que é registado apenas “Maria Adelaide” ou “Paulina Maria” ou “Carolina Augusta”, sendo que muitas vezes encontramos o registo do nome completo em pedidos de passaporte futuros (ou passados) no âmbito da filiação do titular. Esta dificuldade acarreta o perigo de negligenciarmos alguns núcleos familiares que partem juntos pela ausência de referências comuns nos apelidos. Neste campo, em determinados anos como o ano de 1935 e parte do ano de 1936, na filiação, não consta o nome da mãe.
- O campo da “naturalidade”/“residência” suscita alguns problemas no seu tratamento estatístico, pois como acontece com o “destino”, encontram-se registos com a informação completa “freguesia/concelho”, ou apenas com a indicação do concelho, na maior parte das vezes “Braga”. Por outro lado, o distanciamento cronológico entre o investigador e a fonte obriga a uma tarefa de actualização da toponímia dos concelhos de onde os emigrantes são naturais. Neste caso, o apuramento da naturalidade por concelhos, tem em atenção a área actual dos mesmos. A informação recolhida quanto à “residência” deve ser

desvalorizada, porque sabemos hoje, através do cruzamento de outras fontes, que essa indicação é muitas vezes forjada apenas para possibilitar o acesso ao Governo Civil da “área de residência” caso não seja possível o do distrito da sua naturalidade.

- Uma dificuldade acrescida diz respeito à diversidade de critérios adoptados quanto ao registo do “destino” do titular do passaporte visto aparecer inúmeras vezes apenas a indicação de “Brasil”, sem especificar o porto escolhido para o desembarque, tendo-se convencionado que esses registos iriam ser contabilizados em “outros destinos”, apesar de, com todas as probabilidades, pertencerem a um dos destinos (Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baía, etc.) já evidenciados, o que nos distorce a perspectiva sobre as rotas de emigração dentro do Brasil. Este problema acontece também com os outros destinos, fora do Brasil como sejam a “Europa”, em que nos aparecem indicações como “Europa e América do Norte”, “Europa, Espanha, França, Bélgica, Holanda e Alemanha” que ficaram incluídos no destino “Europa”.
- Quanto ao “estado civil”, não se apresentaram grandes problemas de interpretação, apesar de não constar em alguns registos. Contudo estas lacunas pontuais verificaram-se em registos de menores ou mesmo de sacerdotes, tendo-se convencionado, nestes casos, a presunção de celibato.
- A informação que diz respeito à profissão afigurou-se como outro desafio na sua interpretação, quer pelas designações sinónimas (“agricultor”, “lavrador”, “negociante”, “comerciante”) adoptadas para a mesma profissão, ou mesmo a ausência de informação, tendo nós, neste caso colocado “sem indicação”, excepto nos registos de menores, de que temos a certeza que vão acompanhar outro impetrante seu familiar, optando, então por colocarmos a designação “familiar”.

A análise da informação contida nos *registos de passaportes* foi possibilitada graças à utilização de uma base de dados, em suporte *access*, realizada no CEPESE, que nos permitiu o recenseamento e o tratamento estatístico dos dados.

A base de dados que serve de suporte à plataforma informática do projecto “Emigração do Norte de Portugal para o Brasil” está actualmente alojada nos servidores do Instituto

de Recursos e Iniciativas Comuns da Universidade do Porto, sendo efectuadas cópias de segurança semanais para o servidor do CEPSE.

Esta base de dados foi desenvolvida em MySQL, sistema de gerenciamento de base de dados (SGBD), que utiliza a linguagem SQL (Structured Query Language - Linguagem de Consulta Estruturada) como interface.

A opção por este tipo de base de dados prendeu-se fundamentalmente à sua robustez e fiabilidade, aliado ao facto de ser código aberto e totalmente compatível com outros tipos de bases de dados sendo possível a sua portabilidade para qualquer outro tipo de plataforma actual.

Para a apresentação dos relatórios finais, foi desenvolvida uma aplicação informática que permitiu a pesquisa da informação, relacionando todos os campos de todas as tabelas da base de dados. Posteriormente foram desenvolvidos relatórios personalizados permitindo uma simplificação na leitura e análise da informação.

Estruturada em 3 tabelas, (identificação, registo e acompanhante) a base de dados contém 3 chaves primárias: *identificacao.ididentificacao*; *registo.idregisto* e *acompanhante.idacompanhante*.

As tabelas estão relacionadas entre si pelos campos *ididentificacao* e *idregisto* sendo apenas possível a relação entre as tabelas *identificação* e acompanhantes por intermédio da tabela registo. Desta forma a tabela *identificação* está directamente relacionada com a tabela registo que por sua vez está relacionada com a tabela acompanhante.

Esta opção prendeu-se com o facto de a cada individuo registado na tabela *identificação* ser possível adicionar vários registos de passaportes e a este vários acompanhantes.

O acesso à base de dados é efectuado através de um interface Web protegido por nome de utilizador e palavra-chave

Consultámos, se bem que excepcionalmente, os *processos de passaportes*, que se encontram no Arquivo Distrital de Braga, entre 1935 - 1947, para esclarecer uma ou outra dúvida.

Servimo-nos, ainda, das fontes estatísticas impressas do Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente os *Anuários Demográficos* publicados durante o período

analisado. Contêm as notações estatísticas relativamente ao “movimento migratório” - que denomina a parte relativa a este fenómeno -, tendo em atenção:

- o “movimento de fronteiras” e a sua variação por “nacionalidades”;
- o “movimento migratório” por “destino” e “naturalidade e sexos”, por “idades e sexos” e por “meses e sexos”;
- os “retornados”; por “naturalidade e sexos” e por “procedência”;
- os números-índices da emigração e dos saldos líquidos;
- a sua “composição”, “residência” e “profissão”.

Estas publicações, sendo rigorosas nas notações estatísticas dos emigrantes, pressupõem um erro processual, ao contabilizar as travessias e os passageiros mas esquecendo as pessoas, ou seja, não têm em conta os emigrantes que reemigram, contando-os como se de novos emigrantes se tratassem. Por outro lado, não reflectem uma das características mais importantes da emigração portuguesa - a emigração familiar. Fica, assim, marginalizado, um dos factores explicativos da emigração, pois está provado que um dos factores de atracção do Brasil, enquanto destino migratório, era a “chamada” por familiares e ou conhecidos emigrantes, já aí instalados.

3.2. VOLUME DOS EFECTIVOS MIGRATÓRIOS E SUA IMPORTÂNCIA RELATIVA NO CONTEXTO NACIONAL

O período correspondente aos anos 1935-1947, que constitui o objecto de estudo desta investigação, apresenta a maior quebra do movimento migratório português para o Brasil da história contemporânea portuguesa, registando-se apenas 1 942 emigrantes que correspondem a 1 896 impetrantes que solicitaram passaporte junto do Governo Civil de Braga e 46 acompanhantes, tendo o Brasil como destino, não se contabilizando assim, os *registos de passaportes* para outras partes do mundo.

QUADRO N.º 3

Número total de emigrantes (1935-1947)

ANOS	N.º DE TITULARES	N.º DE ACOMPANHANTES	N.º TOTAL DE EMIGRANTES
1935	228	0	228
1936	356	1	357
1937	339	0	339
1938	104	0	104
1939	298	1	299
1940	98	4	102
1941	32	1	33
1942	19	0	19
1943	2	0	2
1944	2	0	2
1945	19	1	20
1946	242	17	259
1947	157	21	178
TOTAL	1 896	46	1 942

Como se pode ver pelos dados recolhidos, o volume da emigração portuguesa de 1935 a 1947 para o Brasil apresenta valores muito reduzidos (1 942 emigrantes), destacando-se o ano de 1943 como tendo sido o que regista o número mais baixo de emigrantes para o Brasil (2), em consequência da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, dificultando-se as viagens transatlânticas. Por outro lado, existe uma lacuna para este período (05.03.1943 a 09.11.1944) nos *livros de registo de passaportes* existentes no Governo Civil de Braga. Esta lacuna resulta ou do extravio de um livro ou mesmo, dada a escassez de pedidos de passaportes neste período, a inexistência do mesmo. Uma vez que todos os livros de registo de passaportes existentes compreendem vários anos, o que leva a crer que não poderia existir um livro apenas para cerca de 20 meses. Consultado o Arquivo Distrital de Braga, onde se encontram os processos de passaportes – ainda em

processo de catalogação – confirmámos a inexistência de pedidos de passaportes durante esse período.

FIGURA N.º 3

Distribuição dos emigrantes por anos (1935-1947)

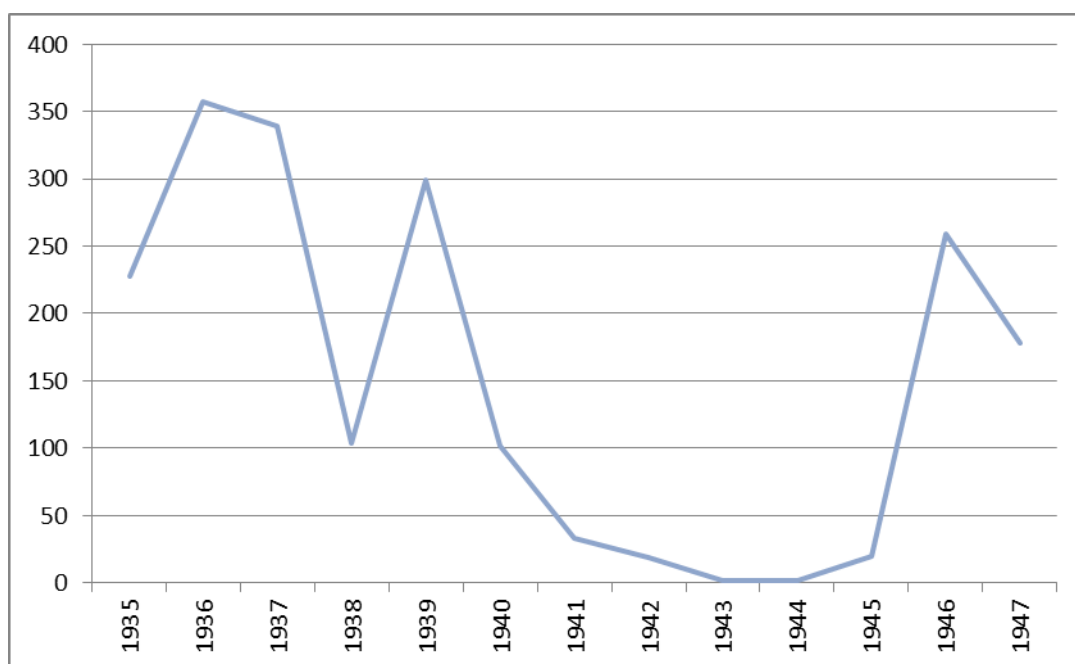
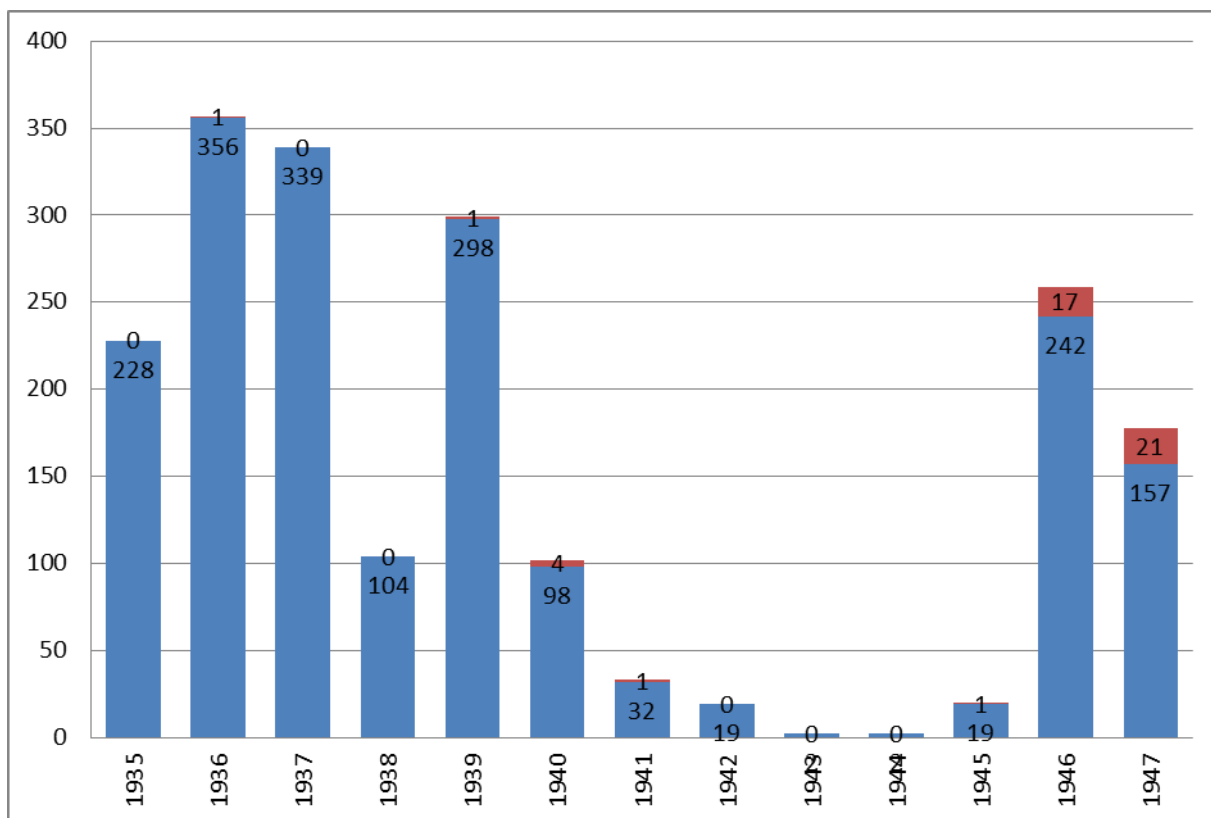


FIGURA N.º 4

Distribuição dos emigrantes por titulares e acompanhantes (1935-1947)



O valor global aqui apresentado de 1 942 emigrantes constitui o resultado da soma dos indivíduos que requereram passaporte, num total de 1 896, a que acrescentámos 46 acompanhantes, obtendo-se, assim, o universo real de emigrantes registados no Governo Civil de Braga que partiram para o Brasil.

Sublinhe-se que o número de acompanhantes só começa a ter significado a partir da promulgação do decreto 33 918 de 5 de Setembro de 1944, que permite o passaporte familiar, uma vez que, até então, os passaportes portugueses eram individuais - por força do decreto-lei n.º 5 624, de 10 de Maio de 1919 -, mesmo para as crianças, levando a que a percentagem dos acompanhantes, neste período, correspondesse apenas a 1%, apesar de encontrarmos o registo de acompanhantes em alguns anos – 1936 (1), 1939 (1), 1940 (4) e 1941 (1) - que é a exceção que confirma a regra.

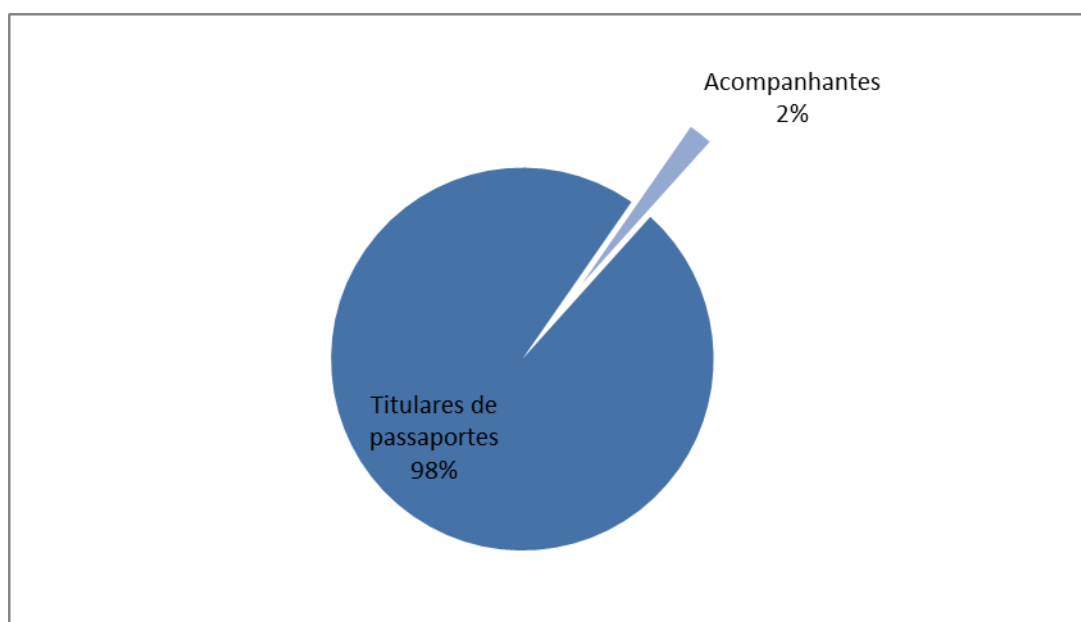
QUADRO N.º 4

Número de titulares de passaportes e acompanhantes (1935-1947)

EMIGRANTES	Nº	%
Titulares de passaportes	1 896	98%
Acompanhantes	46	2%
TOTAL	1 942	100%

FIGURA N.º 5

Número de titulares de passaportes e de acompanhantes (1935-1947)



De acordo com a estatística nacional da emigração portuguesa, apresentada pelo Instituto Nacional de Estatística⁴³, no período de 1935 - 1947 registam-se 119 775 emigrantes, dos quais 94 592 (79%) têm por destino o Brasil.

⁴³ PORTUGAL – *Anuário Demográfico*: 1947. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 1948.

O levantamento por nós efectuado neste estudo, que diz respeito a 1 942 emigrantes com destino ao Brasil (1 896 titulares de passaportes e 46 acompanhantes) que abrange, assim 1,6% do total da emigração portuguesa deste período e 2,1% do total dos efectivos migratórios nacionais para o Brasil. A redução do número de emigrantes registados no Governo Civil de Braga, acompanha, pois, a baixa da emigração legal nacional, que teve igualmente, nos anos de 1943-1944, quanto ao Brasil, os seus valores mais baixos.

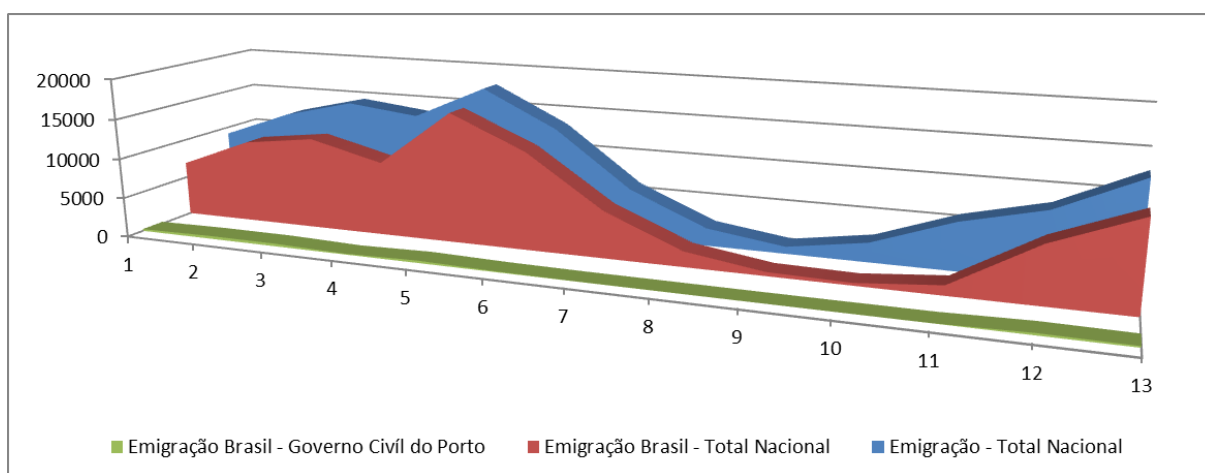
QUADRO N.º 5

Comparação dos dados relativos à emigração portuguesa - total e com destino ao Brasil -, com os emigrantes que requereram passaporte no Governo Civil de Braga para o Brasil (1935-1947)

ANOS	EMIGRAÇÃO NACIONAL			EMIGRAÇÃO REGISTADA NO GOVERNO CIVIL DE BRAGA COM DESTINO AO BRASIL		
	TOTAL	COM DESTINO AO BRASIL	%	N.º DE EMIGRANTES	% DO TOTAL NACIONAL	% DO TOTAL NACIONAL COM DESTINO AO BRASIL
1935	9 140	6 917	76	228	2,5	3,3
1936	12 484	10 470	84	357	2,9	3,4
1937	14 667	11 613	79	339	2,3	2,9
1938	13 609	9 314	68	104	0,8	1,1
1939	17 807	16 322	92	299	1,7	1,8
1940	13 226	12 260	93	102	0,8	0,8
1941	6 260	5 891	94	33	0,5	0,6
1942	2 214	1 926	87	19	0,9	1,0
1943	893	502	56	2	0,2	0,4
1944	2 424	341	14	2	0,1	0,6
1945	5 938	1 206	20	20	0,3	1,7
1946	8 275	6 955	84	259	3,1	3,7
1947	12 838	10 875	85	178	1,4	1,6
TOTAL	119 775	94 592	79	1 942	1,6	2,1

FIGURA N.º 6

Comparação dos dados relativos à emigração portuguesa - total e com destino ao Brasil -, com os emigrantes que requereram passaporte no Governo Civil de Braga com destino ao Brasil (1935-1947)



3.3. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR SEXOS

A análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga permite-nos efectuar a distribuição dos emigrantes por sexos ou género. Através deles, podemos verificar que 1 502 (79%) são do sexo masculino, enquanto 394 (21%) são do sexo feminino, regra geral, mulheres que muito provavelmente procuram juntar-se aos seus cônjuges, já estabelecidos no Brasil.

O modelo de passaporte individual dificulta a percepção dos agrupamentos familiares, já que não aparecem referências ao agregado familiar, e na maior parte dos casos, não se detectam apelidos comuns. De qualquer modo, podemos desde já concluir que se trata de uma emigração francamente masculina a que, porventura, os riscos provenientes do conflito mundial, não seriam alheios.

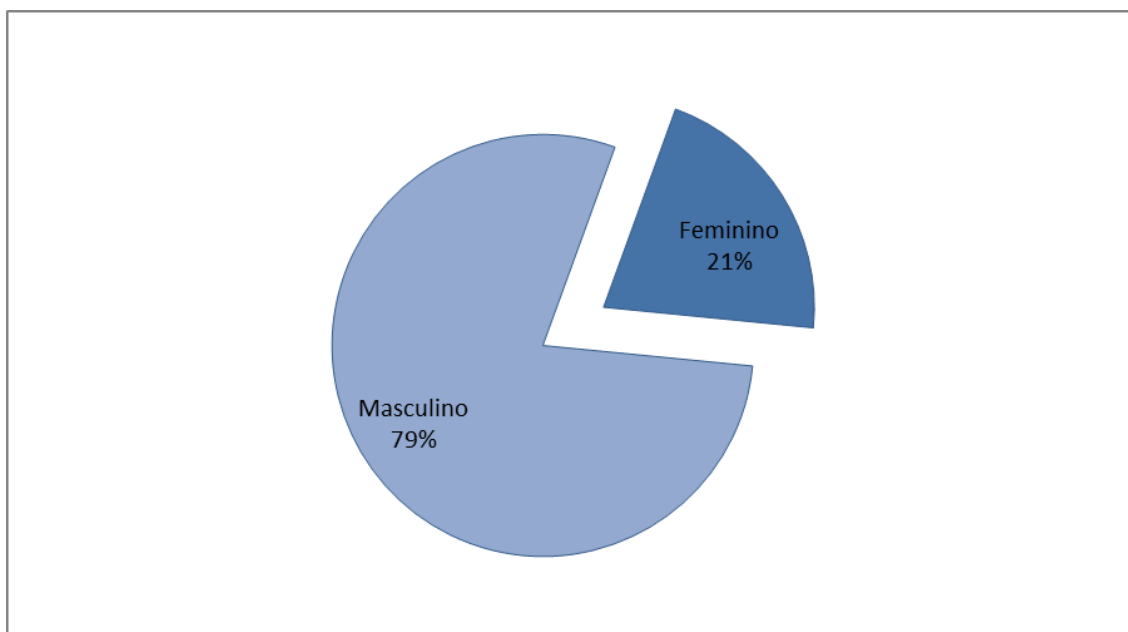
QUADRO N.º 6

Distribuição por sexos (1935-1947)

SEXO	N.º DE EMIGRANTES	%
Feminino	394	21
Masculino	1 502	79
TOTAL	1 896	100

FIGURA N.º 7

Distribuição por sexos (1935-1947)



3.4. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR ESTADO CIVIL

Com base na análise dos *registos de passaportes* do Governo Civil de Braga (1935-1947) pudemos realizar a sua distribuição por estado civil, o que nos permite conhecer,

em termos percentuais, o comportamento dos indivíduos na migração, já que é um factor facilitador ou constrangedor da mobilidade.

No que diz respeito ao estado civil dos titulares, verificamos que 937 são casados, o que representa 49% do total e que 895 são solteiros (47%), tendo nós incluído neste grupo os menores de 16 anos, cuja identificação do estado civil não vem, em alguns casos, discriminada no respectivo registo. Surge-nos, ainda, um número considerável de viúvos - 59 -, que equivalem a cerca de 3%, do total referido, e ainda 5 titulares de passaportes divorciados, que correspondem a 0,3% do total, o que parece revelar as mudanças que se fazem já sentir no âmbito da sociedade portuguesa.

Apesar das percentagens nos indicarem não ser muito significativa a diferença percentual entre os solteiros (47%) e os casados (49%), não podemos ignorar que o volume dos solteiros inclui crianças e jovens menores de 16 anos em cujo registo de passaporte não foi indicado o estado civil.

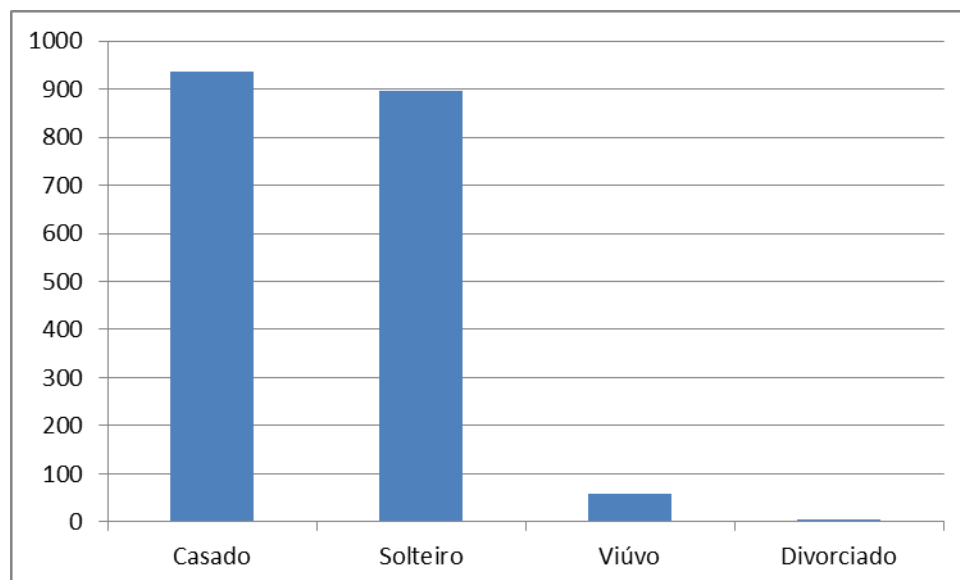
QUADRO N.º 7

Distribuição por estado civil (1935-1947)

ESTADO CIVIL	N.º DE EMIGRANTES	%
Casado	937	49,0
Solteiro	895	47,0
Viúvo	59	3,0
Divorciado	5	0,3
TOTAL	1896	100

FIGURA N.º 8

Distribuição por estado civil (1935-1947)



3.5. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR GRUPOS ETÁRIOS

As fontes consultadas permitem-nos, também, efectuar a distribuição dos titulares de passaportes por grupos etários (quadro n.º 8).

No quadro n.º 8 e na figura n.º 10 apresentamos as idades das emigrantes agrupadas em intervalos de 5 anos, tanto dos homens como das mulheres. Destacamos que a tendência

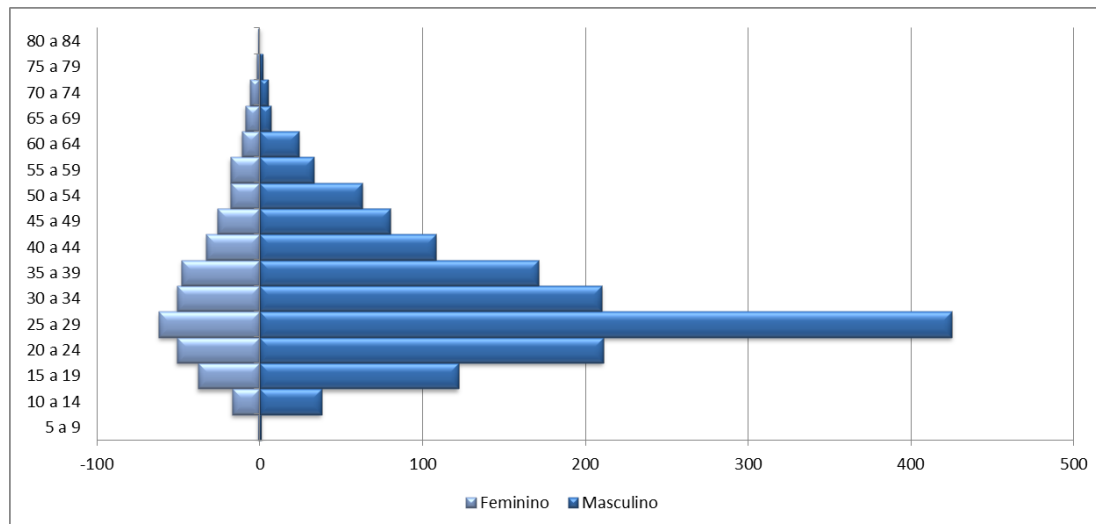
das idades, nas mulheres, acompanha a dos homens. Pela análise do quadro constituído verificamos que a mediana encontra-se entre os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 - 29 anos (487), logo seguido pelo grupo etário compreendido entre os 20 - 24 anos, abrangendo estes dois grupos 40% do total dos titulares de passaportes. Destes dados pode-se inferir que a emigração exige gente jovem, excluindo as crianças, os adolescentes e os velhos que partem geralmente na companhia de familiares, ou que se pretendem reunir com a família já instalada no Brasil.

QUADRO N.º 8**Distribuição por grupos etários (1935-1947)**

IDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL
5- 9	1	1	2
10- 14	38	17	55
15- 19	122	38	160
20- 24	211	51	262
25- 29	425	62	487
30- 34	210	51	261
35- 39	171	48	219
40- 44	108	33	141
45- 49	80	26	106
50- 54	63	18	81
55- 59	33	18	51
60- 64	24	11	35
65- 69	7	9	16
70- 74	5	6	11
75- 79	2	2	4
80- 84	0	1	1
Sem indicação	2	2	4
Total	1 502	394	1 896

FIGURA N.º 9

Pirâmide de idades dos titulares de passaportes (1935-1947)



3.6. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR NATURALIDADE

A análise dos *registos de passaportes* permitiu-nos apurar a naturalidade de todos os 1 896 titulares de passaportes que requereram o seu passaporte no Governo Civil de Braga, de 1935 a 1947.

Privilegiámos a naturalidade dos titulares dos passaportes e não a sua residência, uma vez que, na generalidade, os impetrantes declaram a sua residência no distrito de Braga, de acordo com as directivas legais que estipulavam a obrigatoriedade de solicitação do passaporte no Governo Civil da naturalidade ou residência, dos que pretendiam emigrar.

Do leque dos 65 concelhos de naturalidade declarados - no continente e ilhas e estrangeiro - como Brasil, Espanha, Itália -, registámos, no quadro n.º 9 e figura n.º 11 a distribuição dos imigrantes para o Brasil, de acordo com o Concelho de Naturalidade, evidenciando, assim, os 14 Concelhos do Distrito de Braga.

A indicação de “outros concelhos” compreende os restantes 51 concelhos declarados que não pertencem ao distrito de Braga, nomeadamente Ponte de Lima (65); Ponte da Barca (48); Arcos de Valdevez (19); Porto (12); Montalegre (10); Monção (7); Viana do Castelo (7); Chaves (6); Póvoa de Varzim (6); Paredes (5); Vila do Conde (2); entre outros, com fraca representatividade.

Verifica-se através deste quadro que a maioria dos emigrantes são, a um primeiro nível, naturais do distrito de Braga, uma vez que 1 618 (85%) dos mesmos lhe diz respeito, sendo 444 (23%) de Vila Verde; 276 (15%) de Barcelos; 195 (10%) de Braga; 144 (8%) de Póvoa de Lanhoso; 137 (6%) de Vieira do Minho; 105 (6%) de Vila Nova de Famalicão; 95 (5%) de Amares; 89 (5%) de Terras de Bouro; 53 (3%) de Guimarães; 30 (2%) de Cabeceiras de Basto; 26 (1%) de Esposende; 19 (1) de Fafe; 4 (0,2%) de Celorico de Basto e 1 (0,1%) de Vizela.

O distrito de Viana do Castelo aparece em segundo lugar, como naturalidade declarada de 148 (8%) impetrantes, seguido do distrito do Porto como a indicação de 32 (2%) titulares de passaportes.

Dos 1 896 registos levantados verificámos que o concelho de Vila Verde se destaca como a maior fonte de mão-de-obra para o Brasil (23 %), seguindo-se os concelhos de Barcelos (15%), Braga (10%), Póvoa de Lanhoso (8%), Vieira do Minho (8%) e Viana do Castelo (8%) Estes seis concelhos são responsáveis por 1 344 (71%) dos emigrantes que partiram para o Brasil.

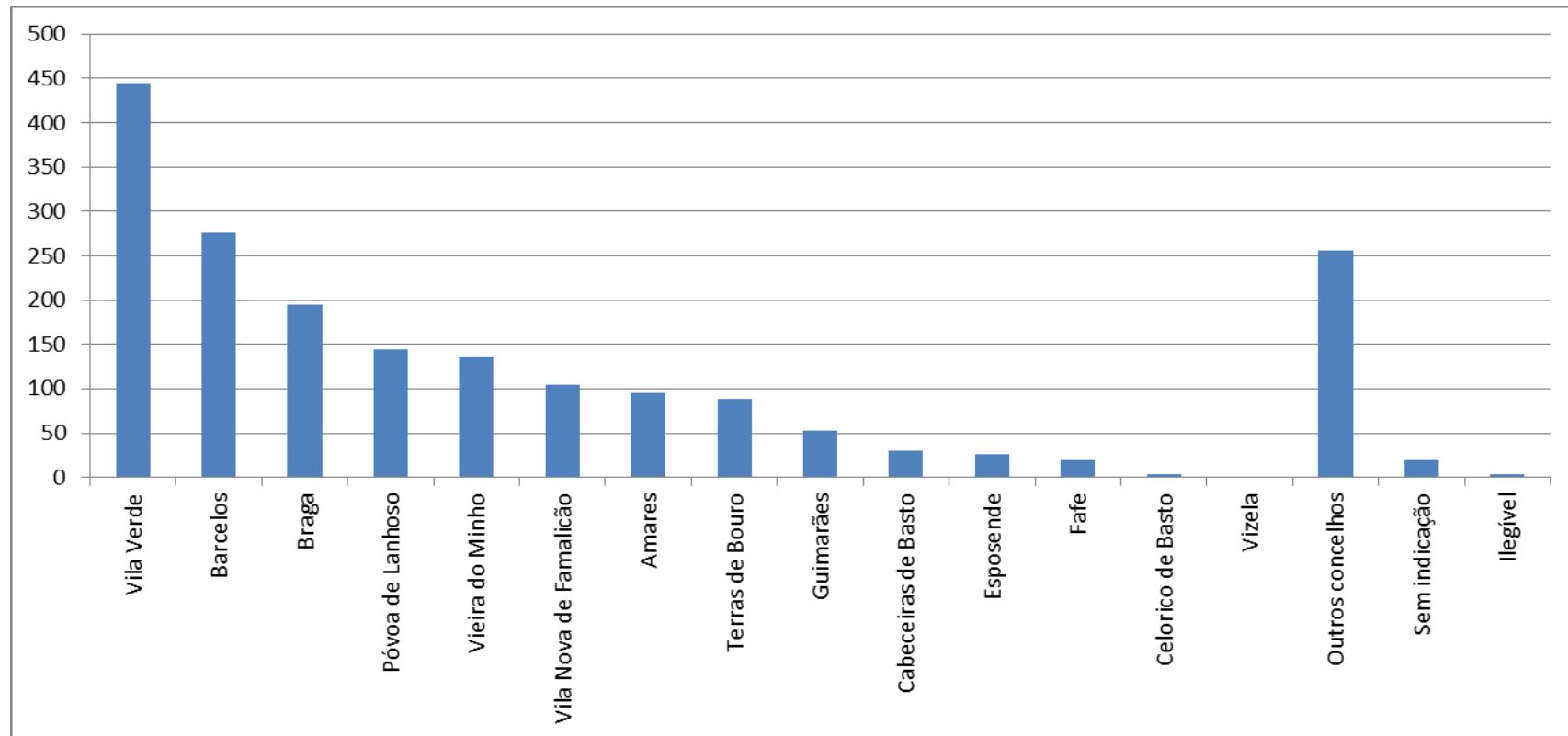
QUADRO N.º 9

Distribuição dos emigrantes por naturalidade (1935-1947)

CONCELHOS	N.º DE EMIGRANTES	%
Vila Verde	444	23,4
Barcelos	276	14,6
Braga	195	10,3
Póvoa de Lanhoso	144	7,6
Vieira do Minho	137	7,2
Vila Nova de Famalicão	105	5,5
Amares	95	5,0
Terras de Bouro	89	4,7
Guimarães	53	2,8
Cabeceiras de Basto	30	1,6
Esposende	26	1,4
Fafe	19	1,0
Celorico de Basto	4	0,2
Vizela	1	0,1
Outros concelhos	256	13,5
Sem indicação	20	1,1
Ilegível	3	0,2
TOTAL	1896	100,0

FIGURA N.º 10

Naturalidade dos emigrantes pelos concelhos mais representativos (1935-1947)



Nota - Não contemplámos, como é lógico, os “outros concelhos” já referidos anteriormente no texto e que representam 13,5% do total dos titulares de passaporte, pela sua fraca representatividade.

3.7. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PROFISSÃO

A partir dos *registos de passaportes*, foi-nos possível apurar a classificação socioprofissional de 1439 titulares de passaporte do Governo Civil de Braga com destino ao Brasil nos anos de 1935 - 1947. Nos restantes 457 estão incluídos quer os menores e os estudantes, quer os sem profissão declarada ou mesmo o grupo muito numeroso de domésticas, cuja actividade não foi considerada como profissão, neste estudo.

Através destas fontes, podemos verificar que existe um elenco muito extenso de denominações das actividades socioprofissionais dos emigrantes registados - excedendo as 81 designações - atendendo a que os funcionários que registavam os emigrantes usavam, por vezes, critérios distintos quanto à profissão daqueles que pretendiam levantar os seus passaportes. Face a esta realidade, agrupamos diferentes designações de profissão numa só, fazendo equivaler, por exemplo, aos agricultores, os lavradores, os serviçais e os jornaleiros e aos comerciantes agregámos os empregados comerciais e os negociantes.

Se observarmos as diferentes profissões mencionadas no pedido de passaporte, podemos concluir que o sector primário é o mais representado, nomeadamente pelos 909 emigrantes que declararam ser agricultores.

O sector terciário é também uma referência importante na caracterização do perfil socioprofissional do emigrante português para o Brasil, tendo em atenção os 261 emigrantes que declararam como profissão “negociante” e “comerciante” (18% do total).

O sector secundário é o menos representativo, no universo de emigrantes estudado, contando apenas, 13 emigrantes que declararam profissões industriais, como “operário industrial” e “metalúrgico”.

Autonomizámos a categoria dos proprietários, com um total de 44 emigrantes em virtude de não se distinguirem os proprietários rurais dos urbanos.

Saliente-se que no universo dos emigrantes que não registam a profissão (76), atingindo 4% do total, encontram-se os indivíduos menores de 14 anos, geralmente familiares de emigrantes que os acompanhavam ou que os esperavam no Brasil. Acresce a este

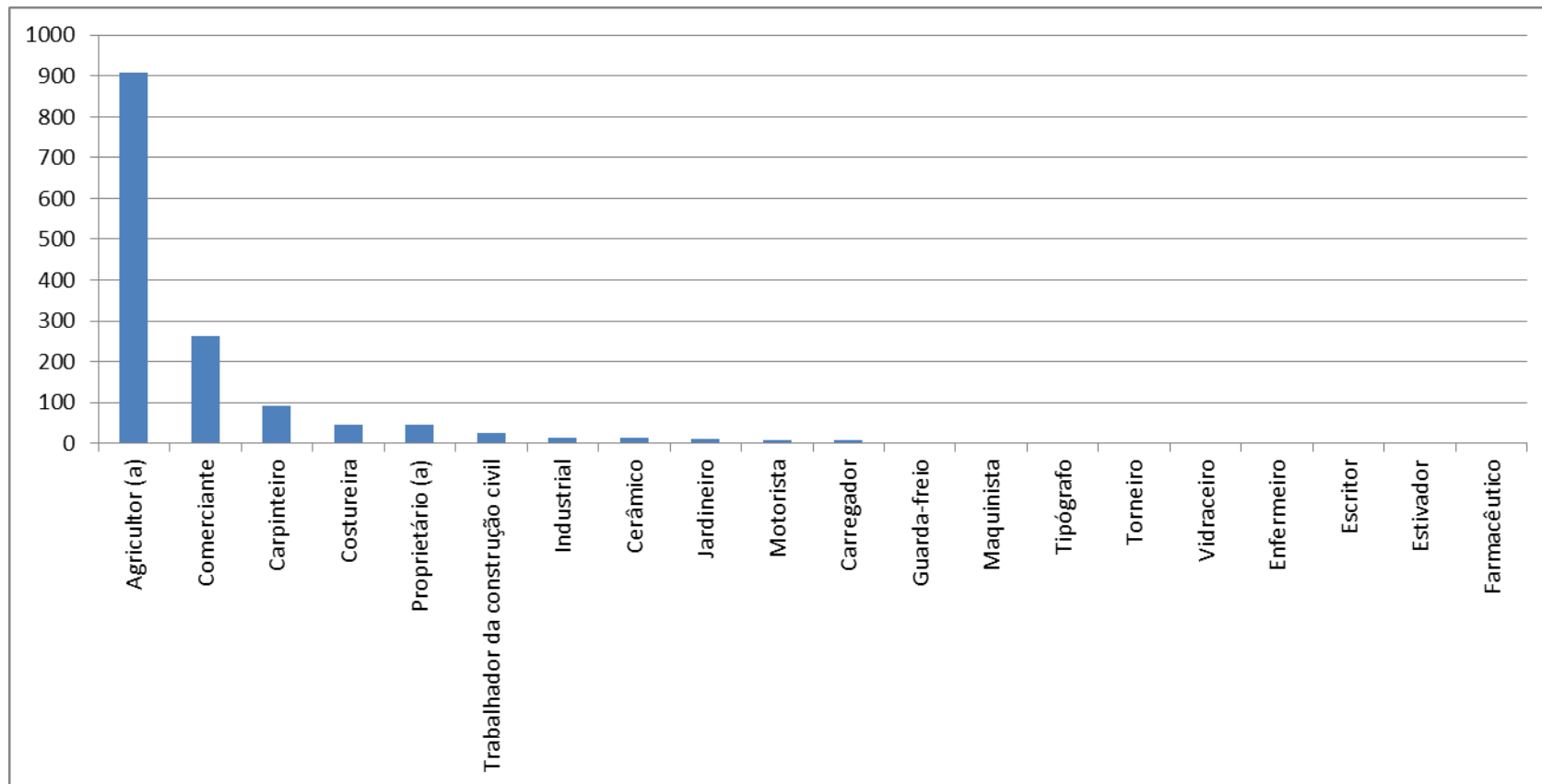
número dois registos de passaportes que por estarem ilegíveis, não foram contabilizados no universo das profissões declaradas, como aconteceu também com os estudantes (27). Pelo contrário, já aparecem registadas as profissões das mulheres, nomeadamente “costureira” (29), “modista” (6) e “cozinheira” (2). Destacamos ainda que 245 mulheres declararam ser “domésticas”, correspondendo a 13% do número global dos titulares de passaportes.

QUADRO N.º 10**Distribuição dos emigrantes por profissões mais representativas (1935-1947)**

PROFISSÕES	N.º
Agricultor (a)	909
Comerciante	261
Carpinteiro	92
Costureira	46
Proprietário (a)	44
Trabalhador da construção civil	25
Industrial	13
Cerâmico	13
Jardineiro	10
Motorista	9
Carregador	8
Guarda-freio	1
Maquinista	1
Tipógrafo	1
Torneiro	1
Vidraceiro	1
Enfermeiro	1
Escritor	1
Estivador	1
Farmacêutico	1
TOTAL	1 439

FIGURA N.º 11

Distribuição dos emigrantes por profissões mais representativas (1935-1947)



3.8. DISTRIBUIÇÃO DOS EMIGRANTES POR PORTO DE CHEGADA AO BRASIL

Foi-nos possível apurar o porto de chegada, no Brasil, dos emigrantes registados no Governo Civil de Braga, neste caso, quer dos 1896 titulares de passaportes quer dos 46 acompanhantes.

Apesar de haver lacunas sobre o destino escolhido, 112 desses passaportes apenas indicam “Brasil”, não fazendo referência ao porto de chegada.

De acordo com a informação registada nos passaportes, o Rio de Janeiro constitui o porto de chegada privilegiado pelos nossos emigrantes, com 1 533 (81%) pedidos de passaporte para essa cidade. As cidades de Santos e São Paulo são os destinos imediatamente referidos (8%), contando com 100 e 48 emigrantes respectivamente.

Torna-se evidente que tais dados são meramente indicativos da entrada dos emigrantes no Brasil, uma vez que, dentro desse País, os portugueses acabavam, ou por se fixarem nas cidades portuárias, ou deslocarem-se para outras localidades, à procura de uma oportunidade de trabalho. De qualquer modo, saliente-se que os portos de entrada mais expressivos - Rio de Janeiro, Santos e São Paulo escolhidos por 89% dos emigrantes - são aqueles justamente em que, ainda hoje as comunidades de origem portuguesa são mais significativas.

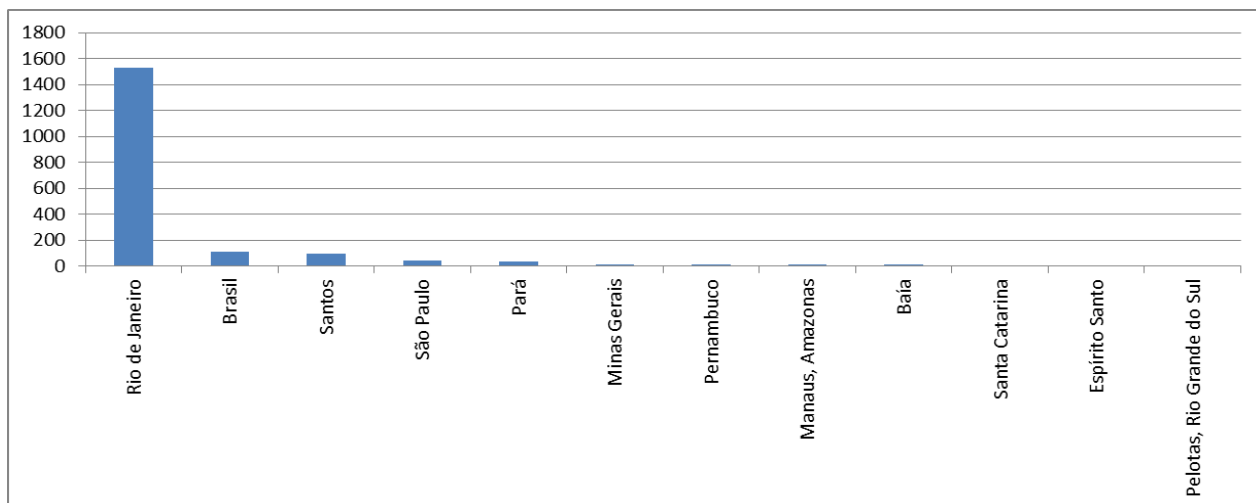
Pará, Minas Gerais, Pernambuco, Manaus, Baía são destinos escolhidos por 96 (5%) dos emigrantes.

QUADRO N.º 11**Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1935-1947)**

Destinos	Totais	%
Rio de Janeiro	1533	81
Brasil	112	6
Santos	100	5
São Paulo	48	3
Pará	35	2
Minas Gerais	18	1
Pernambuco	18	1
Manaus, Amazonas	14	1
Baía	12	1
Santa Catarina	3	<1
Espírito Santo	2	<1
Pelotas, Rio Grande do Sul	1	<1
TOTAL	1896	100

FIGURA N.º 12

Distribuição dos emigrantes por porto de chegada ao Brasil (1935-1947)



CONCLUSÃO

As migrações internacionais, enquanto um dos fenómenos mais importantes das Relações Internacionais contemporâneas, são uma problemática incontornável para uma investigação nesta área científica, quer pela sua pertinência, quer pela sua oportunidade. Portugal, nas últimas duas décadas, de país de emigração passou a ser caracterizado como um país de imigração, apesar da sua História estar intrinsecamente interligada com a emigração. Os portugueses foram dos povos que mais precocemente se lançaram em movimentos migratórios internacionais. O império português, mantido durante séculos nos quatro cantos do mundo, comprova-o. Muito embora os fluxos migratórios contemporâneos difiram inteiramente nas suas motivações, comparativamente à época dos Descobrimentos, colonialismo e imperialismo, considerámos importante privilegiar a intensidade das migrações portuguesas do início do século XX e a sua evolução, sobretudo no período em que nos debruçámos (1935-1947), já que se trata de uma época pouco estudada no que respeita a este tema.

É neste contexto, que se situa o nosso trabalho, procurando dar um contributo rigoroso e original para o estudo da emigração portuguesa para o Brasil entre 1935 e 1947, ao apresentar, através do levantamento sistemático dos dados dos *Livros de registo de passaportes* do Governo Civil de Braga, o estudo e a caracterização do fluxo de emigrantes que requereram o passaporte no Governo Civil de Braga, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno num período da História (1935-1947) em que a recessão económica, a Guerra Civil Espanhola e a Segunda Guerra Mundial se tornaram um obstáculo à emigração, assistindo-se a uma redução acentuada do volume dos efectivos emigratórios para o Brasil, fenómeno que acompanha, aliás, a tendência europeia.

Esta quebra no fluxo migratório para o Brasil emerge no seguimento da adopção de políticas de condicionamento da e(i)migração de ambos os lados do Atlântico, em especial pelo governo brasileiro de Getúlio Vargas, cujas leis marcam uma mudança na política brasileira quanto ao acolhimento dos emigrantes, os quais passam a representar uma ameaça, quer económica, uma vez que vai contribuir para o aumento do número de desempregados, quer política, uma vez que os emigrantes em certos casos, passam a ser considerados “agentes de propaganda” dos regimes europeus que pouco tinham a ver com o idealismo do Estado Novo fundado por Vargas.

A política emigratória do Estado Novo de Oliveira Salazar, embora continuando a

política dos governos da Primeira República, é caracterizada pela preocupação do condicionamento da emigração, nomeadamente para o Brasil, através da imposição de medidas administrativas que restringiam a emigração, no que diz respeito às condições de viagem e de recrutamento dos emigrantes, tentando limitar a emigração ilegal, paralelamente aos esforços que desenvolvia para combater os efeitos da crise mundial através da realização de grandes obras públicas e fomento da indústria, pelo que procurava evitar a saída de mão-de-obra necessária para esse fomento industrial.

A análise da legislação emigratória reflecte a preocupação com três prioridades: manter a corrente de divisas proveniente do Brasil, conseguir desviar para África o fluxo emigratório com a finalidade de implantar ali a administração portuguesa e conciliar esses dois objectivos com as necessidades de mão-de-obra da burguesia agrária e industrial.

O estudo realizado durante esta investigação permitiu-nos definir o volume total dos emigrantes titulares de passaportes e seus acompanhantes, bem como a sua distribuição pela naturalidade, por género, estado civil, grupos etários, profissão e portos de chegada, o que nos possibilitou estabelecer uma visão mais rica, quer a nível quantitativo quer a nível qualitativo, do perfil do emigrante do Distrito de Braga para o Brasil em meados do século XX.

Com base nesta conjuntura interna, dos dois países, de ditadura, e na conjuntura internacional de instabilidade e guerra - condicionantes da emigração portuguesa para o Brasil - podemos compreender a evolução do movimento migratório nos anos de 1935 a 1947.

Assim, o período analisado (1935-1947) é caracterizado por um limitado fluxo migratório para o Brasil, registando-se 1 896 emigrantes (1 942 se somarmos os 46 acompanhantes) que solicitaram passaporte junto do Governo Civil de Braga, destacando-se Rio de Janeiro com 1 533 chegadas (81%), Santos com 100 chegadas (5%) e São Paulo com 48 chegadas (3%), sendo estes os destinos privilegiados dos portugueses que rumaram ao Brasil.

Trata-se de uma emigração predominantemente masculina, contando com 1 502 homens que representam 79% do total dos emigrantes, com predomínio do grupo etário dos 25-29 anos que correspondem a cerca de 22% total, havendo um equilíbrio entre os 937 emigrantes casados (49%) e os 895 emigrantes solteiros (47%).

São oriundos fundamentalmente do distrito de Braga (85%), ligados na maior parte ao sector primário, onde prevaleciam os agricultores (576), lavradores (302), serviçais (27) e jornaleiros (5). Tendo em atenção a realidade socioeconómica do distrito de Braga, neste período, este sector será reforçado se agregarmos os trabalhadores (7), apesar de não discriminarem a sua actividade. Do sector terciário destacam-se, além dos negociantes (17), comerciantes (49) e os empregados comerciais (191), que são a designação moderna dos célebres “caixeiros” referenciados na literatura tradicional da emigração portuguesa para o Brasil.

No sector secundário, menos representado, aparecem nos respectivos registos de passaporte as profissões de “operário fabril” (10), “metalúrgico” (2), entre outros.

De salientar que a presença feminina no universo estudado – 394 mulheres (21% do total de emigrantes para o Brasil) - é responsável pelo aparecimento de referências a profissões como “costureira” (30), “modista” (6) e “cozinheira” (2) as quais totalizam 2% do número total de emigrantes. Saliente-se, ainda, quanto às emigrantes que requereram passaporte para o Brasil, 245 (13%), são classificadas como domésticas.

Depois de concluída esta investigação, restam, porém algumas questões que ficaram em aberto e que iremos procurar responder em futuros trabalhos académicos - tese de doutoramento - nomeadamente avaliar as motivações que estiveram na base destes fluxos migratórios, na óptica da teoria da “rede social”, registando os laços familiares ou de parentesco que unem as comunidades migrantes e que funcionaram como factor de atracção, na óptica de Ravenstein. Outra questão que ficou por responder prende-se com o balanço que se pode fazer das consequências socioeconómicas desta emigração tanto para as regiões portuguesas, de origem destes emigrantes, como para a economia e a sociedade brasileira.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Fontes manuscritas

PORTUGAL. Governo Civil de Braga. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil de Braga*. Livros 23 a 25, 3 volumes (1935-1947).

PORTUGAL. Arquivo Distrital de Braga. *Maços com processos de passaportes*. Maços 34 935 a 38 109, 3 174 maços.

Fontes impressas

BRASIL. *Constituições do Brasil de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967 e suas alterações*. Brasília: Senado Federal, 1986.

BRASIL. Arquivo Nacional - *Decretos-Leis de 1938*. Vol. III.

BRASIL. Arquivo Nacional - *Coleção de Leis do Brasil*. [em linha]. [referência de 10 de Setembro de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.republicaonline.org.br>

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Relatórios ministeriais (1935-1947)* [em linha]. [referência de 10 de Setembro de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.crl.edu/content.asp?l1=4&l2=18&l3=33&l4=22>

PORTUGAL. Instituto Nacional de Estatística. 1940-1947 e 1951. *Anuário Demográfico*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, 8 volumes.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa* (1933).

PORTUGAL. Ministério do Interior. *Diários do Governo* (1919-1947).

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Correspondência com legações no estrangeiro* (1940-1942).

PORTUGAL. Ministério dos Negócios Estrangeiros. *Informações e Relatórios* (1943).

BIBLIOGRAFIA

Monografias

ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). 1996. *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 2 Vols.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. 1983. *A emigração portuguesa, suas origens e distribuição*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. 1985. *Atlas da emigração portuguesa*. Porto: Secretaria de Estado da Emigração.

ARROTEIA, Jorge Carvalho. 2006. *A emigração portuguesa: síntese histórica e geográfica*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

ARROTEIA, Jorge Carvalho; ROCHA - TRINDADE, Maria Beatriz. 1984. *Bibliografia da Emigração Portuguesa*. Lisboa: Instituto de Português à Distância.

BADE, Klaus J. 2002. *L'Europe en mouvement. La migration de la fin du XVIII^e siècle à nos jours*. Paris: Seuil.

BAGANHA, Maria Ioannis; PEREIRA, Miriam Pereira; SILVA, Maria Beatriz Niz da; MARANHÃO, M. José (orgs.). 1993. *Emigração e Imigração em Portugal*. Algés: Fragmentos.

CASTLES, Stephen. 2005. *Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios. Dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa: Fim de Século.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark. 2003. *The age of migration*. New York, Palgrave Macmillan.

CERVO, Amado Luiz. 1994. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: UnB.

CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet. 2000a. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: UnB.

FAUSTO, Boris. 1994. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP/FDE.

- FAUSTO, Boris (dir.). 2006. *O Brasil Republicano. Sociedade e Política (1930-1964)*. (História Geral da Civilização Brasileira). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, vol. X.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs). 2003. *O tempo do nacionalstatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FILIPPI-CODACCIONI, A. M. et tal. 1991. *Histoire du 20^e siècle*. Paris: Bordas.
- GARCIA, José Luís (org.). 2000. *Portugal Migrante. Emigrantes e Imigrados, dois estudos introdutórios*. Oeiras: Celta Editora.
- GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. 2009. *Migrações e Desenvolvimento*. Porto: CEPESE/Afrontamento.
- GONÇALVES, Williams da Silva. 2003. *O Realismo da Fraternidade Brasil-Portugal: Do Tratado de Amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- LABOURDETTE, Jean-François. 2001. *História de Portugal*. Lisboa: Dom Quixote.
- LEE, Everett S. 1969. *A theory of migration*, in JACKSON, J. A. 1969. *Migration*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. 2001. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec.
- MAGALHÃES, José Calvet de. 1999. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Paz e Terra.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1976. *História de Portugal*. Lisboa: Palas.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. 2006. *Breve História de Portugal*. 6.^a edição. Lisboa: Editorial Presença.
- MENDES, José Saccheta Ramos. 2010. *Laços de Sangue*. Porto: CEPESE/Afrontamento.
- MARTINEZ, Pedro Soares. 1994. *História Diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo.
- MOURA, Gérson. 1991. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- OLIVEIRA, Luís Soares de. 1999. *Guerra Civil de Espanha: intervenção e não-intervenção europeia*. Lisboa: Prefácio.
- PAULO, Heloisa. 2000. *Aqui também é Portugal. A colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto Editora.
- PEREIRA, Miriam Halpern. 1961. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- PINTO, António Costa. 1992. *O salazarismo e o fascismo europeu. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais*. Lisboa: Estampa.
- PINTO, António Costa; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). 2008. *O Corporativismo em português. Estado, política e sociedade no salazarismo e no Varguismo*. Lisboa: ICS.
- REIS, António (dir.). 1991. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. IV.
- RÉMOND, René. 1994. *Introdução à história do nosso tempo*. Lisboa: Gradiva.
- RIBEIRO, F. G. Cassola. 1987. *Emigração Portuguesa. Regulamentação emigratória: do liberalismo ao fim da 2.ª Guerra Mundial. Contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Secretaria de Estado das Comunicações Portuguesas.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1992. *O Fenómeno da Emigração em Portugal*, Instituto de Investigação Científica e Tecnológica.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAEIRO, Domingos. 2000. *Portugal - Brasil, Migrações e Migrantes, 1850-1930*. Lisboa, edições INAPA.
- ROSAS, Fernando. 1990. *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Estampa.
- ROSAS, Fernando. 1992. Portugal e o Estado Novo (1930-1960). In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.) - *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol XII.
- ROSAS, Fernando. 1994. O Estado Novo (1929-1974). In MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, vol. VII.
- SCHIRÓ, L.B. 1997. *A experiência fascista em Itália e Portugal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

- SARGES, Maria de Nazaré; SOUSA, Fernando de; *et al.* (coords.). 2010. *Entre mares. O Brasil dos portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 2003. *História de Portugal (1941-1951)*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. XIV - XV.
- SERRÃO, Joel, et tal. 1976. *Testemunhos da emigração portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel, 1982. *A emigração portuguesa. Sondagem histórica*. 4.^a ed. Lisboa: Livros Horizonte.
- SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). 1991. *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, vol. XI.
- SILVA, Raúl Mendes; BRIGAGÃO, Clóvis (Orgs.). 2002. *História das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: CEBRI.
- SILVA, Raúl Mendes; CACHAPUZ, Paulo; LAMARÃO, Sérgio (orgs.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES.
- SIMON, Gildas. 1995. *Géodynamique des migrations internationales dans le monde*. Paris: PUF.
- SKIDMORE, Thomas. 1998. *Uma História do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.
- SOUSA, Fernando de; *et al.* (coords.). 2010. *As relações Portugal-Brasil no século XX*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismenia (orgs.). 2006. *Portugueses no Brasil: Migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã.
- SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismenia, PEREIRA, Conceição Meireles (orgs.). 2007. *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (Orgs.). 2008. *Deslocamentos & Histórias: os Portugueses*. São Paulo: EDUSC.
- TELO, António. 1991. *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*. Lisboa: Vega, 2 vols.
- VARGAS, Getúlio. 1969. *O governo trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, V. III.

Artigos em atlas, dicionários e enciclopédias

BAGANHA, Maria Ioannis. 1996. Emigração. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.) - *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, vol. I.

BAGANHA, Maria Ioannis. 1999. Emigração. In BARRETO, António e MÓNICA, Maria Filomena (coord.) - *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, vol. VII.

CRUZ, Emídio Pires. 1968. Emigração. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, vol. VII.

EMIGRAÇÃO. 1978. In *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, vol. IX.

EMIGRAÇÃO. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord). 1999. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, Vol. VII.

EMIGRAÇÃO. In SERRÃO, Joel (dir.). 1971. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas Editoriais, vol. II.

EMIGRAÇÃO. In SOARES, Maria Fernanda Martins; FERREIRA, Vítor Wladimiro. 1999. *Grande Dicionário Enciclopédico*. Alfragide: Clube Internacional do Livro, vol. VI.

FERREIRA, José Medeiros. 1996 - Neutralidade. In ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão (dir.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand, Vol. II, p. 666.

MIGRAÇÃO. 1986. *Enciclopédia Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional - Casa da Moeda. Vol. VIII.

MIGRAÇÕES. 2005a. In SOUSA, Fernando de (dir.). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento, CEPESSE e Autores.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 2001. Migrações. In CHORÃO, João Bigotte (dir.). *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Edição Século XXI*. Lisboa; São Paulo: Editorial Verbo, vol. XIX.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Emigração. 1985 - Regresso. In AAVV. *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*. Lisboa: Alfa, p. 205-207.

SEGUNDA Guerra Mundial. 1990. ZORGBIBE, Charles. *Dicionário de política internacional*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

THE BATTLE of the Atlantic. In OVERY, Richard (ed.). 1996. *The Times. Atlas of the 20th century*. London: Times Books.

Artigos de publicações em série

ALMEIDA, Carlos C. 1974. Sobre a problemática da emigração portuguesa: notas para um projecto de investigação interdisciplinar. *Análise Social*, 40, p. 778-788.

ALMEIDA, Carlos C. 1975. Movimentos migratórios, espaços socioculturais e processos de aculturação. *Análise Social*, 42-43 (11), p. 203-212.

ALVES, Jorge Fernandes. 2000. Atalhos Batidos - A Emigração Nortenha para o Brasil. *Atalaia -Revista do CICTSUL*, n.º 6-7. Lisboa: Centro Interdisciplinar de Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade de Lisboa.

ARROTEIA, Jorge. 1981. Portugal e a Emigração. *Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 1-2. Lisboa, Sá da Costa Editora, p. 7-30.

ARROTEIA, Jorge. 1986. A Emigração Portuguesa: Características e Perspectivas Recentes. *Povos e Culturas*. 1, p. 129-147.

ARROTEIA, Jorge. 2001. As comunidades portuguesas no mundo. *Revista JANUS 2001 - Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Observatório de Relações Exteriores da Universidade Autónoma de Lisboa e jornal *Público*.

BAGANHA, Maria Ioanis Bennis. 1991. Uma imagem desfocada. A emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração. *Análise Social*, 112-113, vol. XXVI, p. 723-739.

BAGANHA, Maria Ioannis Bennis. 1994. As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional. *Análise Social*, 128 (29), p. 959-980.

BESSA, Carlos Gomes. 1990. Salazar e a política de defesa na Segunda Guerra Mundial. *Futuro Presente. Revista de Nova Cultura*, 31, p. 43.

CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés; PADILLA, Beatriz; et al. 2007. Do fado ao tango: A emigração portuguesa para a Região Platina. *Sociologia*, 07, no.54, p.49-73.

- DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. 2007. Imigrantes Portugueses em São Paulo (A Educação em Portugal) nos inícios do Século XX. *População e Sociedade*, n.º 14/15 - Parte II. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento.
- FREIRE, Rubens; Nayade ANIDO. 1976. A existência de ciclos emigratórios na emigração portuguesa. *Análise Social*, 45 (12), p. 179-186.
- GUERREIRO, José. 1981. Análise tendencial da emigração portuguesa nos últimos anos. *Revista de História Económica e Social, Cadernos 1-2: Estudos sobre a emigração portuguesa*, p. 31-69.
- MARTINS, Ismênia de Lima. 2007. Relações e Registros sobre a Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro. Uma Análise Crítica das Fontes. *População e Sociedade*, n.º 14 - Parte I. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 69-88.
- MARTINS, Maria da Graça Lopes Fernandes. 2007. A Emigração do Nordeste Transmontano para o Brasil no início do Século XX. *População e Sociedade*, n.º 15 - Parte I. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 257-281.
- MATOS, Izilda Santos. 2007. Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação. *População e Sociedade*, n.º 15 - Parte II. Porto: CEPESE/Edições Afrontamento, p. 5-18.
- MENDES, Isabel Maria Ribeiro; CORREIA, José Manuel. 1990. Os Emigrantes Portugueses no século XX. *História*, 134.
- PEREIRA, Míriam Halpern. 1990. Algumas observações complementares sobre a política de emigração portuguesa. *Análise Social*, 108-109, p. 735-739.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1976. Comunidades migrantes em situação bipolar: análise de três casos de emigração especializada para os EUA, para o Brasil e para França. *Análise Social* 48 (12), p. 983-997.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1981. Emigração portuguesa: as políticas de “trajecto de ida” e de “ciclo fechado”. *Cadernos de Revista de História Económica e Social*, 1-2, p. 72.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1986. Do rural ao urbano: o associativismo como estratégia de sobrevivência. *Análise Social*, 91 (22), p. 313-330.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1986. Reflexos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. *Análise Social* 90 (22), p. 139-156.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1988. Espaços de herança cultural portuguesa - gentes, factos, políticas. *Análise Social* 100 (24), pp. 313-351.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. 1993. Perspectivas sociológicas da interculturalidade. *Análise Social*, 123-124 (28), p. 869-878.

RODRIGUES, Teresa; PINTO, Maria Luís Rocha. 2002. Migrações no Portugal do século XX. *Ler História*, n.º 43, pp. 179-202. Lisboa: ISCTE.

SERRÃO, Joel. 1970. Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise social*, 32 (8), p. 597-617.

SERRÃO, Joel. 1985. Sobre a emigração e mudança social no Portugal contemporâneo. *Análise Social* 87-88-89 (21), p. 995-1004.

SOUSA, Fernando. 2007a. A União Europeia e as migrações. SOUSA, Fernando de (dir.) - *Lusíada. Relações Internacionais*, n.º 6-8, p.17-29. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

VEIGA, Teresa Rodrigues. 2007. *As correntes migratórias internacionais e a Europa. Revista Lusíada*. 6-8, p. 31-56.

Artigos de publicações em série electrónicas

ARROTEIA, Jorge Carvalho. 2001a. Aspectos da emigração portuguesa. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales* [em linha]. Disponível na Internet em <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-30.htm>.

FISS, Regina Lúcia Reis de Sá Britto. 2001. A Imigração Portuguesa e as Associações como forma de Manutenção da Identidade Lusitana - sul do Brasil. *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, volume V, n.º 94 (27) [em linha]. [Barcelona]: Universidad de Barcelona. [referência de 29 de Julho de 2008]. Disponível na Internet em <http://www.ub.es/geocrit/sn-94-27.htm>.

OLIC, Nelson Bacic. 2002. Fluxos migratórios contemporâneos. *Revista PANGEA, Quinzenário de Política, Economia e Cultura* [em linha]. Disponível na Internet em http://www.clubemundo.com.br/revistapangea/show_news.asp?n=132&ed=4.

SANTOS, Paula. 2006. The Portugal-Brazil Relations (1930-1945) - the relationship between the two national experiences of the Estado Novo. *E-journal of Portuguese History*. [em linha] Vol. 4, number 2, Winter 2006. Disponível na Internet em http://www.brown.edu/Departments/Portuguese_Brazilian_Studies/ejph/

ANEXOS